



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MARIANA VIEIRA DE BRITO

**DA UNIDADE Á DIVERSIDADE:
A CONSTRUÇÃO DO NACIONAL ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO IMATERIAL**

Rio de Janeiro
2014

MARIANA VIEIRA DE BRITO

**DA UNIDADE À DIVERSIDADE:
A CONSTRUÇÃO DO NACIONAL ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO IMATERIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação do Professor Rafael Winter Ribeiro

Rio de Janeiro
2014

BRITO, Mariana V. **Da unidade á diversidade: a construção do nacional através do patrimônio imaterial.** Mariana Brito, -2014.
100 f., enc.

Orientador: Rafael Winter Ribeiro

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia

Bibliografia:

1) Patrimônio; 2) Políticas Públicas de Preservação; 3) Geografia Política; 4) Nação; 5) Diversidade;

MARIANA VIEIRA DE BRITO

**DA UNIDADE Á DIVERSIDADE:
A CONSTRUÇÃO DO NACIONAL ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO
IMATERIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação do Professor Rafael Winter Ribeiro

Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro – UFRJ

Profa. Dra. Iná Elias de Castro – UFRJ

Profa. Dra. Juliana Nunes Rodrigues– UFF

Em memória à Danton Pedro de Brito

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, meu pai Allan Kardec, meus irmãos Allan e Danton por ter dado todo o suporte necessário durante esses anos de estudos, em especial a três importantes mulheres que me serviram de exemplo, minha avó Maria Gentil, minha mãe e minha tia Joana D'arc de Brito, três diferentes exemplos de mulheres que contribuíram para minha formação ética e moral.

Agradeço também aos meus queridos amigos, desde os colegas de universidade Renata Paulino, Patrício, Renan, Hilton, Melara, Vítor, Éric Borges, Felipe Machado, Patrícia, dentre os quais destaco o nome do companheiro Jardel Sandy, com o qual compartilhei os meus melhores e mais divertidos momentos nesta instituição.

Aos amigos de toda uma vida, Marianna Albergaria, Nice, Thalita, Allysson e ao meu namorado Dirceu, que vem se mostrando um grande companheiro e amigo.

Ao meu querido orientador, Rafael Winter Ribeiro, que durante os últimos anos foi figura central em meu processo de aprendizagem, servindo como um mentor intelectual.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território – GEOPPOL, capitaneado pela sagaz Professora Iná Elias de Castro, figura realmente inspiradora, e também integrado por Paula, Adriano, Tatiana, Vinícius, Guilherme, Pedro, Ludmila, Dirceu, Allan, Bia, Guilherme Félix, Verônica, Pablo e Débora, entre outros, com os quais muito aprendi e me diverti.

A Cláudia Márcia Ferreira, atual diretora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), a qual gentilmente me cedeu uma entrevista extremamente esclarecedora sobre a atuação do CNFCP.

A todos os professores do Departamento de Geografia da UFRJ que direta ou indiretamente influenciaram minha formação, especialmemulnte Roberto Lobato, Rafael Straforini, William Ribeiro, Letícia Parente, Ana Angelita, Roberto Marques, Ênio Serra, Manoel do Couto Fernandes, Rafael Barros, Mônica Marçal, Paulo César da Costa Gomes.

Agradeço, enfim, a Deus por ter me dado capacidade e disposição para chegar até aqui e por ter colocado todas as pessoas supracitadas na minha trajetória pessoal e/ou acadêmica.

“O passado é lição para se meditar, não para se
reproduzir”

Mário de Andrade

RESUMO

BRITO, Mariana. Da Diversidade à Unidade: A Construção do Nacional através do Patrimônio Imaterial, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG, IGEO, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

O patrimônio, longe de ser um simples retrato da nação brasileira, é um importante instrumento político. Ele é alvo de disputas do poder decisório sobre o que ou quem deve estar representado na historiografia e na cultura nacional, e de que maneira apresentar a narrativa oficial. As políticas públicas patrimoniais são uma das ferramentas de representação do território nacional. Elas são um dos responsáveis em (re) produzir, narrar e selecionar, através de um discurso e de um projeto, as bases de fundamentação de um Estado-nação. O patrimônio se insere tanto como um recurso político que visa mediar conflitos entre uma mesma nação, a fim de criar um “território coeso”, e com isso, anular ou compatibilizar possíveis heterogeneidades no interior deste, como também criar símbolos e signos no intuito de fortalecer e produzir identidades hegemônicas. As Políticas públicas são frutos de projetos de governo, mas também de projetos de nação, e esses dois pontos estão intimamente relacionados. Nesse sentido, o acervo patrimonial de um país é resultado de uma série de políticas públicas que participaram de projetos de nação, objeto principal desta investigação. A pesquisa se justifica como um esforço no desenvolvimento de análises que utilizem do referencial conceitual produzido pela geografia para a compreensão das ações e projetos, na área do patrimônio, ampliando sua agenda temática e seu campo empírico. Basicamente, reúne a bibliografia sobre o tema e realiza uma atenta leitura dos dossiês, articulando os discursos sobre o Nacional e as atuais narrativas produzidas pela nação. Nesse sentido, não se trata de um estudo sobre o patrimônio imaterial, mas sobre o que se projeta a partir dele.

Palavras-chave: Patrimônio Imaterial. Políticas públicas de preservação. Discursos e imagens. Identidade Nacional. Nação. Estado.

ABSTRACT

BRITO, Mariana. Da Diversidade à Unidade: A Construção do Nacional através do Patrimônio Imaterial, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG, IGEO, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

The heritage, far from being a simple portrait of the Brazilian nation, is an important policy tool. It is also a target of the decision process over what or who should be represented in the historiography and national culture, and how to present the official narrative. The heritage public policies are one tool of representation of the national territory. They are one responsible for (re) producing, narrating and select, through a discourse and a project the foundations of a nation-state. The heritage is a political resource to mediate conflicts inside the nation in order to create a "cohesive territory," and thus, defeat or reconcile possible heterogeneities, as well a way of creating symbols and signs in order to strengthen and produce hegemonic identities. Public policies are the result of government projects, but also project of nation. These two points are closely related. In this sense, the country's heritage is a result of a series of public policies that participated in national projects, the main subject of this investigation. The research is justified as an effort to develop analyzes that use the conceptual framework of geography for understanding the actions and projects in the area of heritage, expanding its thematic agenda and its empirical field. Basically, I bring together the literature on the subject, and realize a careful reading of dossiers, articulating discourses on the National and current narratives produced by the nation. In this sense, it is not a study on intangible heritage only, but about what is protrudes from it.

Key-Words: Intangible Cultural Heritage. Preservation Public Policies. Discourses and images. National Identity. Nation. State.

LISTAS

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1: Distribuição espacial do patrimônio material entre 1937 a 1967. Produzido com base em Rubino (1996).....	56
Mapa 2: Distribuição espacial do patrimônio imaterial no Brasil.....	57

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Modo de produção das panelas de goiabeiras.....	47
Figura 2: Modo de produção das panelas de goiabeiras	47
Figura 3: Modo de produção das panelas de goiabeiras	47
Figura 4: Arte Kusiwa.	49

LISTA DE SIGLAS

CDFB – Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INF – Instituto Nacional do Folclore

CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

INRC – Inventário Nacional de Referência Cultural

NHII – Núcleo de História Indígena e Indigenismos

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1: Bens por livro de registro. Produzido com base nos dados do IPHAN.....	46
Gráfico 2: Quantidade de bens registrados por ano. Com base nos dados do IPHAN.....	46
Gráfico 3: Bens Registrados por Estados.....	54

Tabela 1: Lista dos bens

registrados.....58

Tabela 2: Análise dos bens

registrados.....61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA.....	16
1.1. A geografia política: interpretação dos fatos políticos	17
1.2. Política pública de preservação federal e a questão nacional.....	19
1.3. A identidade nacional: uma abordagem escalar.....	23
1.4. O Patrimônio: nação e nacionalismo.....	27
CAPÍTULO II – POLÍTICA PÚBLICA E CULTURA: O PATRIMÔNIO IMATERIAL.....	31
2.1. O patrimônio imaterial no mundo.....	40
CAPÍTULO III – DA DIVERSIDADE À UNIDADE: DO PARTICULAR AO GERAL.....	45
3.1. O mapa do Brasil presente.....	53
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
ANEXOS	
ANEXO 1 – Lei do Patrimônio Imaterial.....	72
ANEXO 2 – Fichas de análise dos dossiês do patrimônio imaterial.....	75

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o patrimônio imaterial ganhou muita visibilidade e publicidade, principalmente após a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura promover a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível, realizada em Paris no ano 2003, gerando uma gama de discussões e ações, como a formação de políticas públicas em diferentes países. Influenciadas pelas recomendações estabelecidas nessa convenção, várias nações iniciaram a criação de marcos regulatórios para a seleção dos bens tidos como patrimônios imateriais nacionais e propostas de candidaturas a patrimônio imaterial da humanidade. Esta convenção foi a responsável por produzir categorias e elencar atributos que viessem a auxiliar na produção de uma primeira lista de bens que, em sua maioria, estavam em risco de desaparecer ou que possuísem valor exemplar, segundo esta instituição internacional, além de normatizar toda uma política de proteção e registro de bens imateriais caros à humanidade.

Em vários sentidos, o Brasil foi pioneiro nesse tipo de iniciativa, antecipando-se, inclusive, à UNESCO, no trato do patrimônio imaterial. Através da constituição de 1988, o país deu um passo importante para uma transformação significativa na concepção de patrimônio cultural ao acrescentar às discussões o conceito de multiculturalismo¹.

Essa afirmação da diversidade frente ao projeto de nação deu subsídios teóricos a uma série de debates que viabilizariam políticas públicas voltadas para a valorização dos aspectos intangíveis da cultura brasileira. Dentre essas políticas, o decreto-lei nº 3.551/2000 foi responsável por operacionalizar a proteção desses bens em outros moldes dos anteriormente estabelecidos e trazer uma visão mais valorativa quanto à pluralidade de costumes e manifestações presentes no território nacional.

O país optou por um projeto de nação diversa, multicultural e inclusiva, aparentemente em contraste com o projeto anterior de um Estado-Nação forte que se consolidou a partir de um Estado centralizador e que durante grande parte de sua história dedicou-se a criação de uma suposta unidade nacional. Diante disso, a maneira como o Estado lida com a ideia de diversidade se torna fundamental e mais complexa. O conceito de diversidade nesse contexto de formação de política pública nos deixa algumas questões que pretendemos discutir. O Decreto Nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 estabelece que o bem

¹Vários autores apontam o papel paradigmático da constituição de 1988 na transformação da área de política cultural e na forma como o Estado incorpora os conceitos de diversidade e multiculturalismo. Ver, por exemplo, Castriota (2009).

imaterial, para ser registrado e inventariado, possua como um dos seus requisitos básicos a “relevância nacional”, ao optar pela diversidade, o Brasil não estaria em contradição a essa exigência? Como essa ideia de “relevância nacional” vem sendo tratada diante da valorização da diversidade? Em vista da variedade de manifestações, celebrações, modos de fazeres e lugares, como se realiza a seleção dos bens de “relevância nacional”? Perante a multiculturalidade e diversidade propagada e presente na política de patrimônio cultural, como e por que escolher por uma dentre duzentas e quinze etnias indígenas brasileiras? Por que selecionar o Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre/ Alto Paranaíba, em vista de variedade de queijos artesanais produzidos no país?

Frente a estes questionamentos, a pesquisa é um esforço em compreender como o Estado, através das políticas patrimoniais imateriais, elaboradas a partir de 2000, vem produzindo e consolidando narrativas que tratam ou tangenciam a temática “identidade nacional”. Advirto que o patrimônio material também foi alvo de transformações, dentre elas a inclusão de novos valores e escalas, inclusive com a valorização de uma arquitetura vernacular junto à monumental, e expressões arquitetônicas locais, como a Vila Serra do Navio no Amapá, por exemplo. Contudo, optei por estudar a questão nacional nas políticas de patrimônio imaterial, primeiramente por sua curta duração frente o patrimônio de “pedra e cal”, apenas 14 anos recém-completos, e seu modesto número de registro, 27 ao total. Ademais, a coleção de bens imateriais representa um conjunto de fontes coerentes, adequadas para uma pesquisa no âmbito de um mestrado.

Além disso, a pesquisa se justifica como um esforço no desenvolvimento de análises que utilizem o referencial conceitual produzido pela geografia para a compreensão das ações e projetos na área do patrimônio, ampliando sua agenda temática e seu campo empírico. Entretanto, este estudo não pretende dar conta de toda a história do órgão, nem tampouco de todas as questões que a observação de sua história levanta. No âmbito de uma dissertação de mestrado, acredito que isso seria demasiadamente pretensioso. Basicamente, reúno a bibliografia sobre o tema e realizo uma atenta leitura dos dossiês, articulando os discursos sobre o Nacional e o atual discurso produzido pelo órgão. Nesse sentido, não se trata de um estudo sobre o patrimônio imaterial, mas sobre o que se projeta a partir dele.

Com a finalidade de se atingir os objetivos propostos, foram imprescindíveis o estabelecimento de uma metodologia e o empenho de uma operacionalização que auxiliaram no processo de aquisição de informações e de análise. Desta forma, alguns passos importantes foram dados:

1. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica necessária à *discussão teórico-conceitual*, temas e conceitos fundamentais para o trabalho, como o conceito de patrimônio cultural, identidade nacional, nação e nacionalismo, política pública etc., sendo os temas abordados, sobretudo a partir da ótica da Geografia Política.
2. Em seguida, foi realizado um levantamento documental (dossiê, legislação, pareceres, portarias etc.), visando à compreensão da trajetória dos projetos de nação elegidos pelo Estado com foco no patrimônio imaterial. Os dossiês do patrimônio imaterial foram selecionados como fontes principais dessa investigação, por serem em número reduzido, 27 ao todo, e por ajudarem a dar um panorama da política de patrimônio imaterial vigente. Outros documentos também foram analisados como fontes complementares.

Diante do levantamento de material, foi realizada uma interpretação das narrativas produzidas, compreendidas como formas de estabelecer uma imagem do Brasil a partir dos dossiês dos 27 bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, sendo sete celebrações, dez formas de expressão, oito saberes e dois lugares. Os bens são agrupados por categoria e registrados em livros, classificados em: Livro de Registro dos Saberes, para os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro de Celebrações, para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as manifestações artísticas em geral; e Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

É importante destacar que todo o material coletado, foi sistematizado a partir das bases teóricas adotadas. Desta forma, foi aplicado o ciclo metodológico proposto por Minayo (2006), onde o empírico se relaciona com o teórico e vice-versa, através de três fases da pesquisa: a) fase exploratória, onde são delimitados os objetos empíricos e teóricos; b) trabalho de campo, onde são coletados materiais relevantes para a pesquisa; e c) fase de tratamento do material, onde os produtos culturais coletados são ordenados, classificados e analisados.

Desta forma, o trabalho está dividido em três partes: no primeiro capítulo, apresento o resultado da pesquisa realizada em bibliotecas e afins. Procurei apresentar e problematizar a trajetória do IPHAN na tentativa de compreender o projeto de nação executado pelo Estado brasileiro, fazendo uso de algumas categorias de pensamento que norteiam minha investigação, entre elas escala geográfica e identidade nacional, para o que realizo um debate teórico-conceitual próprio da temática em foco. Não se trata aqui de

replicar mais um histórico da ação da Instituição federal de preservação cultural, já realizado alhures por outros autores, mas de trazer para a esfera da nossa discussão, a partir da bibliografia existente, sua importância e problematizar como a questão do nacional foi trabalhada no processo de construção das políticas de patrimônio no país. A discussão sobre o nacional é fundamental para compreender os objetos que são elencados como patrimônio e, portanto, responsáveis pela imagem do nacional que se quer construir. A transformação na forma de construção dessa imagem tem, assim, um reflexo direto na forma como a política pública é conduzida e, também, nos objetos selecionados.

Na segunda parte do trabalho, apresentado uma discussão sobre a política de patrimônio imaterial no Brasil e no mundo, em que argumento que uma das possíveis gêneses de criação no país é o anteprojeto de Mario de Andrade e, em seguida, a campanha de defesa do folclore, iniciada na década de 1940, concomitante com a criação da UNESCO. Outro importante marco para a atual política é a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, tomada como o ato inicial de uma nova ética da UNESCO para o Séc. XXI, quando dispôs um instrumento capaz de abranger as questões relacionadas com a diversidade cultural e o diálogo intercultural.

Na terceira parte, analiso a política implementada pelo decreto 3551/200 e me atendo à análise dos dossiês dos bens registrados como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro, visando estabelecer comparações e compreender os discursos elaborados por aqueles responsáveis em produzir e selecionar o que supostamente possui relevância nacional e, conseqüentemente, merece ser inventariado e registrado.

O trabalho desenvolvido, além de ter buscado refletir sobre a política pública de patrimônio imaterial no Brasil, também mostrou que, mesmo com todas as iniciativas para a ampliação da atuação do IPHAN perante outros grupos da sociedade e também outros campos de ação, o Instituto ainda preserva padrões espaciais e certas temáticas. Os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia continuam contabilizando o maior número de ações de preservação no campo do patrimônio imaterial. A temática religiosa continua possuindo como maior representante a religião católica, mesmo com a crescente perda de espaço perante outras religiões, em especiais as pentecostais, ainda não inclusas no elenco de bens nacionais.

CAPÍTULO 1 – PATRIMÔNIO: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA

Nesta seção do trabalho, busquei apresentar a história do IPHAN e, conseqüentemente, da trajetória da preservação da memória coletiva nacional. Alguns conceitos foram utilizados para a melhor inteligência desse órgão do Estado que durante seus quase 80 anos de história vem contribuindo na formação e consolidação do Estado-nação brasileiro, através da criação de enredos engendrados pelas figuras jurídicas do tombamento e, mais recentemente do registro, frutos respectivamente das leis 25/ 37 e 3551/2000. Tais normas estabelecidas foram resultado de demandas políticas e sociais geradoras de políticas públicas.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesse. Nesse sentido, elas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002). O processo de construção, consolidação e afirmação dos Estados Nacionais é moldado por estas ações. Políticas públicas são frutos de projetos de governo, mas também de projetos de Estado. A ação do poder público e as escolhas e decisões de onde empregar os investimentos são direcionadas por demandas, conflitos e negociações, mas também pela imagem de nação que emerge desse processo. Política pública e nação imaginada estão assim impregnadas uma pela outra. Neste sentido, o acervo patrimonial de um país é resultado de uma série de políticas públicas que participaram de projetos de nação, objeto principal desta investigação. No caso das políticas de patrimônio, elas têm um peso especial nesse processo, uma vez que elas mesmas são instrumentos privilegiados para a construção do imaginário nacional.

A despeito de uma bibliografia que aponta para o enfraquecimento do Estado-nação e do nacionalismo nesse início do século XXI, para Anderson (2008) a questão nacional ainda possui forte apelo.

A realidade é muito simples. Não se enxerga, nem remotamente, ‘o fim da era do nacionalismo’, que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional

(nation-ness) é o valor de maior legitimidade universal na vida política de nosso tempo (ANDERSON, 2008, p.28).

A política patrimonial, na contemporaneidade, vem enfrentando grandes desafios que perpassam as transformações e reivindicações sociais, econômicas e políticas, tanto em escala nacional quanto em escala mundial. A tradicional identidade nacional forjada durante todos esses anos, hoje, concorre com múltiplas identidades; os Estados – nacionais, na tentativa de mediatizar e aplacar as demandas, traduzem formas de exercício do poder político, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA 2002).

Seguindo essa lógica, a política de patrimônio vem implementando um projeto de valorização das diferenças étnico- culturais presentes no território. A partir de uma perspectiva multicultural e inclusiva. Dentro desse mesmo contexto temos um Estado-Nação forte que se consolidou a partir de um regime centralizador e que durante grande parte de sua história preocupou-se em forjar uma suposta unidade nacional.

1.1 Geografia Política: Interpretação Dos Fatos Políticos

Para Castro (2005), o conhecimento produzido pela Geografia Política resulta da interpretação dos fatos políticos, em diferentes momentos e em diferentes escalas, com suporte numa reflexão teórico-conceitual desenvolvida na própria geografia. Nesse sentido, a geografia política possui a difícil tarefa de compreender a produção, a organização e a diferenciação do espaço. Um dos temas recorrentes em seu escopo teórico é o da relação entre território e política, componentes fundamentais do processo histórico de formação e composição das sociedades (CASTRO, 2005).

O patrimônio, longe de ser um simples retrato da nação brasileira, é um importante instrumento político. Alvo de disputas do poder decisório sobre o que ou quem deve estar representado na historiografia e na cultura nacional e de que maneira apresentar a

narrativa oficial. Portanto, as políticas públicas patrimoniais são conseqüentemente uma das ferramentas de representação do território nacional. Elas são um dos responsáveis em (re) produzir, narrar e selecionar, através de um discurso e de um projeto as bases de fundamentação de um Estado-nação. Para Castro (2005), a relação entre política e território define o campo da geografia política. A primeira é a expressão e modo de controle dos conflitos sociais e o segundo é a base material e simbólica da sociedade. Neste sentido, o patrimônio se insere tanto como um recurso político que visa mediar conflitos entre uma mesma nação, a fim de criar um “território coeso”, e com isso, anular ou compatibilizar possíveis heterogeneidades no interior deste, como também criar símbolos e signos no intuito de fortalecer e produzir identidades hegemônicas.

Hall (1996, p.72) argumenta que as representações como fotos, produções cinematográficas, literatura, desenhos etc., são fundamentais para a produção de uma identidade nacional; são elas que ajudam na coesão e unidade do discurso identitário. O autor também ressalta o caráter heterogêneo dos grupos sociais, nos quais estão presentes rupturas e descontinuidades. Entretanto, os discursos lineares e coerentes são pressupostos fundamentais para a produção de uma identidade cultural. Para este autor:

As identidades, longe de estarem estabilizadas, alicerçadas numa simples “recuperação” do passado que espera para ser descoberto e que, quando o for, há de garantir nossa percepção de nós mesmo pela eternidade, são apenas os nomes que aplicamos a diferentes maneiras que nos posicionam, nas narrativas do passado.

O autor analisa o caráter heterogêneo das identidades culturais, mesmo sendo marcadas pelas tentativas de homogeneidade e de alteridade. Nesse sentido, apresenta o exemplo da diáspora negra, a migração forçada de vários povos africanos, vindos das mais diversas partes do continente para as Américas, principalmente para América Central e do Sul. Ele sublinha a característica híbrida que países como a Jamaica possuem. São verdadeiros caldeirões culturais, nos quais coexistem múltiplas identidades. Entretanto uma é selecionada, imposta e valorizada pelos grupos dominantes através de uma política de identidade que vislumbra a criação de uma comunidade imaginada, conceito desenvolvido por Benedict Anderson (2008).

1.2 Políticas Pública de Preservação Federal e a Questão Nacional

O Estado brasileiro, a partir da década 1930, executou um ambicioso projeto de seleção, identificação e proteção do patrimônio cultural nacional. Tal medida contribuiu para produção e escolha de imagens sobre o Brasil. Assim, foram selecionados fatos, pessoas, objetos, artefatos e lugares que, segundo a narrativa oficial, teriam grande importância na constituição e no fortalecimento da identidade e memória nacional. Segundo Canclini (1994)

O patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social. As atividades destinadas a defini-lo, preservá-lo e difundí-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico dos bens patrimoniais, incorrem quase sempre numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulado por esses bens transcendem essas frações sociais (CANCLINI, 1994. p.96.).

Era necessário se produzir uma história e uma geografia composta de símbolos e signos capazes de identificar e afirmar a “verdadeira” cultura brasileira, passíveis de representar todo o território de maneira unificada. Segundo Gonçalves (2003, p.41), “Acreditavam que, para identificar ou ‘redescobrir’ o Brasil, o país teria de retornar aos seus mais ‘autênticos’ valores nacionais, os quais estavam supostamente fundados no passado, assim como valores regionais”. As regiões brasileiras se inscreviam como parte de um grande conjunto “articulado” e “integrado”, pelo menos no discurso, de um país que, mesmo com dimensões continentais, era possuidor de um arranjo “perfeito” e “harmonioso”. Silva afirma que “As regiões geográficas do Brasil também eram representadas nas peças do ‘quebra-cabeça’ da nacionalidade. Nos eventos de folclore, era exposto o “todo” regional e, por desdobramento, o “todo” nacional.” (SILVA, 2008: p.47).

Como parte importante desse projeto de refundação do Estado-nação brasileiro, em 1937 foi criado o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN² – para identificar, proteger e legitimar os bens de valor nacional, a partir da atribuição de valor realizada por seu corpo de técnicos, majoritariamente constituído por arquitetos modernistas preocupados em produzir uma imagem singular da nação brasileira. Ainda neste mesmo ano, foi instituído o Decreto lei 25/37, responsável por apontar e reger o que deveria efetivamente

² Em seus primórdios (1937), o órgão recebeu a designação de: Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN dentro do então Ministério de Educação e Saúde, capitaneado à época por Gustavo Capanema. A fim de evitar confusões e facilitar a leitura será doravante usada a sigla atual- IPHAN.

ser encarado como caro à memória coletiva nacional e digno de preservação para e pela sociedade brasileira. Mesmo com as mudanças ocorridas nesses quase oitenta anos de IPHAN, o decreto-lei 25/37 ainda é um dos dispositivos jurídicos mais importantes de que dispõe a instituição e, muitas vezes, o tombamento é apontado como representação única da política de preservação (RABELLO, 2009).

Fonseca (2005) denominou os primeiros anos de atuação do IPHAN como fase heroica. Tal período se estende de 1937 até 1967, quando da aposentadoria de Rodrigo de Melo Franco de Andrade³. Esta fase ficou marcada pela preocupação em defender os bens materiais⁴ que se encontravam, em sua grande maioria, deteriorados e abandonados, através do dispositivo legal denominado tombamento⁵, e por privilegiar elementos da religião católica e o culto aos símbolos e líderes da pátria. Rubino (1996, p. 98) aponta que:

Os fatos memoráveis presentes nos primeiros bens tombados remetem a eventos e personagens ilustres. Em 1938 foram tombadas as casas onde nasceram ou viveram Gregório de Matos, José Bonifácio, a marquesa de Santos e Rui Barbosa, além da casa de banhos de Dom João VI.

Muitos autores se debruçaram sobre a gênese do IPHAN, importante para a compreensão da formação da instituição em tela, seus arranjos, contexto e atores envolvidos. No âmbito deste trabalho, cabe resgatar alguns pontos da trajetória do órgão supracitado, visando a uma compreensão mais ampla de como a questão do nacional foi tratada na política federal de patrimônio.

Pelo IPHAN passou uma grande quantidade de personagens das cenas intelectuais e política brasileira, principalmente em seus primeiros anos de vida. Em vista disso, não se enxergava nem de longe um consenso e uma homogeneidade entre os envolvidos no grande empreendimento de gestão do órgão responsável por gerir e selecionar as heranças do passado brasileiro. Um personagem que se destaca incontestavelmente nesse período é Rodrigo Melo Franco de Andrade. É ele que traz a coerência necessária, conseguindo gerir o instituto em um período controverso da história nacional. Outro protagonista dessa história foi

³ Ícone da fase heroica e primeiro a dirigir a instituição. Ficou marcado pela defesa do patrimônio arquitetônico e do barroco mineiro. Ver FONSECA, Cecília Londres. **O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2005.

⁴ Patrimônio de pedra e cal, designação dada por Fonseca (2007) referente aos primeiros 30 anos do IPHAN por sua ação quase exclusiva na defesa de bens edificados. Ver FONSECA, Cecília Londres. **O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2005.

⁵ O tombamento, ainda hoje, é a principal ferramenta no rol das políticas públicas de preservação dos bens materiais no país, servindo como instrumento legal para proteção dos objetos, definidos como caros à memória coletiva nacional.

o então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, figura intelectual influente tanto no governo Vargas, quanto entre os intelectuais modernistas, responsável não só por aproximar Estado Novo e o movimento Modernista, mas também por um interesse particular na construção de uma política cultural para o país (SCHWARTZMAN, 2000).

O Estado Novo instaura um regime ditatorial comprometido em estruturar o aparelho estatal, e conseqüentemente, ampliar o quadro de funcionários que em sua maioria estão envolvidos com o projeto modernista. O movimento moderno influenciou e contribuiu na edificação dessa empreitada, que, apesar de não possuir uma conformidade ideológica com o regime político presente no país, tinham como compromisso comum a questão da unidade nacional (FONSECA, 2005).

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1936, deve ser analisada à luz de dois fatos que marcaram a vida cultura e política do Brasil na primeira metade do século XIX: o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1936, corolário da Revolução de 30 (FONSECA, 2005. p. 82).

Outros tantos nomes de projeção nacional figuraram no Instituto, entre eles: Mario de Andrade, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade e Gilberto Freire. O primeiro foi criador do anteprojeto fundador da instituição, nunca implementado em sua plenitude e reformulado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. O erudito já apontava para a importância da valorização e proteção dos bens de natureza imaterial, embora essa política só tenha se efetivado de maneira contundente em 2000. Outra importante figura foi o arquiteto modernista Lúcio Costa, chefe da Divisão de Estudos e Tombamento e, segundo Fonseca (2005), principal autoridade técnica da época. Já Carlos Drummond de Andrade atuou como Organizador do Arquivo e chefe da seção de História, entre outras atividades. Em Pernambuco, Gilberto Freire também foi um importante colaborador da instituição. Fonseca (2005) salienta que diferentemente de outros países, a construção do órgão de patrimônio brasileiro estava atrelada a um grupo inovador, inserido em um movimento arrojado, disposto a “reinventar” certas facetas do enredo até então narrado sobre o Brasil.

A partir do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado (p. 96).

Nesse espírito, o Barroco mineiro se inscreve como “o verdadeiro” representante

da arte tupiniquim, uma expressão estética que soube reinventar a tradicional arte portuguesa, a partir de materiais de origem brasileira e de artistas nativos. Outra característica desse período foi a grande quantidade de igrejas católicas tombadas, revelando a preponderância de aspectos da cultura portuguesa sobre a negra e indígena.

Fonseca (2005) aponta que a seleção dos bens a serem tombados pelos técnicos do IPHAN era um processo bastante autônomo, e, por vezes controverso, pensado não a partir de comparação com objetos artísticos internacionalmente consagrados, mas sim por seu valor para a nação. Esses monumentos e objetos eram justificados segundo a autoridade dos técnicos, verdadeiros árbitros, sentenciando o que seria digno de figurar na memória coletiva nacional.

Mas problemático sempre foi o conceito difuso de excepcionalidade, que justificava a seleção de bens entre vários de uma mesma classe ou período. Na atribuição de “excepcional valor” fica patente o caráter discricionário de que se reveste o tombamento na legislação brasileira (...), pois essa atribuição de valor é feita caso a caso, e é da competência exclusiva do órgão federal (p. 109).

Assim, os primeiros 30 anos de IPHAN ficaram marcados por uma forte preocupação com a unidade nacional. A ação de construção da nacionalidade pelo Estado Novo de Vargas não ficou restrita a este órgão⁶. Entretanto, ele foi uns dos principais responsáveis em criar uma “cara” para a nação. Uma narrativa restrita e imposta de cima para baixo foi adotada na tentativa de abarcar toda a sociedade brasileira.

1.3 A Identidade Nacional: Uma Abordagem Escalar

O trabalho buscou apontar de forma despretensiosa para o uso do conceito de escala na compreensão das ações do Estado brasileiro perante a preservação de seu patrimônio. Nesse sentido, busquei utilizar a escala como uma ferramenta na compreensão das políticas patrimoniais.

Para Castro (1995, p.120), a escala é uma “estratégia de compreensão do real como representação”. Dessa forma, procuro investigar a ação estatal do ponto de vista

⁶ A Agência Nacional, o Departamento de Imprensa e Propaganda, ambos dentro do Ministério da Justiça, o Instituto do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, entre outros, foram órgãos públicos criados para “defender” e unificar a nação brasileira. Ver FONSECA, Cecília Londres. **O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2005.

patrimonial, utilizando a categoria de escala como instrumento de análise dos processos e agentes envolvidos no ideário de nação. Brito (2006, p.103) afirma que:

Escalas não são neutras por serem produzidas por processos heterogêneos e de conflito. Elas não estão a priori nem são geometricamente definidas. Elas são fruto de um processo de apropriação e de dominação do espaço e, por isso, carregam consigo todo um conteúdo estratégico e político.

Segundo o mesmo autor “As escalas são, portanto, produtos das ações sociais ao longo de processos históricos de confrontos, envolvendo disputas que perpassam por todas as escalas espaciais, na maioria das vezes acontecendo simultaneamente.” (BRITO 2006, p.104). Neste trabalho a escala se insere como um instrumento de (re) configuração das políticas patrimoniais, as quais concorrem para produção da identidade nacional através da seleção de dimensões que favoreçam uma narrativa composta por bens/elementos que transmitam a ideia de comunidade imaginada (ANDERSON 2008). Dessa maneira, Racine, Raffestin e Ruffy (1983) argumentam que a escala faz parte de um processo de “esquecimento coerente”, do qual é escolhido um subconjunto de elementos coerentes, a fim de se produzir o melhor recorte para uma determinada intenção. Esses autores apontam que:

Como primeira aproximação, pode-se definir a escala como uma função do esquecimento coerente que permita uma ação bem sucedida. A escala aparece desde então como um filtro que empobrece a realidade mais que preserva aquilo que é pertinente em relação a uma dada intenção. (RACINE, RAFFESTIN E RUFFY, 1983, p. 128).

Com isso, o trabalho visa compreender de que forma se estabeleceu esse ‘processo de esquecimento coerente’ dentro da política de patrimônio brasileira. Com relação à escala. Segundo Castro (1995, p. 136):

A escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo em realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado. A escala, portanto, define modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas.

Outro importante conceito trabalhado é o de identidade, que, segundo Woodward (2009), é fortemente marcada e definida pela negação do diferente. A identidade é

fundamentalmente relacional, constituída por símbolos e linguagens que são parte de um sistema simbólico e social. Le Bossé (2004) definiu as identidades como:

Uma construção social e histórica do ‘próprio’ e do ‘outro’, entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência ‘essencial’ estão constante e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação, mais ou menos disputáveis, que variam no tempo e no espaço. (p. 158).

O geógrafo Rogério Haesbaert, foi além da concepção tradicional que elenca a dimensão social e histórica para a definição e inteligibilidade da identidade. Ele acrescentou a esta conceituação as categorias de território e territorialidade, que na geografia abarcam tanto a dimensão simbólica quanto o substrato físico. Para Haesbaert (1999), as identidades territoriais seriam as dimensões simbólicas presentes no território que, em maior ou menor grau, exerceriam certo “controle” e sentimento de pertencimento em relação ao espaço vivido, podendo ser alvo ou não de um projeto de disciplinarização dos indivíduos. Ele ainda afirma que:

O mundo ‘moderno’ das territorialidades contínuas/contíguas regidas pelo princípio da exclusividade (cada Estado com seu espaço e suas fronteiras bem delimitadas frente ao território do outro) estaria cedendo lugar hoje ao mundo das múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses, o momento e o lugar em que nos encontramos. Percebe-se aí ao mesmo tempo um ângulo positivo (a vivência concomitante de múltiplos ‘territórios’ e identidades) e negativo (a fragilidade e a instabilidade de nossas relações com os outros e com o meio) (HAESBAERT, 1999, p. 44).

Deve-se considerar que tais identidades não são fixas e muito menos estáveis, elas concorrem entre si, em um emaranhado de referências que se constituem e se estruturam no âmbito dos territórios-rede, sobrepostos e descontínuos. O indivíduo pós-moderno estaria submetido, segundo Hall (2005), às transformações que se dão com diferentes intensidades, em resposta às mudanças estruturais e institucionais. Neste sentido, as identidades constituídas ao longo do tempo, que se achavam estabilizadas e acomodadas, hoje, são resultado de múltiplos referenciais que são agentes de diferentes identidades.

Ao definir o que chama de múltiplas identidades, o autor argumenta que vivemos em um mundo de hibridismos culturais, os sujeitos sociais estão imersos em diferentes referências culturais e identitárias que estão todas elas sobrepostas, mudam de acordo com as situações enfrentadas na vida social. Ainda segundo ele, “o sujeito assume identidades que não são biológicas. O sujeito assume identidades diferentes, em diferentes momentos,

identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente.”.

Segundo Woodward (2009), as identidades são forjadas a partir das representações que produzem práticas ligadas a sistemas simbólicos com símbolos que realizam a mediação com o real. Para esse mesmo autor, uma característica importante para a (re) produção das identidades é o apelo à história ou ao mito fundador na tentativa de legitimar a identidade a qual se quer reforçar, com o risco de criar novas identidades em relação à anterior. Outra estratégia nesse sentido é estabelecida por uma marcação simbólica; são elementos que representam uma determinada identidade na tentativa de autoafirmação em relação ao diferente, apresentando as suas características que devem contrastar em relação ao outro. “Na afirmação das identidades nacionais, por exemplo, os sistemas relacionais podem incluir um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo os cigarros que são fumados.” (WOODWARD, 2009, p. 14). Estas marcações simbólicas podem ser entendidas na obra de Haesbaert como referentes territoriais, ou seja, elementos presentes no território, carregados de simbolismo e que são utilizados para forjar uma identidade associada a um lugar.

Uma das características mais importantes da identidade territorial, correspondendo ao mesmo tempo a uma característica geral da identidade, é que ela recorre à dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” à memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais (HAESBAERT, 1997, p. 180).

No caso brasileiro, através da atuação do IPHAN, o que se observa é uma espécie de transição na seleção dos símbolos legitimadores do nacional. Enquanto na primeira fase os elementos simbólicos (o barroco mineiro e construções modernistas) “costuravam” a identidade de toda uma nação através da ideia de uma pretensa unidade, atualmente, temos que a seleção de objetos se dá através da valorização de elementos caros à memória local, através da ideia de diversidade.

Paulo Knauss analisou os sentidos da cidade do Rio de Janeiro, a partir de seu acervo de peças urbanas, constituintes da imagética carioca. Tais objetos concorrem para a produção e reforço das identidades dos lugares que possuem diferentes alcances espaciais, como certos bens considerados patrimônio por testemunharem/ilustrarem momentos relevantes para a historiografia local, regional, nacional, ou mesmo mundial, como nos casos dos Patrimônios Mundiais.

Ao longo da história, diferentes grupos sociais, em diferentes circunstâncias,

puderam intervir no ambiente urbano mediante a colocação ou atribuição de caráter histórico e artístico a uma peça urbana. Além disso, a partir dessa intervenção, os cidadãos ressignificam os diversos territórios do seu cotidiano e constroem a sua identidade com a cidade (KNAUSS,1999, p.7).

Assim, podemos estabelecer uma relação direta entre identidade, lugares e objetos, esta última categoria é qualificada dentro do quadro teórico-conceitual adotado no presente trabalho como formas simbólicas. Esta é a expressão do comportamento humano que, como afirma White (1973 *apud* CORRÊA, 2013), é um comportamento simbólico que, por sua vez, é humano. As formas simbólicas são dinâmicas, sujeitas a alteração, principalmente no que se refere à sua interpretação. Segundo Corrêa (2013), as formas simbólicas possuem papel duplo, tanto são marcas quanto são matrizes de significados.

Peças urbanas (Paulo Knauss), sistemas relacionais (Woodward), referentes territoriais (Haesbaert) ou patrimônio material ou imaterial são formas simbólicas que intrinsecamente são (re) produzidas, apropriadas e constantemente (re) significadas por aqueles que as leem. Elas estão presentes na vida cotidiana ou como marcos geográficos de um lugar, cidade ou país e não estão isentas de usos políticos.

As formas simbólicas possuem como característica a capacidade de realizar a mediação entre lugares e identidade. Através delas os lugares se apresentam, se destacam e se individualizam em relação a outros lugares. As formas simbólicas podem se constituir como marcos do/no território, sendo verdadeiros *slogans* de um lugar, região ou mesmo de um país. Elas, ao longo do tempo, podem se constituir como símbolos da cultura de um lugar e contribuir para a imagética de uma determinada identidade nacional.

O patrimônio, analisado como uma forma simbólica, ao longo do tempo vem adquirindo forte destaque, principalmente nas cidades que elegem o turismo como principal fonte de recursos e/ou que baseiam sua história através de bens que de alguma maneira remontam momentos e pessoas que devem ser perpetuados na história. Neste sentido, Pierre Nora (1997) cunhou a expressão “lugar de memória”, referindo-se à relação entre lugar, identidade e memória, no qual o patrimônio é um dos responsáveis por reforçar toda uma narrativa e um conjunto de práticas espaciais produzidas ao longo do tempo por diferentes atores com diferentes interesses.

1.4 O Patrimônio, Nação e Nacionalismo

Gonçalves (2003) realizou um importante estudo sobre a construção da memória e identidade nacional, através do “patrimônio cultural”. Ele justifica que o “patrimônio cultural” faz parte de uma narrativa regimentada por intelectuais a serviço do Estado visando à criação e o fortalecimento da nação.

O autor propõe desnaturalizar conceitos, como cultura, sociedade e nação. Lembrando que seus usos não são insetos, são produtos culturais dotados de propósitos previamente estabelecidos. Anderson (1983) realizou outra importante reflexão sobre este tema quando cunhou o conceito de comunidade imaginada na tentativa de refletir sobre a nação como um produto e reflexo da sociedade. Nesse sentido, a realidade é concebida como uma narrativa coerente e ordenada dos fatos a partir de um enredo modelado por historiadores.

A tese da constituição ficcional do “passado” pelos historiadores, e da “cultura” pelos antropólogos, é usada para interpretar as estratégias narrativas presentes nos discursos sobre identidades e memórias nacionais, em geral, e sobre a identidade e memória nacional brasileira, em particular. A “nação” — assim como seu “passado” e sua “cultura” — é apresentada, nesses discursos, como uma entidade dotada de coerência e continuidade. Essa coerência, no entanto, seria menos um dado ontológico do que o efeito daquelas estratégias narrativas (GONÇALVES, 2003, p. 21).

Através do discurso de unidade nacional e de cultura, os brasileiros deveriam se reconhecer como tal, aceitando a condição de integrante de uma comunidade política (WEBER, 2004) e imaginada (ANDERSON, 2008), forjando um controle da representação da diferença entre populações, grupos sociais e territórios. Para Weber (2004), o povo de um Estado é propriamente um conjunto de habitantes de uma comunidade política, entretanto, ele pode não ser uma nação. Para haver uma nação é necessário certo sentimento de solidariedade específico, no qual a língua e a religião podem contribuir para este tipo de comoção, mas não exclusivamente. Gupta e Ferguson (2000, p. 38) apontam que “As discussões sobre o nacionalismo deixam claro que os Estados desempenham um papel crucial na política popular de construção do lugar e na criação de laços naturalizados entre lugares e povos”.

A história, a antropologia e o folclore exercem um importante papel na articulação das narrativas nacionais, através de textos de descrição e análise da sociedade, cultura, instituições etc. Entretanto, pouco se fala dos responsáveis em realizar a intermediação entre

sociedade e as narrativas nacionais. Os técnicos do IPHAN, ao lidar de forma pragmática com a memória nacional, selecionam e apontam o que deve entrar no rol dos bens e manifestações passíveis de proteção e registro pelo órgão.

Diferentes modalidades de objetos, na forma de “coleções”, vieram a ser apropriadas e visualmente dispostas nos modernos museus ocidentais e em instituições similares, com o propósito de representar categorias sociais e culturais tais como primitivo/civilizado, passado/presente, exótico/familiar, cultura popular ou cultura de massa/ cultura erudita, cultura estrangeira/ cultura nacional, etc. Essas práticas de colecionamento exposição responde ao desafio de salvar esses objetos do desaparecimento, transformando em coleções representativas do sistema de oposição e correlações em que se inserem essas categorias (GONÇALVES, 2003, p. 22).

Nessa concepção, o passado aparenta estar em perigo, justificando a necessidade de se preservar os verdadeiros fatos e seus respectivos vestígios. Uma herança que deve ser resguardada às futuras gerações. Dentro desse raciocínio, o resgate da história é também uma tomada de poder e controle da memória e da identidade nacional. “Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio.” (GONÇALVES, 2003, p.24).

Nesse sentido, a memória não é uma realidade intacta, presa ao passado, não é a capacidade de recuperar por completo aquilo que foi esquecido. Ela “é uma coleção ou seleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal” (ROSSI, 2010, p.16). “Lembrar não é um ato passivo”, é uma busca voluntária em recuperar o conhecimento ou sensações anteriormente experimentadas. Na tradição filosófica encontram-se dois importantes conceitos: o esquecimento e a memória/lembrança. Para Rossi, essas duas categorias possuem uma relação intrínseca. “é o esquecimento que suscita a memória e permite voltar-se para o esquecimento.” Para o autor supracitado, os lugares podem possuir o papel de acionar a memória:

O mundo em que vivemos há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que têm a função de trazer alguma coisa à memória. Algumas dessas imagens, como acontece nos cemitérios, nos lembram pessoas que não mais existem. Outras, como nos sacrários ou nos cemitérios de guerra, relacionam a lembrança dos indivíduos à dos grandes eventos ou das grandes tragédias. Outras, ainda, como acontece nos monumentos, nos remetem ao passado de nossas histórias, à sua continuidade presumível ou real com o presente. Nos lugares de vida cotidiana, inúmeras imagens nos convidam a comportamentos, nos sugerem coisas, nos exortam aos deveres, nos convidam a fazer, nos impõem proibições, nos solicitam de diversas maneiras (p. 23).

A memória, além de estar fortemente relacionada com o passado, também o é com a identidade. Segundo Rossi (2010) e Hall (1996), muitos conflitos étnicos e revoluções se apropriam de narrativas ligadas ao passado para a construção de um discurso visando o futuro.

O entrelaçamento de memória-esquecimento é muito profundo. Mesmo quando se teorizam rupturas totais e irreparáveis e transformações radicais. Nas situações histórico-culturais em que predominam a cólera e o espírito de rebelião, a exigência de um passado é frequentemente tão forte quanto a que diz respeito ao futuro Rossi (2010.p.25).

Para Rossi, “A memória faz que os dados caibam em esquemas conceituais, reconfigura sempre o passado tendo por base as exigências do presente.” (p. 26). Nesse sentido, o esquecimento não é um “silêncio” ou um “apagar” aleatório e ingênuo. Ele é a construção artificial de um passado conveniente.

Dessa forma, o patrimônio se inscreve como uma alegoria, uma maneira de representação em que recursos dramáticos literários ou pictóricos são usados para ilustrar concretamente uma ideia ou princípios morais e religiosos. Essa foi a estratégia adotada pelo governo brasileiro que, ao criar o IPHAN, elegeu símbolos locais que haveriam de ser partilhados por toda a nação. As diferenças foram sublimadas em função da criação de um Brasil único, composto por elementos que, ao serem invocados automaticamente, se associassem ao território brasileiro e não a um local ou região específica do país.

A partir da renovação da instituição, houve um redimensionamento e rediscussão das estratégias de produção de imagens e representação do território. Assim, migrou-se para a valorização da escala local como forma de acolher e valorizar as diferenças presentes no território. Com isso, a dimensão local ganha status de protagonista e outros marcos foram estabelecidos na (re) configuração da política patrimonial brasileira. Desse modo, podemos concluir que a nação é uma construção imaginada que está em constante mutação; para Canclini (1994), “Aquilo que se entende por cultura nacional muda de acordo com as épocas.”.

Manifestações e elementos das culturas anteriormente marginalizadas ou simplesmente esquecidas dentro do primeiro quadro de referências nacionais são postas em evidência a partir da valorização da escala local. É importante ressaltar que, como aponta Massey (2000, p.185), “os lugares não têm ‘identidades’ únicas e singulares: eles estão cheios de conflitos internos”, desta maneira o presente trabalho não concebe o lugar como natural e

monolítico, sendo este processo de interações sociais mutáveis.

No próximo capítulo me aterei à política de patrimônio imaterial, apresentando de forma concisa alguns pontos a respeito de sua origem e de seu percurso ao longo de seus 14 anos de existência.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICA PÚBLICA E CULTURA: O PATRIMÔNIO IMATERIAL

Inaugurando a preocupação em proteger outros elementos da história e cultura nacional que não aqueles já consagrados pelo IPHAN, a Comissão Nacional do Folclore Brasileiro, criada em 1947, dá o pontapé inicial na construção de saberes ligados às culturas populares e aos bens intangíveis nacionais. Ela estava em consonância com as recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que concebia o folclore como fator de compreensão, incentivo e apreciação das diferenças entre os povos e também como um retrato da cultura a ser divulgado para outros países. Neste período, são fincados os alicerces para a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), que teve como atribuição proteger e defender o folclore que, por sua vez, deu origem ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, hoje com mais de 55 anos de idade.

Segundo Silva (2008), a CDFB possuía como integrantes intelectuais mobilizados em proteger o folclore e as manifestações populares, a fim de “ressaltar” a identidade nacional e a cultura nacional. Em 1969, foi criado o Museu de Campanha de defesa do folclore e, em seguida, renomeado para Museu de Folclore Edison Carneiro, em homenagem ao antigo folclorista e diretor da Campanha de 1961 a 1964. Mesmo antes da criação da Comissão, o folclore já era visto por muitos intelectuais, dentre eles Mário de Andrade, Silvio Romero e Gustavo Barroso⁷, como expressão maior da identidade nacional, a partir da ideia de que o folclore seria a verdadeira arte nacional produzida pelo povo de raízes autênticas e genuínas que deveria ser protegida de influências estrangeiras.

Ao fim da década de 1970, a CDFB é alvo de transformações, passando de campanha de defesa do folclore para Instituto Nacional de Folclore, com o objetivo de fortalecimento da instituição, havendo uma renovação conceitual que vinha a reboque da abertura política e início da redemocratização do país, na qual o Estado, através da constituição de 1988, passa a apoiar, incentivar e valorizar a difusão das manifestações culturais em suas formas materiais e imateriais.

No início da década de 1990, durante a gestão do governo Collor, foram implantadas políticas neoliberais de diminuição do Estado que, conseqüentemente, se

⁷Gustavo Barroso acreditava que a nação era constituída por dois seguimentos, a elite e o povo, na qual era necessária a existência de museus para essas duas categorias sociais, a fim de apresentar a verdadeira nação. Ver SILVA (2008, p. 47).

materializaram na expressiva redução de seus gastos. Ocasionalmente ocasionando o enfraquecimento de muitos órgãos ligados à cultura, inclusive o Instituto Nacional de Folclore – INF. Muitos deles sofreram bastante com o corte de verbas, e mesmo, com sua extinção, nem mesmo o SPHAN escapou, extinto em 1990 e depois recriado com o nome de IBPC-Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, quatro anos depois transformado em IPHAN, sua atual nomenclatura.

Após medidas políticas malsucedidas e o desmembramento de diversos órgãos ligados à cultura, em 1997 o INF é renomeado como Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) e passa a integrar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2003. Essas duas instituições concorreram paralelamente para a construção das políticas de cultura nacional.

Mario de Andrade, um dos pais fundadores da política de patrimônio no Brasil, já apontava na década de 1930 para a importância da valorização e proteção dos bens de natureza imaterial. Seu projeto não obteve adesão das elites; a demanda social daquele momento não comportava o vanguardismo de Andrade. Contudo, essa política só se materializou de maneira contundente em 2000. O Brasil se antecipou, inclusive à UNESCO, no trato do patrimônio imaterial.

É apenas em 1997 que ocorre um planejamento mais efetivo das metas e ações propostas no artigo 216 da constituição de 1988. O seminário internacional de Fortaleza: “*Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção*” gerou a criação de um grupo de trabalho preocupado em discutir e estabelecer métodos e medidas de proteção do patrimônio imaterial. Esse seminário ocorreu no aniversário de 60 anos do IPHAN e ajudou a ampliar o conceito de patrimônio, retomando algumas premissas do anteprojeto de Mario de Andrade e incorporando a noção de referência cultural⁸, criada no final da década de 1970, quando da gestão de Aloísio Magalhães⁹. Segundo Fonseca (2001):

Quando se fala em *referências culturais*, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico- para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmo, não têm

⁸ Ver FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In.: Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 2, 2001. https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf

⁹Para Gonçalves (2003), “a política de patrimônio cultural no Brasil sobre profundas “mudanças”. Segundo ele, a entrada de Aloísio Magalhães no IPHAN foi um marco decisivo para o rumo das políticas públicas de patrimônio no Brasil (2003. p. 71).

um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levando às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer valor histórico, artístico, nacional etc. - a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de *patrimônios culturais*, legitimados por disciplinas como história, a história das artes, e arqueologia, a etnografia, etc. Relativizando o critério do saber, chamava-se atenção para o papel do poder (FONSECA, 2001. p. 112).

Como fruto desse esforço coletivo entre representantes da UNESCO e de diversas instituições privadas e públicas, o IPHAN e o Centro Nacional de Cultura Popular gerou-se o decreto 3551/00.

Foi nesse seminário que se constatou a necessidade de outro instrumento de reconhecimento capaz de acompanhar as transformações e o alargamento do conceito de patrimônio. A clássica figura jurídica do patrimônio de “pedra e cal” não mais comportava a complexidade trazida pela imaterialidade. Até o ano de 2000 havia apenas o estatuto do tombamento, comprometido apenas com os patrimônios construídos, museológicos e/ou arquivo. Ele não dá conta do reconhecimento das expressões cuja materialidade pode ser recomposta, readequada ou da dinâmica de significados que o patrimônio exerce.

O conceito de patrimônio “estendido”¹⁰ e seu registro é muito mais complexo, não se faz restauro no bem, a fim de “preservar”, como é comum no patrimônio de pedra e cal, embora ele também possua valor simbólico e histórico. Nesse caso, quem mantém o bem é o sentido social. O instituto do registro reconhece a permanência histórica e a dinâmica de transformação, dando as condições para que o bem continue sobrevivendo com significado para os grupos que assim o desejam.

O Registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural. Isso significa documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais, passado e o presente da manifestação e suas diferentes versões, tornando essas informações amplamente acessíveis ao público – mediante a utilização dos recursos proporcionados pelas novas tecnologias de informação.

O registro é, antes de tudo, uma forma de reconhecimento e busca a valorização desses bens, sendo visto mesmo como um instrumento legal. Registram-se saberes e

¹⁰ Termo utilizado por Cláudia Marcia, diretora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), em entrevista realizada no mês de janeiro de 2014.

celebrações, rituais e formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem (IPHAN, 2006, p. 22).

Diversos projetos-piloto de experimentação de abordagens foram desenvolvidos, destacando-se o realizado no Museu Aberto do Descobrimento que visava desenvolver uma nova metodologia de inventário que deveria dar conta tanto dos aspectos materiais, quanto o recém-institucionalizado patrimônio imaterial. Tal metodologia ficaria conhecida como Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Embora sua proposta inicial não fosse a aplicação exclusiva para identificação de patrimônio imaterial, hoje ela foi capturada quase que exclusivamente para este fim e foi amplamente utilizada na primeira década dos anos 2000.

No âmbito do CNFCP, o projeto-piloto: *celebrações e saberes da cultura popular*, desenvolvido entre 2001 e 2006 pelo CNFCP, buscou experimentar criticamente o instrumento do INRC- Inventário Nacional de Referência Cultural e a instrução do processo de registro. O Projeto inventariou as cerâmicas de Candéal (MG) e de Rio Real (BA); o bumba-meu-boi do Maranhão; a festa do Divino maranhense no Rio de Janeiro; o artesanato de cuias no Baixo Amazonas; a farinha de mandioca e o tacacá, no Pará; o modo de fazer a viola de 10 cordas do Alto e Médio São Francisco, em Minas Gerais. Também foram inventariados pelo CNFCP o ofício das baianas de acarajé em Salvador (BA); o modo de fazer a viola-de-cocho de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o jongo na Região Sudeste, que mereceram registro pelo IPHAN como Patrimônio Cultural do Brasil. Segundo Cláudia Márcia Ferreira, atual diretora do CNCP, o projeto *celebrações e saberes da cultura popular* desejava resgatar a tradição do trabalho de campo e do mapeamento da cultura nacional, principalmente em entorno de temas gerais, entre eles: “feiras e festas”(o bumba-meu-boi do Maranhão; a festa do Divino maranhense no Rio de Janeiro, “comidas” (a farinha de mandioca e o tacacá, no Pará), além de responder a pedidos e velhas demandas sociais, como, por exemplo, o ofício das baianas de acarajé, ameaçado por problemas de saúde pública, o jongo e a viola de cocho, que vinham desaparecendo, tanto em quantidade de integrantes, quanto em locais de execução e reprodução.

Os primeiros inventários foram fruto de uma demanda social proveniente da mobilização de grupos e associações envolvidas diretamente com esses bens. Nesse primeiro momento, se consideraram ecos já postos, principalmente após o artigo 216 da constituição de 1988. A carta magna, a partir de um conteúdo propositivo, objetivou articular a participação social na produção e reconhecimento da “herança nacional”. Ela é um instrumento de promoção de identidades que, através da coparticipação em fóruns e conselhos, institui a

participação e o diálogo entre as diferentes camadas sociais, a fim de produzir uma política menos autoritária.

A linha de atuação do centro sempre foram os grandes temas da cultura popular brasileira, temas esses ligados a territórios culturais muitas vezes não contíguos. Essa perspectiva da imaterialidade migra com as pessoas, no qual é possível ter contingente de expressões tradicionais populares em locais diferentes do Brasil, sujeitos a adaptações.

Assim, o Centro Nacional de Cultura Popular possui uma tradição, um *know how* no estudo e divulgação das culturas populares, um acúmulo de história, originada na campanha de defesa do folclore brasileiro, passando pela produção e promoção do Atlas folclórico do Brasil em 1982, cujo objetivo era mapear as expressões das tradições populares em todos os estados. Tais trabalhos influenciaram e alicerçaram, anos mais tarde, a elaboração dos primeiros dossiês do patrimônio imaterial.

A Constituição de 1988¹¹ foi um marco para a ampliação das políticas culturais no país. Ela reconheceu, através do artigo 216, a diversidade e a pluriculturalidade como marcas da nossa cultura. Além disso, o IPHAN vem acompanhando documentos, cartas internacionais e as recomendações da Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura - UNESCO que, atualmente, valorizam a diversidade presente nas culturas regionais e locais de distintos territórios, sendo o patrimônio encarado como dispositivo para a promoção da cidadania e valorização de identidades e pertencimentos locais.

A ampliação dessas políticas visa representar outras classes sociais e outros discursos das elites tradicionais. Além disso, se apresenta como desafio aprender a lidar com o novo contexto globalizante constituído no século XX que “embaralha” as identidades que há muitos anos estavam estáveis e constituídas em torno de um discurso coerente. A construção da cidadania atua não só sobre princípios políticos e participação “real” nas estruturas jurídicas ou sociais, mas também a partir de uma cultura formada pelas ações e interações cotidianas, na projeção imaginária dessas ações em mapas mentais da vida social (CANCLINI, 1994. p.100.).

Foi neste espírito que a política de patrimônio imaterial foi estabelecida no Brasil nos anos 2000¹², colocando em questão velhas formas totalizantes de construção do nacional,

¹¹ A constituição de 1988 foi o primeiro passo para a criação do decreto 3.551 no ano de 2000. Ver A questão do nacional no IPHAN: Anais da III Oficina de Pesquisa/Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro, IPHAN, DAF, Copedoc, 2010.

¹²Decreto nº 3.551/2000 instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Dispositivo jurídico que viabilizou o registro dos bens culturais de natureza imaterial que comportam a herança da nação. Ver BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (IPNI). 2000

calcadas na valorização do patrimônio arquitetônico associado à historiografia tradicional. A partir das mudanças de paradigma, abriu-se espaço para a valorização de elementos de caráter imaterial e de relevância local/regional.

Essa nova formulação pretende transcender o material, compreender e dar visibilidade às diferenças através da atribuição de valor dada pelo IPHAN, viabilizando o fomento, a manutenção e a valoração da prática protegida, seja ela uma festa, uma feira, um “saber fazer”, uma manifestação cultural, entre outras. Segundo Fonseca (2003), passou-se a adotar uma concepção mais ampla de patrimônio, não mais focada nos objetos, monumentos, enfatizando as relações da sociedade com sua cultura. Essa abordagem segue as transformações que se implantaram nas ciências humanas, adotando diferentes enfoques, dando ênfase aos estudos culturais, destacando atores outrora excluídos e/ou minimizados nas grandes narrativas econômico-sociais.

A unidade nacional é compreendida agora através da diversidade. São adicionados novos personagens ao velho enredo da nação. A pluralidade cultural torna-se a palavra de ordem dentro do IPHAN, entretanto sem deixar de se preocupar com a memória e a identidade da nação. O órgão é um dos responsáveis pela produção e reforço do que chamamos de identidade brasileira. As transformações do projeto de nação foram alvo de mudanças tanto na seleção de objetos e imagens, quanto dos recortes espaciais escolhidos para as representações sobre o território.

No presente, o termo “relevância nacional” incluso no Decreto Nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 pode facilmente ser comparado ao termo “excepcionalidade” presente no [Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937](#). Se nos primeiros anos a entidade já tinha problemas e questionamentos a respeito do termo “excepcionalidade”, hoje a expressão “relevância nacional” abarca desde Círio de Nazaré, amplamente conhecido no território brasileiro, até a sofisticada técnica de pintura e arte gráfica própria da população indígena Wajãpi, do Amapá, pouquíssimo difundida e conhecida pela população. O conjunto dos registros tem apontado em direção aos diferentes segmentos da sociedade, ainda não atendidos por outras políticas públicas. O instrumento jurídico do registro e do título de Patrimônio Imaterial Nacional serve para dar conformação, visibilidade a complexidade do sistema cultural nacional.

A identificação dos bens culturais imateriais passíveis de integrar o patrimônio cultural brasileiro reconhecido pelo poder público deve ter como requisito, conforme determina a Constituição de 1988, sua

“relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira”. Outro requisito fundamental é a sua continuidade histórica, ou seja: que essas manifestações sejam reiteradas, transformadas e atualizadas, a ponto de se tornarem referências culturais para as comunidades que as mantêm e transmitem no tempo (IPHAN 2010. p. 18).

O título de patrimônio imaterial não é voltado para um grupo ou associação cultural, ele é um instrumento dirigido para entender as formas de expressão cultural e suas variantes, evidenciando quais são seus elementos identificadores, permanentes e presentes de maior significado para os grupos. Entre os inventários, foi possível, em alguns casos, um diálogo maior, como no do ofício das baianas de acarajé que congregou uma gama de atores sociais, dentre eles, uma das fundadoras da Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares do Estado da Bahia (Abam), baianas de acarajé, o marceneiro que confecciona tabuleiro de baiana, o diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia etc. Segundo Cláudia Márcia, o CNFCP buscou realizar um inventário participativo que acompanhasse as transformações das tradições.

A política pública é o resultado de uma demanda social datada. As necessidades, preocupações e discursos vão se transformando ao longo do tempo, a criação do IPHAN em 1937 ratificou um processo que já estava em curso e que se baseava nas determinações de Estado Novo e do Movimento modernista alinhados. A Constituinte de 1988 disponibilizou e incentivou uma mudança significativa nas políticas públicas, embora já houvesse algumas iniciativas, especialmente as ligadas à campanha folclorista e ao CNFCP. O processo de geração de uma política pública se transforma ao longo do tempo, não é o mesmo de 1988, muito menos o de 1937; essas mudanças ocorrem a partir dos eventos, agentes, recomendações internacionais, demandas locais e negociações que retratam a sociedade em seus moldes. Assim, o patrimônio é um valor construído em um processo, é parte de uma dada sociedade. Muitos dos registros e inventários são frutos de demandas sociais das quais o órgão ordenou em uma lógica, um discurso. Segundo Cláudia Márcia, é preciso construir um sentido de patrimônio adquirido em processos, técnicos e sociopolíticos. Nesse sentido, o processo de constituição de um dossiê é uma tentativa de construção de um discurso sobre determinado bem, a partir de uma demanda de alguns setores da sociedade. O dossiê procura então construir a legitimidade dessa demanda que posteriormente será avaliada.

O registro é custoso e demorado, é necessária uma série de etapas que vão desde as preliminares do INRC – Inventário Nacional de Referenciais Culturais – até o trabalho de campo etnográfico, com a participação dos atores sociais, tornando-os pesquisadores

responsáveis pela efetiva elaboração dos inventários, visando construir uma metodologia ao mesmo tempo ampla, mas com uma lógica que lhes permita serem replicadas. O INRC foi criado nos anos 2000 como uma metodologia de inventário de referências culturais e que acabou sendo amplamente utilizada nas etapas preliminares de construção dos dossiês¹³.

Não é determinante que o IPHAN faça os inventários, inclusive espera-se que outros órgãos e agências os façam, pois ele possui uma demanda muito maior da que se pode atender.

O patrimônio vai além do que está registrado ou tombado. A política de patrimônio e culturas populares é a face legal, jurídica. Entretanto, quando o bem é registrado e, conseqüentemente, ganha o título de Patrimônio Imaterial Nacional, seus usos e sua apropriação, em muitos casos, estão fora do controle estatal e de certa forma são imprevisíveis. Portanto, o plano de gestão, previsto para todos os bens, tornou-se uma ferramenta essencial para a garantia da sobrevivência do mesmo, sem cerceá-lo de possíveis transformações.

O Registro tem três características que o distinguem do tombamento: o caráter coletivo do pedido, o caráter descentralizado da instrução do processo, o caráter transitório da inscrição (IPHAN, 2010. p. 22).

O que se tomba e o que se registra criam conseqüências. O estado, ao registrar um bem, implanta um plano de salvaguarda que implica investimentos de recursos financeiros e de pessoal. Ademais, procura estabelecer um diálogo com os grupos, a fim de fortalecer e integralizar uma base social bem construída para a sustentação e reprodução do bem. A cooperação e a negociação entre os grupos e associações integrantes dos bens são indispensáveis para que se estabeleçam metas e ações conjuntas, inclusive quando se trata de barganhar financiamento com as diferentes instâncias de poder público. Outro fator é o alinhamento entre essas instâncias de poder (federal, estadual e municipal) de modo que a atuação seja mais efetiva e integrada, eliminando possíveis conflitos de interesses. Segundo Cláudia Márcia, “o patrimônio construído ainda é o que mais captura investimentos, o imaterial ainda não possui uma situação confortável de usufruição”.

¹³ Para uma maior descrição da metodologia do INRC ver: <http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=598BDE2A16C256E5E5EC51E8972B0FCE?id=14318&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>.

Uma característica de fundamental importância na metodologia do INRC é o envolvimento e, mais que isso, a participação dos detentores, transmissores e usuários dos bens culturais, não apenas como informantes, mas também como intérpretes dos sentidos e valores atribuídos a esses bens e como agentes das ações de salvaguarda. Desse modo, contribui-se para que essa política de salvaguarda adquira a dimensão e o alcance de uma política pública, no sentido da incorporação ativa da sociedade em sua formulação e implementação (IPHAN, 2010. p. 21).

A história do IPHAN está ligada à construção de entendimento de povo em seus diferentes processos históricos. Neste sentido, O patrimônio possui um peso importante na construção dos Estados-nação. O Brasil vem enfrentando o enorme desafio, que começou a se traçar a partir da abertura política, no qual emergiram outros atores sociais e novas identidades começaram a eclodir, lutando por reconhecimento e acesso à justiça social. Esta é a complexa realidade da atual política de identidade, que hoje busca abrigar uma grande gama de discursos identitários, a fim de dar voz àqueles que durante a maior parte da história brasileira foram invisíveis ou dispensáveis.

Segundo o IPHAN, o registro tenta resgatar o direito de cidadania e o de construir valores patrimoniais. Para isso, a base social é o critério principal deste resgate. O bem deve estar presente e vivo dentro da coletividade. Ele é, além de uma expressão cultural, uma ferramenta para a conquista de uma posição social, um lugar perante os grupos já arraigados, presente na comunidade imaginada brasileira.

2.1 O Patrimônio Imaterial no Mundo

Embora de vanguarda e com aspectos próprios, o debate sobre patrimônio imaterial no Brasil não ocorre deslocado da discussão em âmbito internacional. Ocupando um lugar de protagonista, o Brasil influenciou essas discussões e a produção de cartas e declarações, mas estas por sua vez, também influenciaram e legitimaram a formação de políticas públicas no país. Uma breve análise desse panorama pode nos ajudar a compreender as opções brasileiras.

A *Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural* promovida pela UNESCO em Paris, no ano de 1972, estreia as primeiras preocupações relativas à salvaguarda do patrimônio imaterial em escala mundial, tornando-se, desde então, o órgão internacional mais influente e ativo na produção de orientações, classificações, chancelas, formulações etc. sobre o patrimônio.

Esse mesmo evento trouxe à tona reflexões de alguns países que não se enquadravam no padrão estabelecido pelo órgão, mas acreditavam possuir outros “patrimônios” que não os já consagrados bens materiais baseados na tradição europeia, como no caso da Bolívia, que considerava o folclore como uma parte do patrimônio cultural que, apesar de sua importância para os grupos humanos, não tinha os requisitos legais mínimos para a sua proteção. Como resposta, após alguns anos, a consequente constatação desses problemas levou a UNESCO a elaborar uma série de eventos, recomendações, informes e grupos de trabalho ligados a essa temática; são eles: o Encontro de grupo de trabalho para a preparação do Plano de Ação para a Salvaguarda do Patrimônio “Não-Físico” (1987), a recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989), a recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989), o primeiro informe especial dos Estados-Membros sobre a aplicação da recomendação relativa à salvaguarda da cultura tradicional e popular (1991), a Criação do Programa Cultural Imaterial da UNESCO (1992), a proposta do Diretor-Geral sobre os critérios para a seleção de espaços ou formas de expressão cultural popular e tradicional que merecem ser proclamada pela UNESCO para ser obras-primas do patrimônio oral da humanidade (1998), culminando na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), que normatiza e recomenda políticas internacionais de proteção e registro do patrimônio cultural imaterial aos países signatários e, assim, complementa a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, que cuida dos bens tangíveis, de modo a contemplar toda a herança cultural da humanidade. Em 2013 ocorreu a convenção do Patrimônio Cultural Imaterial: em sua primeira década, com o objetivo de avaliar os dez anos do tratado e definir as novas perspectivas para o campo do patrimônio imaterial.

Algumas nações, antecedendo a UNESCO, já debatiam iniciativas de proteção aos elementos incorpóreos. Esses países não possuíam as características tipológicas valorizadas pelo órgão internacional, como centros históricos acompanhados de um conjunto harmonioso de equipamentos urbanos seculares, igrejas, peças pré-históricas etc. Alguns deles dispunham de bens de caráter temporários, como no caso do Japão, que ainda na década de 50 já se preocupava com a transmissão de conhecimentos ligados à construção e reprodução de seus bens. Outro país que teve atuação destacada foi a Bolívia, que se interpôs em 1972, quando da *Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural*, defendendo a preocupação em proteger os elementos da cultura tipicamente popular. O Brasil, após a constituição de 1988, tem se engajado sistematicamente na defesa e na promoção dos grupos historicamente excluídos e relegados pelos planos e projetos oficiais anteriores.

Paralelamente a essa discussão sobre patrimônio intangível, ocorreu também um aumento da preocupação com a legitimidade da seleção do repertório patrimonial, as escolhas e também a preocupação com a preservação da diversidade cultural. A discussão sobre o patrimônio imaterial vem acompanhada de uma preocupação com a ideia de valorização da diversidade. Nesse sentido, Muitos países enfrentaram o desafio de forjar e fortalecer suas comunidades imaginadas, a partir de uma população significativamente heterogênea e herdeira de um passado colonial que deixou severas marcas em sua divisão sociocultural. Na contemporaneidade, esses países se confrontam com o fenômeno da globalização, que para muitos geraria enfraquecimento das identidades nacionais. Anthony Giddens (1991) afirma que a globalização é um processo de “alongamento” das conexões e interligações mundo a fora, produzindo a intensificação das relações sociais em escala mundial, e, por conseguinte, influenciando as escalas subsequentes, repercutindo em uma homogeneização e pasteurização das culturas e identidades locais, regionais e nacionais.

Entretanto, o autor também aponta para possibilidade do movimento inverso, no qual os grupos, até então excluídos, obteriam meios de reivindicar e pressionar por sua autonomia local e pela afirmação de sua identidade cultural regional. É neste ambiente que o conceito de multiculturalismo e diversidade afloram, respondendo a insurgência dos grupos minoritários que cada vez mais se fortalecem e ganham visibilidade. Kretzmann (2007) discute a questão enfrentada pelos Estados-nação que são conclamados a incluir seus grupos minoritários em suas agendas políticas, em vista do amadurecimento das instituições democráticas.

A autora ressalta a existência de duas vertentes opostas quanto ao conceito de multiculturalismo e ao reconhecimento das identidades étnicas e culturais dos grupos minoritários. A primeira delas, o universalismo, se define através da busca pela igualdade, minimizando e escamoteando as diferenças presentes no território. Esta abordagem foi acusada de monoculturalista e opressora. O segundo discurso é o diferencialista (ou relativista), que defende a promoção das identidades coletivas como “fundamental para que o indivíduo seja reconhecido efetivamente e conquiste seu lugar na sociedade.” O IPHAN, em seus primeiros anos, partilhou de um discurso universalista, partindo de um modelo significativamente restritivo, já descrito no capítulo anterior, diferentemente dos dias atuais, quando a instituição opta por seguir uma conduta diferencialista, acompanhando fundamentalmente a constituição de 1988.

Kretzmann (2007) defende que a política brasileira possuiu uma tradição universalista. Através da exemplificação do caso indígena, ela argumenta que o Estado atou

de duas formas: ignorando a presença das comunidades indígenas e/ou confinando-os em unidades de conservação. Esse fato, aliado ao histórico da política patrimonial, nos permite conjecturar essa tradição universalista da política nacional. Intelectuais como Darci Ribeiro (1996) creditaram uma visão “universal” a respeito da formação do povo brasileiro; mesmo reconhecendo as diferenças dos grupos sociais no país, o autor defendia a existência de uma etnia brasileira.

O surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa também pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como os mulatos (negros com branco), caboclos (brancos com índios), ou curibocas (negros com índios). Só por esse caminho, todos eles chegam a ser uma gente só, que se reconhece como igual em alguma coisa tão substancial que anula suas diferenças e os opõe a todas as outras gentes. Dentro do novo agrupamento, cada membro, como pessoa, permanece inconfundível, mas passa a incluir sua pertença a certa identidade coletiva (RIBEIRO, 1996, p. 133).

Hoje, entretanto, os temas nacionalismo e identidade nacional parecem estar “fora de moda”, o medo do fascismo e a estabilidade da soberania dos Estados-Nação solaparam a questão nacional da pauta de discussão de muitas disciplinas. O nacionalismo ganha outros contornos em relação à sua gênese frente aos processos de globalização e regionalismos ocorridos no período técnico- científico- informacional: Segundo Maia (2005):

A hedionda apropriação de tema do nacionalismo pelos fascistas centro-europeus e ibéricos maculou de forma quase incontornável este ideário. Ademais, a utilização propagandista das temáticas do patriotismo e do nacionalismo pela ditadura militar em nosso país contribuiu para o descrédito de tais noções (p. 125).

Maia (2005) discute a valorização e o uso da ideia de diversidade cada vez mais presente no pensamento político brasileiro. Para ele “A identificação, o reconhecimento e a garantia dos direitos das minorias – étnicas, religiosas, sexuais – constituem um inequívoco sinal de aprendizagem, político-cultural das democracias contemporâneas.” (p. 113). Contudo, o autor propõe a retomada do debate acerca do nacionalismo e da autoconsciência nacional, mesmo no atual projeto de construção de uma identidade híbrida, iniciada após a constituição de 1988 e regimentada e operacionalizada a partir dos anos 2000.

Tento em vista a introdução de uma agenda política inspirada no multiculturalismo em países como México, Canadá e Brasil, torna-se extremamente pertinente a rediscussão da identidade nacional. Maia aponta também outros fatores que geram essa

retomada do tema, em especial no contexto europeu. Houve uma complexificação daquilo que se convencionou chamar de nação após o fim guerra fria. Tal processo tem chamado cada vez mais atenção, principalmente após a emergência da globalização e da formação e consolidação do bloco econômico europeu.

A partir do ano de 2000, houve uma retomada das discussões sobre o tema identidade brasileira. Os 500 anos do Brasil inauguram a política de patrimônio imaterial gestada na constituição de 1988.

Á época da comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil, impulsionado, em muitos casos, por iniciativas oficiais, emergiu uma literatura que rediscutia a formação e as características de nossa identidade nacional e os impasses por ela gerados. Hoje, tanto as iniciativas de mobilização populares e de resgate da autoestima, insufladas pelo governo federal como a sensível mudança de papel geopolítico do Brasil – com a sua aproximação das nações emergentes –, conduzida pelo Itamarati na gestão de Celso Amorim, ensejam um cenário propício à retomada da discussão acerca de um projeto nacional de país e, *ipso facto*, questões como identidade nacional, patriotismo, nacionalismo, interesses republicanos, entre outras (p. 123).

A concepção de nacionalismo desenvolvida principalmente nos séculos XIX e XX aliava-se aos ideais racistas e evolucionais presentes na ciência à época. A maioria das teorias ligadas ao tema em direção da exclusividade, da purificação e do majoritarismo (Maia, 2005). A atual identidade nacional vem se alicerçando em bases de caráter cultural e não mais políticos como em e seus primórdios. Maia (2005) aponta que três ideias fundamentais devem ser consideradas ao se rediscutir o nacionalismo e um possível robustecimento de nossa identidade nacional:

- 1) Falamos de identidade sempre que dizemos quem somos e quem queremos ser;
- 2) no processo de transmissão de nossa herança cultura, abre-se a possibilidade de decidir quais de nossas tradições nós queremos continuar e quais não queremos: há uma capacidade de filtragem das tradições;
- 3) nossa identidade não é somente algo que nós recebemos; ela é ao mesmo tempo nosso próprio projeto.

O Brasil e o mundo vêm passando por um processo de transformação acerca de seus referências identitárias. Nesse sentido, o patrimônio é reflexo dessa mudança de mentalidade e, diante disso, há uma rediscussão e ampliação de certos dispositivos e normas presentes no arcabouço jurídicos dos países dispostos a reformular seu quadro de elementos que representam o atual modelo de Estado-nação, baseado no paradigma democrático ocidental.

CAPÍTULO 3 - DA DIVERSIDADE À UNIDADE: DO PARTICULAR AO GERAL

Nessa seção do trabalho buscarei realizar a análise dos 27 bens e seus respectivos dossiês que estão sob a proteção do IPHAN, registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, sendo eles: **sete** celebrações (Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão, Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – Goiás, Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim, Festa de Sant' Ana de Caicó, Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe); **dez** formas de expressão (Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, Frevo, Jongo no Sudeste, Matrizes do Samba no Rio de Janeiro – Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo –, Samba de Roda do Recôncavo Baiano, Tambor de Crioula do Maranhão, Roda de Capoeira, Fandango Caiçara, O toque dos Sinos em Minas Gerais, Rtxòkò – expressão artística e cosmológica do Povo Karajá); **oito** saberes (Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá, Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, Modo de Fazer Viola-de-Cocho, Ofício dos Mestres de Capoeira, Ofício de Sineiro, Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre, Ofício das Baianas de Acarajé, Modo de fazer Renda Irlandesa, Ofício das Paneleiras de Goiabeiras); e **dois** lugares (Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri e Feira de Caruaru). (GRÁFICO 1).

Como já foi dito, Os bens são agrupados por categoria e registrados em livros, classificados em: Livro de Registro dos Saberes, para os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro de Celebrações, para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as manifestações artísticas em geral; e Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

Dentre os 27 bens, o primeiro a ser registrado foi o do *ofício as Paneleiras de Goiabeiras*, em 2002 (GRÁFICO 2). Trata-se do primeiro registro de um bem cultural concretizado pelo Iphan, inaugurando o Livro de Registro dos Saberes e também o instrumento legal de reconhecimento e preservação dos bens culturais de natureza imaterial. “Para melhor conhecer e dar a conhecer o saber e o fazer dessas cidadãs brasileiras, foi aplicada, pela primeira vez, a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.”

(p.11).

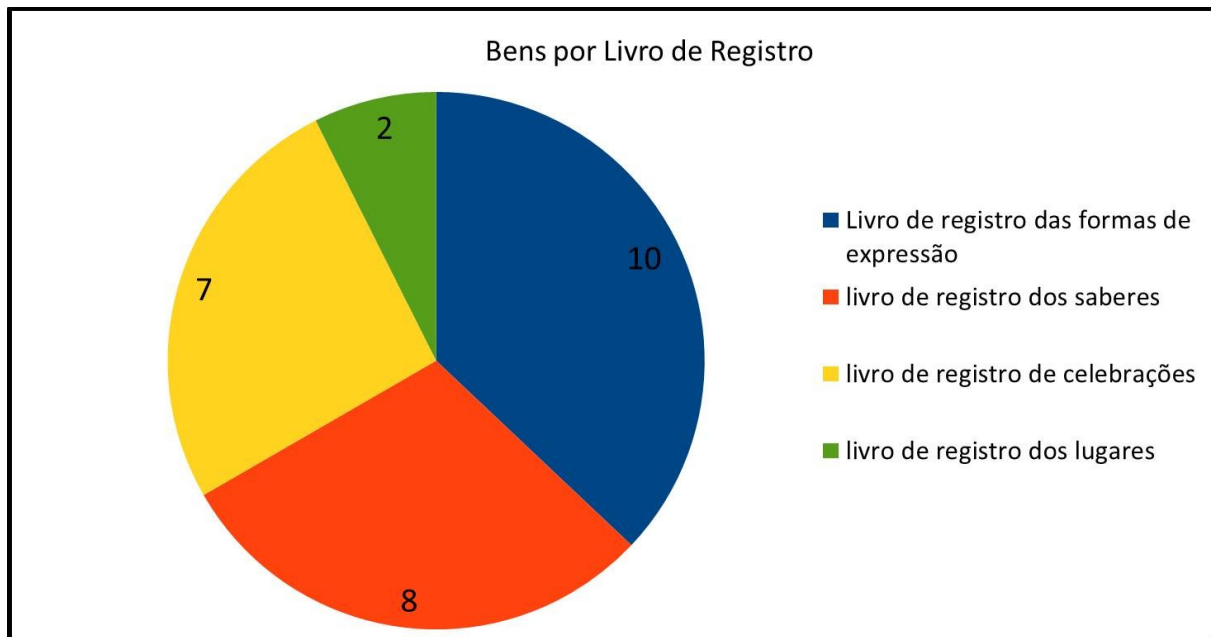


Gráfico 1: Bens por livro de registro. Produzido com base nos dados do IPHAN

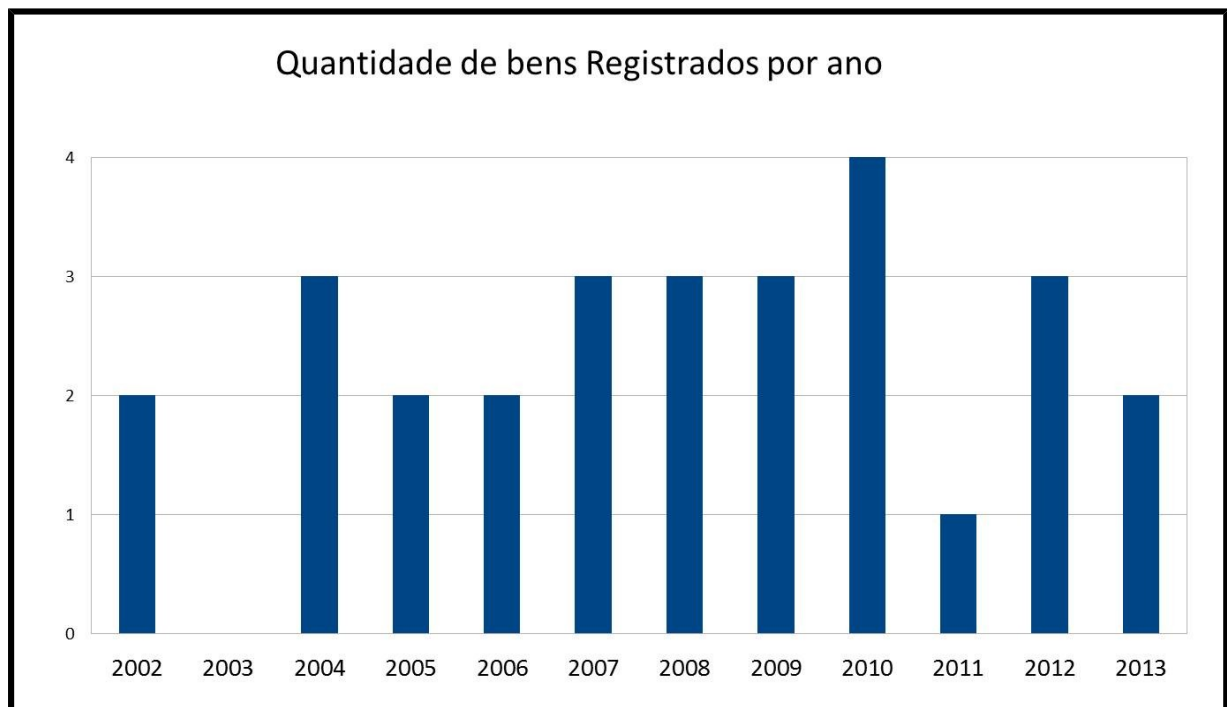


Gráfico 2: Quantidade de bens registrados por ano. Produzido com base nos dados do IPHAN

A Identidade capixaba é um dos principais atributos do documento; o fazer das panelas não é apresentado como uma atividade em risco, seu registro não foi advogado em função de uma possível extinção. Entretanto, a preservação das fontes de matérias-primas é uma das questões levantadas no plano de salvaguarda.



Figura 1: Modo de produção das panelas de goiabeiras.

Fonte:<http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.doid=17745&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional#1>



Figura 2: Modo de produção das panelas de goiabeiras. Fonte:
<http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.doid=17745&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional#1>



Figura 3: Modo de produção das panelas de goiabeiras.
Fonte:<http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.doid=17745&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional#1>

A área de captação das matérias-primas, após a década de 1960, foi alvo de uma série de pressões urbanas, entre elas a implantação do campus da Universidade Federal do Espírito Santo, o primeiro conjunto habitacional do então Banco Nacional de Habitação – BNH e as correspondentes vias de acesso. Ademais, o barro utilizado não é um elemento pereene, e, por isso, as paneleiras tiveram que regularizar a exploração do barro, submetendo-se às legislações ambiental e mineral para obter a correspondente licença de extração da argila, a fim de garantir a continuidade de acesso à matéria-prima.

Diferentemente de outros grupos produtores de bens culturais que, a despeito de sua relevância para a formação nacional, se encontram marginalizados da dinâmica social e econômica hegemônica, as paneleiras de Goiabeiras conquistaram, a partir dos anos 1980, a consciência de sua importância no processo de construção da identidade cultural regional. Essa consciência vem se manifestando na interlocução direta da Associação das Paneleiras de Goiabeiras – APG com os poderes públicos, as empresas e a imprensa, em busca do atendimento às suas demandas (IPHAN, 2006. p. 47).

Quanto à questão identitária, o dossiê do *ofício das Paneleiras de Goiabeiras* justifica seu título por meio de um discurso que ressalta o caráter miscigenado do prato, fruto da influência na culinária dos três povos que marcaram o processo de colonização brasileira. “Ícones da identidade cultural capixaba, a torta, as moquecas e as panelas de barro ganharam o mundo e configuram, na literatura gastronômica, “a mais brasileira das cozinhas”, por reunirem e mesclarem elementos das culturas indígena, portuguesa e africana. “(p. 13). Observa-se que, mesmo sendo um bem localizado em um ponto definido do país, seu discurso procura abranger a escala nacional e outros interlocutores que não as goiabeiras ou/ e a população de Goiás¹⁴.

É importante sublinhar que os dois primeiros dossiês são fruto da demanda dos grupos sociais integrantes dessas práticas e saberes, tanto o registro da *Arte Kusiwa - Pintura corporal e arte gráfica Wajãpi*, proposto pelo conselho das Aldeias Wajãpi – Apina e pelo Museu do índio, quanto o *ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, sugerido pela Associação das Paneleiras de Goiabeiras, descendem de uma base social fortemente estabelecida que viu a oportunidade de alçar visibilidade e representatividade, negada durante toda sua existência.

O dossiê “IPHAN 2- *Arte Kusiwa – Pintura corporal e arte gráfica Wajãpi*” é um interessante exemplo de narrativa preocupada com a identidade e atributos locais, sinalizando para a adoção da política de multiculturalismo e diversidade, efetivamente implantada a partir

¹⁴ Teses de doutorado já foram desenvolvidas contemplando essa primeira experiência de registro. Ver Dias (2006) e Simão (2008).

desse dossiê. A *Arte Kusiwa* é uma técnica de pintura e arte gráfica, própria dos Wajãpi que vivem no oeste do estado do Amapá. Os grafismos podem ter como suporte o corpo humano, mas também cestos, cuias, tecelagem, bordunas e objetos de madeira. Os padrões kusiwa representam animais, partes do corpo ou objetos e estão carregados de práticas que envolvem desde relações sociais, crenças religiosas e tecnologias, até valores estéticos e morais.



Figura 4: Arte Kusiwa.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.doid=17746&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional#1>

Essa herança dos povos indígenas é uma expressão local, desconhecida e à margem do elenco de patrimônios escolhidos pelo projeto político nacional brasileiro que hoje, através do decreto-lei nº 3.551/2000, é inscrito no mosaico de elementos constitutivos que formam a identidade brasileira, idealizada na constituição de 1988. A narrativa que permeia o dossiê não está presa à identificação dos valores ligados à pretensa identidade nacional brasileira. A preocupação do documento é trazer ao conhecimento de toda a população brasileira a riqueza e complexidade do sistema gráfico produzido pelos Wajãpi. Corroborando tais atributos, a expressão em tela foi declarada patrimônio oral e imaterial da Humanidade pela UNESCO no ano de 2003. Segundo diagnóstico realizado pelos pesquisadores que vêm atuando e assessorando os Wajãpi do Amapá (equipe do programa Wajãpi/ Iepé e do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo -NHII-USP) há três fatores de risco para a continuidade e durabilidade das formas de expressão gráfica e de transmissão oral dos Wajãpi do Amapá, descritos a seguir: as pressões crescentes no seu entorno, desinteresse dos jovens pelos acervos e pelas práticas tradicionais e risco de folclorização e de mercantilização dos saberes tradicionais. O dossiê visa registrar e proteger a Arte Kusiwa dos Wajãpi pelos motivos elencados acima. Este povo historicamente vem sofrendo uma crescente ameaça de perda de seus referências étnico- culturais.

Não é da natureza dos saberes e práticas criadoras de significados culturais, como o sistema gráfico e a arte verbal dos Wajãpi do Amapá, serem associados à identidade. Nem era sua função ou característica constituírem-se como “patrimônio”, mas os impactos das transformações sociais, ambientais e econômicas a que estão sendo submetidos vêm fortalecendo o entendimento da diferença que sua condição de “índios” representa. Afinal, há 30 anos são vítimas de invasões, destruição de suas terras e perda de qualidade de vida devido a sua crescente dependência da economia de mercado (IPHAN, 2008. p. 95).

Elementos, expressões e saberes ligados à cultura negra também se fazem presentes nas temáticas abordadas pelos dossiês. Nota-se que é recorrente a preocupação com a valorização e o reconhecimento da cultura afro-brasileira, os dossiês do Tambor de Crioula, Jongo no Sudeste, das matrizes do samba no Rio de Janeiro e o Samba de Roda do Recôncavo Baiano são exemplo disso. Uma amostra desse cuidado para com esse grupo étnico é o registro da capoeira que reconhece a presença do jogo em todo o território nacional, o que se difundiu mundo a fora. Esse bem é inscrito como bem de abrangência nacional, ratificando sua importância no acervo da cultura popular brasileira.

Atualmente, a capoeira se encontra presente em mais de 150 países, atraindo praticantes e estudiosos dos cinco continentes do planeta. A sua globalização, feita sem incentivo governamental, ocorreu devido às errâncias dos capoeiristas, verdadeiros embaixadores informais da cultura brasileira. Assim, este se torna um momento oportuno para que o Estado brasileiro reconheça a capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil (IPHAN. 2007. p. 51).

Embora o registro da capoeira possua como recorte espacial todo o território brasileiro, há escassas menções à identidade nacional no documento, que se restringe à descrição e ao apanhado histórico do bem, a partir da documentação escrita e dos relatos dos mestres que continuam em atividade. Presumo que o enfoque na temática identitária parta do grupo realizador do dossiê que pode dar ou não ênfase a temática. No dossiê das *Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido-alto, samba de terreiro e samba-enredo*, mesmo tendo seu perímetro localizado apenas na cidade do Rio de Janeiro, encontra-se um número considerável de menções à identidade nacional, conforme podemos observar nos trechos abaixo:

O partido-alto, o samba de terreiro e o samba-enredo atravessaram o século XX no Rio de Janeiro como manifestações vivas e ricas da cultura popular. Reconhecido pelo seu alto valor artístico, o samba contribuiu significativamente para o processo de integração social das camadas mais pobres da população no ‘Rio de Janeiro, pois constituiu-se num meio de expressão de anseios pessoais e sociais, num elemento fundamental na construção da identidade nacional e numa ferramenta de integração,

ajudando a derrubar barreiras e eliminar preconceitos, num projeto ainda não concluído no país (IPHAN, 2007. p. 112).

Não obstante existirem práticas musicais identificadas pelo termo samba, como o samba de roda do Recôncavo e o samba rural paulista, no panorama musical brasileiro o samba no Rio de Janeiro se destaca por ser um fenômeno cultural pujante que atravessou o século XX, passando de alvo de discriminação e perseguição nas primeiras décadas a ritmo identificado com a própria nação, a ponto de ser um de seus símbolos (IPHAN, 2007.p. 9).

O samba e os sambistas participaram ativamente da construção da identidade nacional brasileira. O samba virou sinônimo de Brasil (IPHAN, 2007.p. 10).

Observo, através da (tabela 1), que uns dos órgãos responsáveis pela elaboração do dossiê foi a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, responsável em promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra. Tal órgão federal possui a clara missão de propagar e defender a cultura afro-brasileira. Nesse sentido, o patrimônio imaterial é apropriado pelo Estado, tornando-se, assim, um instrumento político no intuito de promover e justificar políticas afirmativas.

Apesar da política de valorização de “outros” patrimônios, não privilegiados pela política de até então, a religião católica continua presente de maneira contundente no conjunto de bens imateriais até agora registrados, como podemos ver nos seguintes dossiês: Círio de Nossa Senhora de Nazaré, festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim e Festa de Sant' Ana de Caicó. Esses registros evocam a religiosidade como intrínseca à identidade local e nacional, nestes casos de matriz portuguesa. Essas festas são parte do complexo sistema cultural brasileiro que revelam um conjunto de celebrações e formas de expressões, religiosas e profanas, e de saberes e fazeres que ocupem a praça, as igrejas e as casas dos devotos. Segue o trecho retirado dos dossiês da Festa do Divino de Paraty:

A Festa do Divino evoca o respeito às tradições ancestrais e a vivência de certo ethos religioso, transmitido pela herança colonial portuguesa, que constitui as referências culturais não somente do paratiense, mas de todos os brasileiros (IPHAN 2013.p. 100).

Segue o trecho do dossiê do Círio de Nazaré:

Identificam-se na devoção elementos comuns à cultura nacional, tais como a religiosidade popular marcada pela peculiar relação sagrado-profano, o culto dos santos, bem como a ideia de comunhão nacional, para além de todas as singularidades regionais (IPHAN, 2004. p. 10).

O Círio de Nazaré e a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis tiveram como proponente, respectivamente: a Arquidiocese de Belém e a Irmandade do Santíssimo sacramento da Paróquia de N.Sra. do Rosário. Isso pode nos indicar que a igreja católica continua fortemente preocupada em defender sua representação, utilizando o patrimônio como uma ferramenta ideológica e marcando sua presença, também, nos bens de cunho imaterial¹⁵. Nos últimos anos o catolicismo vem perdendo cada vez mais espaço para outras religiões, principalmente para as que professam o protestantismo. Apesar do crescimento desta religião, este grupo ainda não possui influência para alterar a agenda política do IPHAN.

A religiosidade brasileira também é expressa através de outras crenças e costumes que estão retratadas nos dossiês. O caráter miscigenado gerador de uma cultura sincretista está presente no conjunto dos dossiês. O Tambor de Crioula do Maranhão¹⁶, a Cachoeira de Iauaretê¹⁷ e o Ofício das Baianas de Acarajé¹⁸ fazem parte dessa profusão de referências, culturas e identidades sobrepostas e encaixadas, formadoras da nação multicultural brasileira, projetada em 1988.

¹⁵Conforme o mapa do Brasil passado, o tombamento de igrejas católicas foi uma das marcas de atuação no início das atividades do IPHAN.

¹⁶ Tambor de Crioula do Maranhão é uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores. Seja ao ar livre, nas praças, no interior de terreiros, ou associado a outros eventos e manifestações, é realizado sem local específico ou calendário pré-fixado e praticado especialmente em louvor a São Benedito.

¹⁷ Lugar sagrado para os povos que vivem na confluência dos rios Uaupés e Papurí, na localidade conhecida como Iauaretê, destaca-se a inesgotável capacidade desses povos indígenas criarem e recriarem suas tradições na perspectiva de um projeto histórico de resistência cultural.

¹⁸ O carajé é um bolinho de feijão- fradinho, cebola e sal, frito em azeite-de-dendê. É uma iguaria de origem africana, vinda com os escravos na colonização do Brasil. Tem sentido religioso, é comida de santo nos terreiros de candomblé. É o bolinho de fogo ofertado puro, sem recheios, a Iansã e Xangô e é cheio de significados nos mitos e ritos do universo cultural afro-brasileiro.

3.1 Mapa do Brasil Presente

Silvana Rubino, em seu artigo publicado em 1996, pela Revista do Patrimônio Histórico e Artístico, número 24, realizou um interessante estudo sobre os tombamentos aplicados na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, com destaque pra o primeiro ano do IPHAN, no qual ela constatou a concentração de tombamentos nos estados de Minas Gerais (23,9%), Rio de Janeiro (20,3%), Bahia (19,9%), Pernambuco (8,1%) e São Paulo (6,0%). “Aparentemente, a geografia do passado nacional está concentrada em estados vinculados a ciclos econômicos – Bahia, Minas gerais, Pernambuco e São Paulo, além da Capital Federal.” (RUBINO, 1996. p. 101). A distribuição dos bens exposta pela autora corrobora o capítulo 1 desse trabalho, mostrando um IPHAN preocupado em homenagear os grandes personagens da nossa história, os artistas brasileiros já consagrados, os eventos históricos sabidamente destacados e a estada da família Real no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro foi o estado onde a prática do SPHAN se iniciou com maior impacto: 78 bens tombados no primeiro ano (56% do que seria tombado até 1967). Seguem-se a Bahia com 50 inscrições (36% sobre o mesmo total) e Pernambuco com 36 (64, 3%). Nesse ano inaugural, o SPHAM tombou bens na Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Em 1940, acrescentou a esse mapa o Espírito Santo e o Maranhão. Em 1941, Alagoas, Goiás, Sergipe e Pará. O Rio Grande do Norte entra para o acervo em 1949, e o Amapá, em 1950. Mato Grosso e Ceará são incorporados em 1957, e o recém-inaugurado Distrito Federal, em 1958. O último estado da nação a entrar para o conjunto de bens que a representa foi o Amazonas, cujo bem foi tombado em 1966 (RUBINO, 1996. p. 97).

A partir do trabalho de análise e listagem realizado pela autora, produzi um mapa apresentando a distribuição dos 698 tombamentos efetuados entre 1938 e 1967 (MAPA 1). Este esforço se justifica a título de comparação entre o período mencionado e a atual prática de preservação. Embora sejam contextos, atores e práticas diferentes são resultados da atuação do IPHAN e servem de amostra do processo de transformação da instituição e do planejamento político-ideológico pelo qual o Estado Brasileiro passou.

Podemos perceber certa desconcentração na atual distribuição espacial dos bens patrimoniais imateriais, mesmo havendo um número maior nas proximidades de litoral, há uma distribuição mais igualitária entre as Unidades da Federação (MAPA 2). Isso é explicado devido a uma maior ponderação dos critérios de eleição dos bens, ao contrário dos primeiros

anos de atuação do IPHAN. Segundo Rubino (1996), em seu primeiro ano de atuação, o IPHAN tombou 215 bens, destoando significativamente da atual postura da entidade muito mais cautelosa e coincidente com a necessidade de se produzir um estudo fundamentado e do diálogo com os diferentes seguimentos da sociedade, vide o reduzido número de bens imateriais registrados nesses 14 anos de existência do instrumento de registro.

Em um país de grandes dimensões, o SPHAN desenvolveu suas atividades de modo marcadamente desigual. O conjunto de bens tombados desenha um mapa de densidades discrepantes nas diversas regiões. Períodos e tipos de bens, formando conjuntos fechados e finitos (RUBINO, 1996. p. 97).

Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia são os líderes no número de registro de bens imateriais, repetindo o padrão espacial do patrimônio material em seus primeiros 30 anos de existência. Estados como Acre, Roraima, Rondônia, Piauí, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará ainda não possuem bens registrados no rol de patrimônios imateriais brasileiro. (GRÁFICO 3).

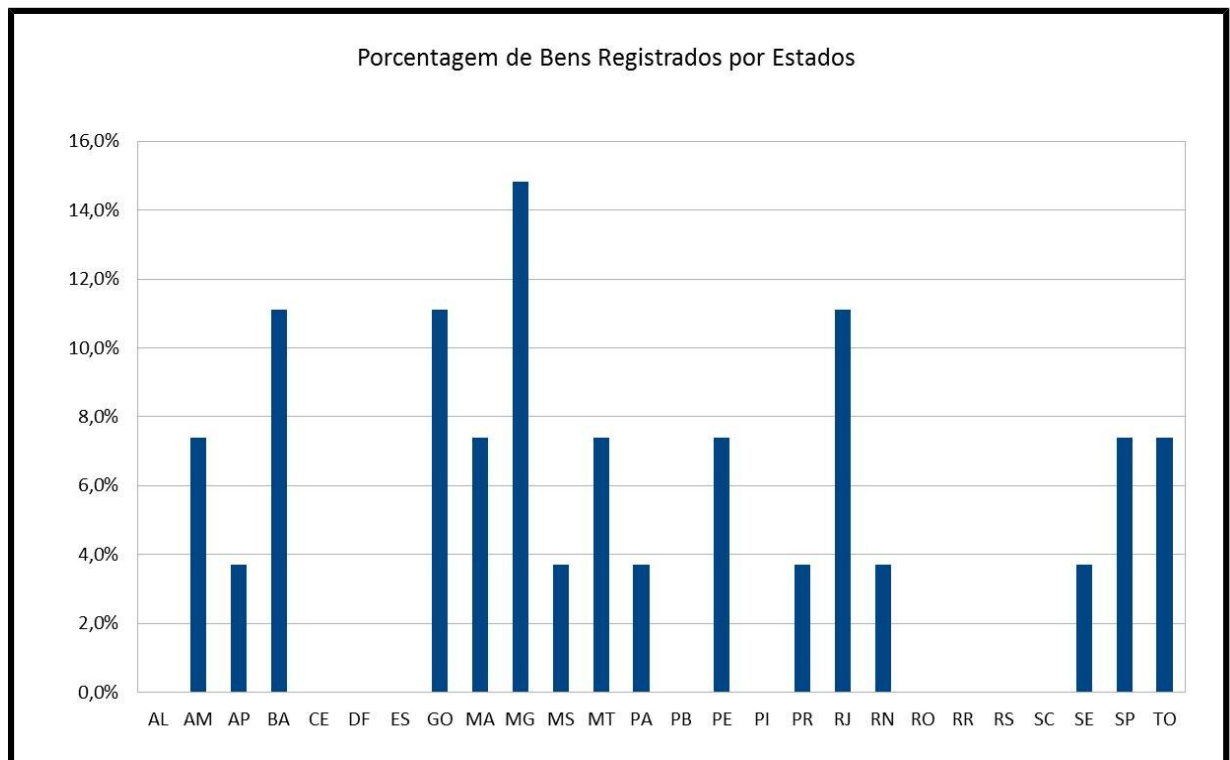
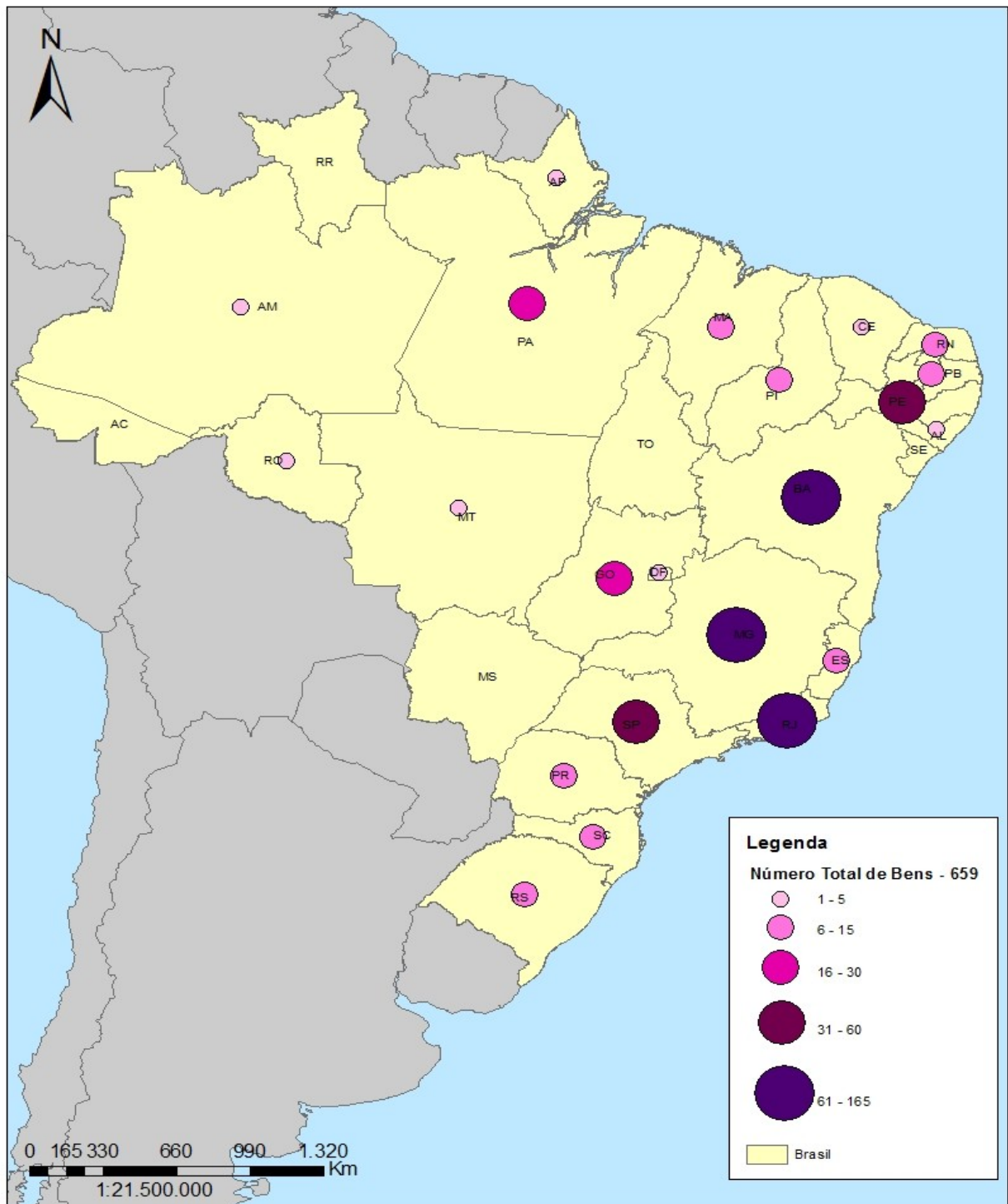


Gráfico 3: Bens Registrados por Estados.

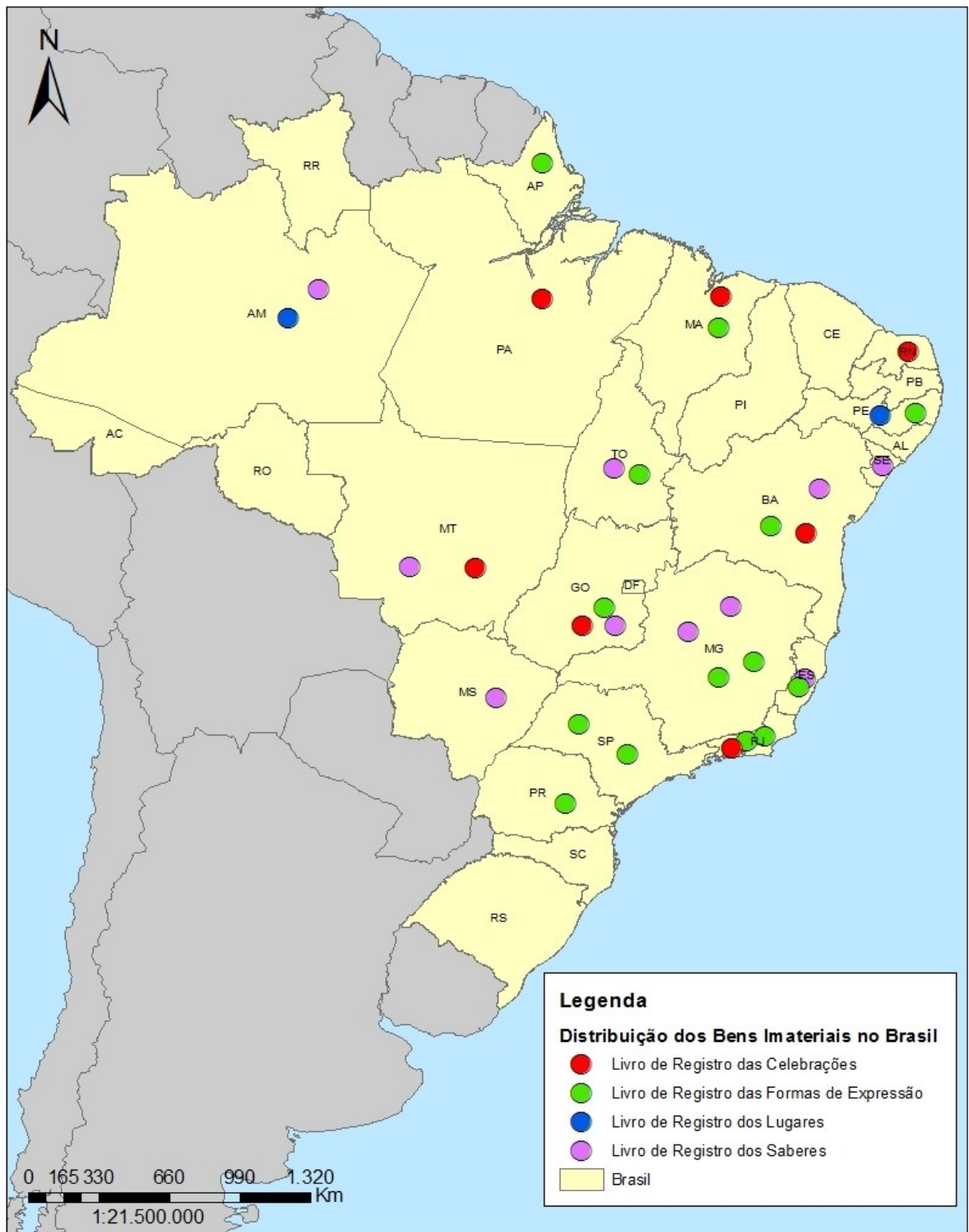
O decreto 3551/00 deseja mitigar as marcas do recente passado de exclusão e silêncio pelo qual os grupos minoritários e “indignos” de representatividade foram submetidos

por intermédio do anterior projeto de nação brasileira. Segundo Rubino (1996), “Para alguns grupos da geração de Rodrigo havia uma necessidade clara de se excluir as marcas de um passado recente e indesejável”.

O tombamento solitário do eclético Teatro Amazonas levanta questões que retornam ao Anteprojeto de Mario de Andrade, escrito em 1936. Em seu texto, Mario enumera, além de bens móveis, e imóveis também artefatos, registros filmográficos, cantos, ritos. Certamente, entre 1936 e 1967, apesar da generosidade etnográfica do anteprojeto, que faz parte da história da fundação o SPHAN, populações indígenas e seringueiras que habitavam a Amazonas poderiam ter lugar como objeto de investigação antropológica, mas eram poucos dignas de serem fixadas em uma história documental e evocativa. No registro da instituição, bens móveis e imóveis representam, sobretudo, o bem edificado (RUBINO, 1996. p. 101).



Mapa 1: Distribuição Espacial do Patrimônio Material entre 1937 à 1967. Produzido com base em Rubino (1996)



Mapa 2: Distribuição espacial do patrimônio imaterial no Brasil

TABELA 1: Lista de Bens Registrados					
UF	Bem Registrado	Proponente	Instrução do Processo	Data de Inscrição	Livro de Registro
AP	Arte Kusiwa – Linguagem e arte gráfica Wajãpi	Conselho das aldeias Wajãpi – APINA Museu do Índio	IPHAN - DPI	20/12/2002	Formas de Expressão
ES	Ofício das paneleiras de goiabeiras	Associação das paneleiras de goiabeiras, Secretária Municipal de Cultural – Vitória / ES	IPHAN - ES	20/12/2002	Saberes
BA	Samba de roda do recôncavo baiano	Associação Cultural Samba de Roda Dalva Damiana de Freitas, Grupo Cultural Filhos de Nagô, Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo	IPHAN - DPI	05/10/2004	Formas de Expressão
PA	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Arquidiocese de Belém e Diretoria da Festa do Círio	Sindicato dos Arrumadores do Estado do Pará; IPHAN - PA	05/10/2004	Celebrações
BA	Ofício das baianas de acarajé	Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e similares do estado da Bahia – ABAM, Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO, Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá	CNFCP	21/12/2004	Saberes
MS / MT	Modo de fazer Viola-de-cocho	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP	CNFCP	14/01/2005	Saberes
ES / MG / SP / RJ	Jongo no sudeste	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP	Grupo Cultural Jongo da Serrinha, CNFCP	15/12/2005	Formas de Expressão
AM	Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN	Instituto socioambiental – ISA; Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN; IPHAN - DP	10/08/2006	Lugares
PE	Feira de Caruaru	Prefeitura de Caruaru	Centro de Cultura Popular Luísa Maciel; Associação Comercial e Empresarial de Caruaru	20/12/2006	Lugares
PE	Frevo	Prefeitura do Recife	Secretária Municipal de	28/02/2007	Formas de Expressão

			Cultura do Recife; IPHAN - PE		
MA	Tambor de Crioula	Prefeitura de São Luís	Secretaria de Estado de Cultural do Maranhão; Comissão Maranhense de Folclore – CMF; IPHAN - MA	20/11/2007	Formas de Expressão
RJ	Matrizes do samba no Rio de Janeiro: Partido alto, samba de terreiro e samba-enredo	Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro	Secretaria espacial de políticas de promoção da igualdade racial – SEPPIR; IPHAN - DPI	20/11/2007	Formas de Expressão
MG	Modo artesanal de fazer queijo de Minas nas regiões do Serro, Canastra e Salitre / Altoparanaíba	Associação dos Amigos do Serro	IPHAN – MG	13/06/2008	Saberes
Nacional	Ofício dos mestres de capoeira	IPHAN	IPHAN - DPI	21/10/2008	Saberes
Nacional	Roda de capoeira	IPHAN	IPHAN - DPI	21/10/2008	Formas de Expressão
SE	Modo de fazer renda irlandesa tendo como referência este ofício em Divina Pastora / SE	Associação para o desenvolvimento da renda irlandesa de Divina Pastora – ASDE-REN; Prefeitura Municipal de Divina Pastora – Secretária Municipal de Educação e Cultural	IPHAN - SE	28/01/2009	Saberes
MG	O toque dos sinos em Minas Gerais, tendo como referência São João del Rey e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes	Secretaria de Cultura de Minas Gerais	IPHAN - MG	30/12/2009	Formas de Expressão
MG	Ofício de Sineiro	Secretaria de Cultura de Minas Gerais	IPHAN - MG	30/12/2009	Saberes
GO	Festa do divino Espírito Santo de Pirenópolis	Instituto Cultural Cavalladas de Pirenópolis; Prefeitura Municipal de Pirenópolis; Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de N.Sra. Do Rosário; Superintendência do IPHAN em Goiás	IPHAN - GO	13/05/2010	Celebrações

AM	Sistema agrícola tradicional do Rio Negro	Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro – ACIMRN; Associação Indígena de Barcelos – ASIBA e Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN	Institute de recherche pour le développement – IRD; IPHAN - DPI	05/11/2010	Saberes
MT	Ritual Yoakwa do povo indígena Enawerene Nawe	Operação Amazônia Nativa e Lideranças indígenas do povo Enawerene Nawe - OPA	IPHA – GO; IPHAN - MT	05/11/2010	Celebrações
RN	Festa de Sant'Ana de Caicó	IPHAN	IPHAN - DF	10/12/2010	Celebrações
MA	Complexo cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão	IPHAN	IPHAN - MA	30/08/2011	Celebrações
GO / TO	Saberes e práticas associados ao modo de fazer bonecas Karajá	Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, FAPEG e IPHAN	IPHAN	25/01/2012	Saberes
GO / TO	Ritxòkò: Expressão artística e cosmológica do povo Karajá	Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, FAPEG e IPHAN	IPHAN	25/01/2012	Formas de Expressão
SP / PR	Fandango Caiçara	Associação cultural Caburé/RJ; IPHAN-RJ; Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular	IPHAN - RJ	29/11/2012	Formas de Expressão
RJ	Festa do divino de Paraty	Instituto Histórico e Artístico de Paraty- IHAP	CNFCP	03/04/2013	Celebrações
BA	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	IPHAN	IPHAN - BA	05/06/2013	Celebrações

UF BEM REGISTRADO	RESUMO
<p>Arte Kusiwa – Linguagem e Arte AP Gráfica Wajãpi</p>	<p>A Arte Kusiwa é uma técnica de pintura e arte gráfica associada à oralidade, própria dos Wajãpi que vivem no oeste do estado do Amapá. Os grafismos podem ter como suporte o corpo humano, mas também cestos, cuias, tecelagem, bordunas e objetos de madeira. Os padrões kusiwa representam animais, partes do corpo ou objetos e estão carregados de práticas que envolvem desde relações sociais, crenças religiosas e tecnologias, até valores estéticos e morais. O excepcional valor desta forma de expressão está na capacidade de condensar, transmitir e renovar – por meio da criatividade dos desenhistas e dos narradores – todos os elementos particulares e únicos de um modo de pensar e de estar no mundo, próprio dos Wajãpi do Amapá.</p>
<p>Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios AM Uaupés e Papuri</p> <p>Sistema Agrícola Tradicional do Rio AM Negro</p>	<p>O reconhecimento dos lugares sagrados dos povos que vivem na confluência dos rios Uaupés e Papuri na localidade conhecida como Iauaretê, destaca a inesgotável capacidade desses povos indígenas criarem e recriarem suas tradições na perspectiva de um projeto histórico de resistência cultural.</p> <p>A solicitação de registro se refere à forma particular, e tradicional, de praticar a agricultura desenvolvida na região do Rio Negro. É entendida aqui como um conjunto de campo de expressões de saberes diferenciados que tratam do manejo do espaço, do manejo das plantas cultivadas, da cultura material associada e das formas de alimentar-se decorrentes. A expressão sistema, utilizada no título, evidencia a interdependência desses domínios de formas de fazer. Trata-se de registrar uma diversidade de processos que envolvem várias escalas ecológicas, biológicas, socioculturais e temporais, que atravessam domínios da vida material, social e econômica, que têm funções simbólicas e produtivas, que repousa sobre ecossistemas, plantas, conceitos e saberes, normas sociais e que suprem necessidades biológicas.</p>
<p>Ofício das Baianas de BA Acarajé</p>	<p>O acarajé é um bolinho de feijão-fradinho, cebola e sal, frito em azeite-de-dendê. É uma iguaria de origem africana, vinda com os escravos na colonização do Brasil. Hoje está plenamente incorporado à cultura brasileira. É alimento do dia-a-dia – comida de rua – em Salvador e em tantas outras cidades, vendido com acompanhamentos como a pimenta, o camarão, o vatapá e, às vezes, molho de cebola e tomate... Também tem sentido religioso, é comida de santo nos terreiros de candomblé. É o bolinho de fogo ofertado puro, sem recheios, a <u>lansã e Xangô... e cheio de significados nos mitos e ritos do universo cultural afro-brasileiro.</u></p>
<p>Samba de Roda do BA Recôncavo Baiano</p>	<p>Reconhecido como uma das matrizes do notório símbolo nacional, o samba, o samba de roda do Recôncavo Baiano foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2004. Contudo, como demonstra este exemplar da série Dossiês Iphan, o valor do samba de roda transcende esse caráter de ancestralidade e sua importância permanece presente no cotidiano de homens e mulheres da Bahia. Manifestação musical, coreográfica e poética, o samba de roda permeia atividades econômicas, religiosas e lúdicas, particularmente no contexto cultural do Recôncavo Baiano.</p>
<p>Ofício das Panelas ES de Goiabeiras</p>	<p>Este Dossiê 3 trata do primeiro Registro de um bem cultural concretizado pelo Iphan: o Ofício das Panelas de Goiabeiras. Com ele se inaugurou o Livro de Registro dos Saberes e também o instrumento legal de reconhecimento e preservação dos bens culturais de natureza imaterial, criado em agosto de 2000. A fabricação artesanal de panelas de barro é o ofício das panelas de Goiabeiras, bairro de Vitória, capital do Espírito Santo. A atividade, eminentemente feminina, constitui um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, no âmbito familiar e comunitário. A técnica cerâmica utilizada é de origem indígena, caracterizada por modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino.</p>

Tabela 2: Análise dos bens registrados

<p>ES MG SP RJ</p> <p>Jongo no Sudeste</p> <p>Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO</p>	<p>Tambu, batuque, caxambu, jongo. manifestação cultural afro-brasileira, o jongo é o tema deste 5º volume da série de dossiês sobre os bens culturais de natureza imaterial registrados. O jongo é uma forma de expressão que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos mágico-poéticos. Tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, sobretudo os de língua bantu. É cantado e tocado de diversas formas, dependendo da comunidade que o pratica. Consolidou-se entre os escravos que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar localizadas no Sudeste brasileiro, principalmente no vale do rio paraíba do Sul. É um elemento de identidade e resistência cultural para várias comunidades e também espaço de manutenção, circulação e renovação do seu universo simbólico.</p> <p>A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis é uma das maiores manifestações de devoção ao Divino do Brasil. Dialogando sem cessar com o passado e o presente, ela envolve permanentemente toda uma cidade, determinando os padrões de sociabilidade local. A cidade faz a festa e a festa faz a cidade. Através dela se marca o tempo, se reproduzem estruturas sociais e se conformam identidades coletivas e individuais</p>
<p>MA</p> <p>Tambor de Crioula</p> <p>Ritual Yoakwa do povo indígena Enawerene Nawe</p>	<p>No conjunto complexo e heterogêneo das manifestações culturais populares maranhenses, o Tambor de Crioula destaca-se como uma das modalidades mais difundidas e ativas no cotidiano. De modo geral, podemos defini-la como uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores.</p> <p>complexa dramaturgia Enawene está composta por uma seqüência de rituais em que o Yaokwa é o mais extenso, dura aproximadamente sete meses, impõe um envolvimento efetivo de toda a sociedade Enawene em suas execuções e reconhecido como um eixo fundamental de seu patrimônio cultural, um signo da sua identidade como Povo. Por essas razões, o Yaokwa foi eleito como objeto desse estudo e Registro.</p>
<p>MS MT</p> <p>Modo de Fazer Viola-de-Cocho</p>	<p>Viola-de-cocho é um instrumento musical de forma e sonoridade sui generis, destaca-se como um instrumento fundamental nos gêneros musicais cururu e siriri, cultivados, sobretudo, em manifestações culturais ligadas à religiosidade e à brincadeira. é produzida de modo artesanal e, tradicionalmente, com matérias-primas extraídas da natureza – da fauna e da flora do pantanal e do cerrado.</p>
<p>Modo artesanal de fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro, Canastra e Salitre/AltoParanaíba Secretaria de Cultura de Minas Gerais</p>	<p>Aos mineiros contemporâneos os modos de fazer artesanais de queijo a partir do leite cru, tradição persistente e em dinâmica transformação em sua cultura, identifica seus modos costumeiros e dá conforto à suas vidas. Além disso, embasa a sobrevivência de numerosas famílias e fundamenta a economia de municípios e de regiões.</p>
<p>O Toque dos Sinos em Minas Gerais, tendo como referência São João Del Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas, Diamantina, Sabará, MG Serro e Tiradentes</p>	<p>O toque dos sinos é uma forma de expressão sonora que confere significado cultural ao território inventariado durante a pesquisa. Essa referência vivida, concreta, reconhecida e apropriada pelas diferentes experiências pessoais daqueles que habitam essas cidades, assegura um sentimento de pertencimento que possibilita a existência de uma territorialidade específica.</p>
<p>MG</p> <p>Ofício de Sineiro</p>	<p>Há, então, a imaterialidade dessa forma de expressão, sonora e etérea, há a imaterialidade do “saber tocar” que é o conhecimento dos sineiros Esses toques formam hoje um verdadeiro repertório de peças para sinos, interpretadas todos os dias pelos sineiros em atividade, verdadeiros mestres em seu ofício de intérpretes, e ouvidas, a longas distâncias, pelos habitantes e frequentadores da cidade.</p>

Nacional	Ofício dos Mestres de Capoeira	<p>A importância dos mestres de capoeira como divulgadores da cultura brasileira no país e também no cenário internacional. Atualmente, chegam ao mercado internacional através dos sites que trabalham com venda de instrumentos de percussão, ou pelas mãos dos mestres de capoeira que cruzam o mundo. A utilização do berimbau em terras brasileiras era comum em diversas cenas do cotidiano carioca. Fez parte, por exemplo, da indumentária do vendedor ambulante no Rio de Janeiro colonial.</p>
Nacional	Roda de Capoeira	<p>O texto desenvolvido neste dossiê busca reconstituir brevemente a história da capoeira e descrever sua prática, cultura material e rituais. Um arranjo que pretende justificar sua importância como bem cultural, a partir da documentação escrita e dos relatos dos mestres que continuam em atividade.</p>
PA	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	<p>Há 211 anos, o estado do Pará, mais particularmente a capital, Belém, literalmente pára por ocasião do Círio de Nossa Senhora de Nazaré. No chamado dia do Círio, o trânsito é interditado nas ruas centrais da capital, as lojas fecham, as ruas pelas quais a procissão passa são profusamente decoradas, janelas, portas e sacadas são ocupadas pelos moradores atentos à passagem da imagem da santa. Muitos chegam até a comprar roupa nova para vestir no dia do Círio. Nas palavras de Angelim Netto, “trabalha-se no Pará o ano todo, sofrendo as necessidades, para em outubro vestir uma roupa nova e almoçar como um príncipe no dia do Círio. O Pará, sem a festa de Nazaré, não seria Pará”.</p>
PE	Feira de Caruaru	<p>A feira de caruaru se tornou um Lugar, um locus de encontros culturais significativos, a expressão maior da vida da cidade, do município e de toda a região circunvizinha. Isto porque, ao mesmo tempo, a Feira foi se tomando um centro de irradiação e de convergência da cultura local.</p>
PE	Frevo	<p>Esta proposta visa a apresentar e preservar valores que, acredita-se, justifiquem o reconhecimento do Frevo como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro e legitimem o seu papel na história do Brasil e de Pernambuco, assim como o lugar que ocupa na cultura contemporânea. Com este ato de inscrição se reconhece a importância desse bem e, conseqüentemente, dos componentes indispensáveis da identidade brasileira, de heranças culturais, promovendo um processo ativo de valorização, proteção e salvaguarda.</p>
RJ	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo	<p>O partido-alto, o samba de terreiro e o samba-enredo atravessaram o século XX no Rio de Janeiro como manifestações vivas e ricas da cultura popular. Reconhecido pelo seu alto valor artístico, o samba contribuiu significativamente para o processo de integração social das camadas mais pobres da população no Rio de Janeiro, pois constituiu-se num meio de expressão de anseios pessoais e sociais, num elemento fundamental na construção da identidade nacional e numa ferramenta de integração, ajudando a derrubar barreiras e eliminar preconceitos, num projeto ainda não concluído no país.</p>
SE	Modo de Fazer Renda Irlandesa tendo como referência este Ofício em Divina Pastora/SE	<p>O modo de fazer Renda Irlandesa se constitui de saberes tradicionais que foram ressignificados pelas rendeiras do interior sergipano a partir de fazeres seculares, que remontam à Europa do século XVII, e são associados à própria condição feminina na sociedade brasileira, desde o período colonial até a atualidade. Trata-se de uma renda de agulha que tem como suporte o lacê, cordão brilhoso que, preso a um debuxo ou risco de desenho sinuoso, deixa espaços vazios a serem preenchidos pelos pontos. Estes pontos são bordados compondo a trama da renda com motivos tradicionais e ícones da cultura brasileira, criados e recriados pelas rendeiras.</p>
MA	Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão	<p>O Bumba-meu-boi do Maranhão é, antes de tudo, uma grande celebração na qual se confundem fé, festa e arte, numa mistura de devoção, crenças, mitos, alegria, cores, dança, música, teatro e artesanato, entre outros elementos. Considerado a mais importante manifestação da cultura popular do Estado, tem seu ciclo festivo dividido em quatro etapas: os ensaios, o batismo, as apresentações públicas ou brincadas e a morte.</p>

		<p>A devoção ao Divino Espírito Santo em Paraty está atrelada à vivência e à transmissão de tradições que, atualizadas em cada Festa, delineiam a identidade e a cultura dos paratienses. Trata-se de um bem cultural complexo, que enuncia um conjunto de celebrações e formas de expressão, religiosas e profanas, e de saberes e fazeres que ocupam a praça, as igrejas e as casas dos devotos. Tecida pelos paratienses como patrimônio vivo e dinâmico, a Festa do Divino está em constante diálogo com o rico conjunto arquitetônico da Cidade Histórica, dando-lhe vivacidade e constituindo fortes sentidos de identidade com este lugar de memória. Realizada há cerca de três séculos em Paraty, ao preservar símbolos e significados do período Imperial, a Festa do Divino guarda também testemunhos de nossa História, contribuindo, assim, para formar os elos da identidade brasileira.</p>
RJ	Festa do Divino de Paraty	
BA	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	<p>A Festa do Bonfim, homenageia o Jesus Crucificado, o Senhor do Bonfim, e acontece no mês de janeiro, após a Epifania, o dia 6 dedicado aos Santos Reis. O culto teve início na Igreja de Nossa Senhora da Penha, em 1745.</p>
RN	Festa de Sant'Ana de Caicó	<p>Localizada no semi-árido da região do Seridó Norte-Riograndense, a atual “capital do Seridó” teve a sua origem em 1687 com a construção da casa Forte do Cuó e, em 1735, com o povoamento da Fazenda Penedo, posteriormente denominada Vila Nova do Príncipe. Em 1890, elevou-se à categoria de cidade, recebendo os nomes de Cidade do Príncipe, Cidade do Seridó e, finalmente, Caicó. Possui expressividade regional nos setores agropecuário, educacional e cultural com destaque para o artesanato de bordados, comidas e bebidas típicas. Celebrada há 259 anos, a Festa de Sant'Ana, realizada entre o final de julho e início de agosto, destaca-se entre as múltiplas festas de padroeiro por revivificar os laços de solidariedade e acionar registros específicos da cultura seridoense. A Festa torna-se relevante do ponto de vista cultural, histórico e social, pois é um dos principais veículos da memória e da identidade coletiva, em especial os relacionados com as expressões ligadas à fé católica.</p>
GO	Saberes e Práticas	
TO	Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá	<p>As ritxoko, bonecas de cerâmica, são confeccionadas por mulheres Kajará por meio de técnicas e modos de fazer que abrangem um conjunto de saberes e práticas tradicionais passados de geração em geração.</p>
SP		<p>O fandango é uma expressão musical-coreográfica-poética e festiva da cultura</p>
PR	Fandango Caiçara	caíçara
GO	Ritxòkò: Expressão Artística	<p>e As ritxoko, bonecas de cerâmica, são confeccionadas por mulheres Kajará por</p>
TO	Cosmológica do Povo Karajá	<p>do meio de técnicas e modos de fazer que abrangem um conjunto de saberes e práticas tradicionais passados de geração em geração.</p>

CONCLUSÃO

Através da análise dos dossiês e do histórico de formação das políticas de patrimônio imaterial, pude observar que a atual política de patrimônio, em sua fase contemporânea, está voltada para a valorização dos grupos minoritários que, após a constituição de 1988, iniciaram um processo de lutas, dentre elas a batalha por visibilidade e pelo direito de também “contar” a sua própria história, sem esperar por um narrador exógeno. Esse movimento vem resultando no empoderamento das comunidades e territórios e na conquista do direito à cidadania.

A identidade nacional deixa de ser uma prioridade no projeto de permanente (re) construção do Estado-Nação brasileiro. A “relevância nacional”, termo presente no Decreto Nº 3.551/200, está muito mais relacionada às minorias silenciadas pelas políticas anteriores do que a um grande desenho monolítico de Brasil. Neste sentido, o Estado tem atuado como refletor dos múltiplos tons e cores da aquarela brasileira, sem deixar de lado a preocupação com a identidade nacional que vem se reconfigurando em outros termos e padrões culturais e espaciais. Assim, a escala nacional, conseqüentemente, perde foco para outras dimensões, entre elas as locais e regionais. A diversidade e o multiculturalismo, termos presentes na carta magna, vão além da dimensão nacional, embora não haja essa pretensão. Ela passa pela valorização do homem e de seu cotidiano; as narrativas do homem comum e de suas práticas ganham status.

A escala nacional torna-se um aglomerado de escalas de diferentes tamanhos, sobrepostas umas às outras, formando um conjunto integrado e indissociável, não havendo uma dicotomia entre local e nacional. As múltiplas identidades locais, agora “reconhecidas” e valorizadas, concorrem para a formação de um Brasil plural e coeso. A identidade nacional hoje é um dado consolidado para o Estado, e, por isso, outras identidades em escalas variadas podem, hoje, ser ressaltadas sem o perigo separatista da década de 1930.

É interessante ressaltar que, mesmo havendo um esforço de se valorizar grupos historicamente excluídos das políticas patrimoniais e, decorrência, da representação sobre o território e de sua comunidade imaginada, a distribuição de bens continua muito semelhante aos padrões espaciais dos primeiros anos do IPHAN apontados por Rubino (1996). Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia seguem como líderes no número de registro de bens imateriais, repetindo o mesmo modelo do

patrimônio material dos anos em que Rodrigo Melo Franco de Andrada regeu a instituição. Estados como Acre, Roraima, Rondônia, Piauí, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará ainda não possuem bens registrados no rol de patrimônios imateriais brasileiros, demonstrando a reduzida capilaridade do sistema patrimonial brasileiro que historicamente tem se concentrado na região sudeste e nordeste.

Outro importante ponto a ser ressaltado é a usufruição da política patrimonial pelo Estado brasileiro. O patrimônio imaterial não deixou de ser um instrumento político do Estado, seja para forjar uma identidade nacional, seja para incluir e dispor do direito à cidadania a grupos minoritários e/ou historicamente excluídos de políticas públicas, entre elas a patrimonial. Contudo, atualmente, outros agentes sociais também podem se utilizar do patrimônio como ferramenta de promoção e ascensão de suas culturas e identidades. Como já mencionado, associações, conselhos, universidades, centros culturais etc. estão dispostos a escreverem e inscreverem, em parceria com IPHAN, seus bens no elenco de elementos caros à memória coletiva nacional.

A constituição de 1988, a partir de um conteúdo propositivo, objetivou a articulação e a cooperação social na produção e reconhecimento da “herança nacional”. Ela é um instrumento de promoção de identidades que através da coparticipação em fóruns e conselhos institui a colaboração e o diálogo entre as diferentes camadas sociais, a fim de produzir uma política de baixo pra cima. O Brasil vem trilhando um caminho de rediscussão de seus referenciais identitários. Embora essa mudança seja lenta, a sociedade brasileira tem cada vez mais buscando a cidadania, a eliminação da história única e do elitismo patriarcal que tanto permeou os sistemas de relações sociais brasileiras e que vem sendo questionado, ainda que de forma tímida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALENCAR, A. L. **Mesmice e novidades: identidade, diversidade**. In: CALABRE, L., LOPES, A. H. Rio de Janeiro, Edições Casa Rui Barbosa, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BOTELHO, Isaura. O papel das pesquisas sobre práticas culturais para as políticas públicas. In: **Políticas culturais: um campo de estudo**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa. 2008. Cap. 5.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Verbo Jurídico, 2006.

_____, **Decreto nº 3551**, de 4 de agosto de 200. Disponível em: <
<https://www.planalto.gov.br>>.

BRITO, M. A. A importância das escalas espaciais para a compreensão do processo de globalização. In.: **Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC-UFRG**. Jan. – Jun.vol.2, nº1 2006.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um breve histórico. In: **Políticas culturais: diálogo indispensável**. CALABRE, Lia, (org.) Rio de Janeiro: Ed. Casa Rui Barbosa, 2005.

CAMCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. - IPHAN/ MINC, n. 23, p. 95- 115, 1994.

CARDOSO, F. N. G. “Diversidade cultural e identidade nacional aspectos da política federal de registro de bens culturais de natureza imaterial”. **Patrimônio: Práticas e reflexões**. Rio de Janeiro. IPHAN, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. Belo Horizonte: EA/UFMG, 2009. 380 p.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2005.

_____. O problema da escala. In: Castro, Iná Elias de.; Gomes, Paulo Cesar da Costa.; Corrêa, Roberto Lobato (ORG.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA R. L. e ROSENDAHL Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro, Berthand, Brasil, 2003.

CORRÊA, R. L.. **Espacialidade da Cultura-CD cultura**. Disponível em: <
<https://sites.google.com/site/robertolobatoCorrea/publicacoes>>. Acesso em: 30 jun. 2013 16:45:50.

CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL Z. . (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

DIAS, Carla Pâmela de Barros Preta. **A tradição das paneleiras de goibeiras – Vitória-ES**. Rio de Janeiro: Facitec, 2006.

DURAND, José Carlos. **Cultura como objeto de política pública**. 2. Ed. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2001.

FONSECA, Cecília Londres. **O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2005.

_____. “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

_____. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In.: **Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 2,** 2001. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf>. Acesso em: Jun. 2013.

GIDDDES. Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GONÇALVES, J. Reginaldo. “A identidade brasileira”. In: **A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro. UFRJ/ IPHAN, 2003, pp.37-61.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “Cultura”: Espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. **O espaço da diferença.** Campinas, SP: PAPIRUS, 2000.

HAESBAERT, Rogério, **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste.** Niterói : EdUFF, 1997.

_____. Identidades territoriais. In. **Manifestações culturais no espaço.** ROSENDAHL, Zeny e CORREA, Roberto Lobato. (org.) Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** - IPHAN/ MINC, n. 24, p. 68- 75, 1996.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade,** 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo Geográfico. In. **Manifestações culturais no espaço.** ROSENDAHL, Zeny e CORREA, Roberto Lobato. (org.) Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

INSTITUTO DO NACIONAL O FOLCLORE. **Atlas folclórico do Brasil.** Rio de Janeiro. Funart, 1983.

IPHAN, **Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois. A trajetória da salvaguarda de patrimônio cultural imaterial no Brasil.** Brasília, 2006.

_____. Cachoeira de Iauaretê. Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (Am). **Dossiê de Registro.** Brasília: IPHAN, 2006.

_____. **Dossiê: Arte Kusiwa: pintura corporal e arte gráfica Wajãpi.** Brasília, DF:IPHAN, 2008.

_____. **Dossiê: Círio de Nazaré.** 2004. Brasília. IPHAN.

_____. **Dossiê: Festa do Divino de Paraty.** 2013. Brasília. IPHAN.

_____. **Dossiê: Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil.** 2007. Brasília. IPHAN.

_____. **Dossiê: Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido alto, Samba de Terreiro e Samba Enredo.** 2007. Brasília. IPHAN.

_____. **Dossiê: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras.** – Brasília, DF: Iphan, 2006. 70p.

- _____. **O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (IPNI)**. 2000.
- _____. **Os Sambas, As Rodas, Os Bambas, Os Meus e os Bois (2003 – 2010)**. 2ª ed. Brasília, 2010.
- KNAUSS, P. (org.). **Cidade Vaidosa**. Rio de Janeiro, Sete Letras, 1999.
- KRETZMANN, Carolina Giordani. **Multiculturalismo e diversidade cultural: comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade**. Dissertação em direito de caxias do Sul – Caxias do Sul, 2007.
- LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em geografia cultural – Algumas concepções contemporâneas. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 157-179.
- LIMA, C. L. O Estado e a cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. - IPHAN/ MINC, n. 22, p. 18- 21, 1987.
- MAIA, Antônio Cavalcanti. Diversidade cultural, identidade nacional brasileira e patriotismo constitucional. In.: **Diversidade Cultural brasileira**. (org.) LOPES, Atonio H. e CALABRE, Lia. Rio de Janeiro: Ed. Casa Rui Barbosa, 2005.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP. Papius, 2000.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9.ed., rev. e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006. 406 p.
- NEVES, Guilherme Pereira. Da história como memória da nação à história enquanto crítica da memória nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. - IPHAN/ MINC, n. 22, p. 22- 29, 1987.
- NORA, Pierre. **Les Lieux de mémoire**. Madison: Gallimard, 1992.
- OLIVEN, George Rubens. Identidade nacional: construindo a brasilidade. In.: **A agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. André BOTELHO, Lilia Moritz SCHWARCZ. (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação dos Bens Culturais: O Tombamento**. Edição especial. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009
- RACINE, J. B., RAFFESTIN, C., RUFFY, V. **Escala e ação, contribuição para uma interpretação do mecanismo da escala na prática da Geografia**. Rio de Janeiro, 45 (1): 123 – 135, jan. / mar. 1983.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ROSSI, Paolo. **Passado, a memória e o esquecimento**. UNESP. SP, 2010.
- RUBINO, Silvana. “O mapa do Brasil passado”. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 24, 1996, pp. 97- 105.
- RUBINO, Silvana. Patrimônio história e memória como reivindicação e recurso. In.; **A agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. André BOTELHO, Lilia Moritz SCHWARCZ. (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANT’ANNA, Márcia. **Patrimônio Imaterial: do conceito ao problema da proteção**. Tempo brasileiro, Patrimônio Imaterial, n. 147, p. 151-161, 2001.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo : Paz e Terra; FGV, 2000.

SILVA, René Marc da Costa. **Cultura popular e educação**: salto para o futuro. Brasília: Ministério da Educação, 2008, 246p

Simão, Liciende de Menezes. **A semântica do intangível**: considerações sobre o registro do ofício de paneleiras do espírito Santo. Tese de doutorado: projeto de pós-graduação em antropologia, 2008.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. In: **Políticas públicas o papel das políticas públicas**. Ed. AATR. Bahia, 2002

WEBER, Max. Comunidades políticas. In: **Economia e Sociedade Fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo. Editora UNB. 2004.

WOODWARD, Kathryn, A questão do nacional no IPHAN: **Anais** da III Oficina de Pesquisa/ Coordenação- Geral de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN, DAC< COPEDOC, 2010.

_____. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2009. p. 7-72.

ANEXO 1 – Lei do Patrimônio Imaterial**DECRETO N° 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000.**

Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Art. 3º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Art. 4º O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 5º Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do art. 1º deste Decreto.

Art. 6º Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Art. 7º O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort

ANEXO 2 – Fichas de análise dos dossiês do patrimônio imaterial



DISSERTAÇÃO MESTRADO – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BENS IMATERIAL : Arte Kusiwa - Pintura corporal e arte gráfica Wajãpi

ANO DE PRODUÇÃO: 2002.

EQUIPE TÉCNICA: Núcleo de História indígena e do indigenismo da universidade de são paulo e o Museu do índio da Funai

ABRANGÊNCIA: Oeste do estado do Amapá

CATEGORIAS: Livro de Registro das Formas de Expressão

RESUMO: A Arte Kusiwa é uma técnica de pintura e arte gráfica associada à oralidade, própria dos Wajãpi que vivem no oeste do estado do Amapá. Os grafismos podem ter como suporte o corpo humano, mas também cestos, cuias, tecelagem, bordunas e objetos de madeira. Os padrões kusiwa representam animais, partes do corpo ou objetos e estão carregados de práticas que envolvem desde relações sociais, crenças religiosas e tecnologias, até valores estéticos e morais. O excepcional valor desta forma de expressão está na capacidade de condensar, transmitir e renovar – por meio da criatividade dos desenhistas e dos narradores – todos os elementos particulares e únicos de um modo de pensar e de estar no mundo, próprio dos Wajãpi do Amapá. (p. 85).

CITAÇÕES:

“Não é da natureza dos saberes e práticas criadoras de significados culturais, como o sistema gráfico e a arte verbal dos Wajãpi do Amapá, serem associados à identidade, nem era sua função ou característica constituírem- se como ‘patrimônio’, mas os impactos das transformações sociais, ambientais e econômicas a que estão sendo submetidos vêm significados e simbolismo relacionados a cosmo- visão do grupo”.

“O sistema gráfico kusiwa opera como um catalisador para a expressão de conhecimentos e de fortalecendo o entendimento da diferença que sua condição de “índios” representa. Afinal, há 30 anos são vítimas de invasões, destruição de suas terras e perda de qualidade de vida devido a sua crescente dependência da economia de mercado.”(p. 93).

OBSERVAÇÕES: Em 2003, essa forma de expressão Wajãpi foi declarada, pela Unesco, patrimônio oral e imaterial da Humanidade. Segundo diagnóstico realizado pelos pesquisadores que vêm atuando e assessorando os Wajãpi do Amapá (equipe do programa Wajãpi/ iepé e do nHii-usp) há três fatores de

risco para a continuidade e durabilidade das formas de expressão gráfica e de transmissão oral dos Wajãpi do Amapá, descritos a seguir:

As pressões crescentes no seu entorno, desinteresse dos jovens pelos acervos e pelas práticas tradicionais e risco de folclorização e de mercantilização dos saberes tradicionais

O dossiê visa registrar e proteger a Arte Kusiwa dos Wajãpi pelos motivos elencados acima. Este povo historicamente vem sofrendo uma crescente pressão e perda dos seus referências étnico- culturais.



DISSERTAÇÃO MESTRADO – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BENS IMATERIAL: Bonecas Karajá: arte memória e identidade indígena no Araguaia- dossiê descritivo dos modos de fazer Ritxoko.

ANO DE PRODUÇÃO: 2011

EQUIPE TÉCNICA: Museu Antropológico da Universidade federal de Goiás.

ABRANGÊNCIA: Goiás

CATEGORIAS: livro de formas de expressão “Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá” e livro dos Saberes “Saberes/Práticas associados ao modo de fazer as bonecas de Karajá (Goiás/Tocantins)”.

RESUMO: As ritxoko, bonecas de cerâmica, são confeccionadas por mulheres Kajará por meio de técnicas e modos de fazer que abrangem um conjunto de saberes e práticas tradicionais passados de geração em geração.

CITAÇÕES: “as coleções estudadas e os desenhos apresentados pelas etnografias Karajá indicam alguns grafismos que são considerados tradicionais e marcadores de identidade étnica e de gênero. Esta relação entre grafismo e processo identitário reafirma através do desenho ornamental a singularidade do sistema cultural Karajá” (p. 155).

A ceramista encontra-se na confluência de dois movimentos dos quais decorrem implicações para a demarcação do seu lugar no grupo. Primeiro, ao reproduzir os padrões que lhe foram repassados pela tradição ela contribui para a continuidade da afirmação de uma identidade Karajá e ocupa o seu papel tradicional como reprodutora do mundo simbólico. Um lugar definido pelas relações de gênero em que fazer “famílias de bonecas” com o uso de padrões gráficos tradicionais e presentear as crianças com estas “famílias” é a reafirmação do seu papel na transmissão do conhecimento sobre a constituição do núcleo familiar Karajá, do ciclo de vida e também dos elementos gráficos e formais (a modelagem) que pertencem ao saber comunal. Segundo, ao ser reconhecida como “boa” ceramista – no nosso entender como uma artista – ela ocupa

um lugar singular no sistema simbólico e econômico tradicional próprio do grupo.” (p. 134)



DISSERTAÇÃO MESTRADO – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BENS IMATERIAL : Cachoeira de Iauaretê

ANO DE PRODUÇÃO: 2006

EQUIPE TÉCNICA: Este trabalho, resultado de uma parceria entre o Iphan, o Instituto socioambiental – Isa, a Federação das organizações Indígenas do rio negro – FoIn e associações indígenas de Iauaretê.

ABRANGÊNCIA: Alto Rio Negro (AM)

CATEGORIAS: Livro de Registro dos Lugares

RESUMO: O reconhecimento dos lugares sagrados dos povos que vivem na confluência dos rios uaupés e papurí, na localidade conhecida como Iauaretê, destaca a inesgotável capacidade desses povos indígenas criarem e recriarem suas tradições na perspectiva de um projeto histórico de resistência cultural.

CITAÇÕES: “Esses lugares indicam, igualmente, os códigos de manejo social organizadores da vida, tais como as formas de convivência e os mecanismos de transmissão dos saberes, identificadores das várias etnias que compartilham territórios e padrões culturais.” (p. 13).

“(…) a Cachoeira de Iauaretê foi proclamada “patrimônio Cultural do Brasil” pelo Iphan em agosto de 2006, sendo o primeiro bem cultural inscrito no livro de registro dos lugares.” (p. 13).

“Ao publicar os resultados dessa ação, o Iphan contribui para o reconhecimento e a visibilidade das questões que envolvem a salvaguarda do patrimônio cultural desses povos indígenas pela sociedade brasileira.” (p. 13).

“A Cachoeira de Iauaretê foi registrada como patrimônio imaterial no livro dos lugares, em agosto de 2006, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). esse ato oficial evoca toda essa história de relacionamentos: dos índios entre si, e desses com os brancos.” (p. 29).

OBSERVAÇÕES: O registro da Cachoeira de Iauaretê se faz a partir da valorização do povo indígena, a partir de seu reconhecimento e visibilidade das questões que envolvem

a salvaguarda do patrimônio cultural desses povos pela sociedade brasileira. Neste sentido, os índios aparecem “descolados” da sociedade brasileira.



DISSERTAÇÃO MESTRADO— LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: Círio de Nazaré

ANO DE PRODUÇÃO: 2004

EQUIPE TÉCNICA:

ABRANGÊNCIA: Belém do Pará

CATEGORIAS: Livro de Registro das Celebrações

RESUMO: Há 211 anos, o estado do Pará, mais particularmente a capital, Belém, literalmente para por ocasião do Círio de Nossa Senhora de Nazaré. No chamado dia do Círio, o trânsito é interditado nas ruas centrais da capital, as lojas fecham, as ruas pelas quais a procissão passa são profusamente decoradas, janelas, portas e sacadas são ocupadas pelos moradores atentos à passagem da imagem da santa. Muitos chegam até a comprar roupa nova para vestir no dia do Círio. Nas palavras de Angelim Netto, “trabalha-se no Pará o ano todo, sofrendo as necessidades, para em outubro vestir uma roupa nova e almoçar como um príncipe no dia do Círio. O Pará, sem a festa de Nazaré, não seria Pará”.

CITAÇÕES:

“Para muitos, o Círio é o dia do retorno à terra natal, do reencontro com amigos, familiares e com a cidade de Belém. Da mesma forma que no resto do mundo se diz “Feliz Natal!”, no Pará se diz “Feliz Círio!”, “um bom círio pra você!”. Por tudo isso, pode-se afirmar que o Círio de Nazaré é um elemento fundamental da identidade do paraense.” (p. 68)

“Para muitos, o Círio é o dia do retorno à terra natal, do reencontro com amigos, familiares e com a cidade de Belém. Da mesma forma que no resto do mundo se diz “Feliz Natal!”, no Pará se diz “Feliz Círio!”, “um bom círio pra você!”. Por tudo isso, pode-se afirmar que o Círio de Nazaré é um elemento fundamental da identidade do paraense.” (p. 68)

“É importante incentivar ações de educação patrimonial, por meio do sistema educacional e das próprias paróquias, para que valorizem a festa do Círio também como patrimônio cultural, e não apenas sob o enfoque religioso.” (p. 69)

De fato, o Círio de Nazaré é um ritual da memória. Ele nos permite perceber que “relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória. Nele, os paraenses sintetizam sua identidade não apenas ao evocar uma sequência de reminiscências, mas ao serem envolvidos em uma teia de retrospectiva unificadora. As lembranças coletivas são mobilizadas para sustentar identidades associativas duradouras. “ (p. 70).

“Identificam-se na devoção elementos comuns à cultura nacional, tais como a religiosidade popular marcada pela peculiar relação sagrado-profano, o culto dos santos, bem como a ideia de comunhão nacional, para além de todas as singularidades regionais.” (p. 10).

O reconhecimento de um bem de natureza imaterial como patrimônio cultural brasileiro, por meio do Registro, atribui a ele valor representativo da cultura e da identidade brasileiras. (p. 77).

OBSERVAÇÕES: Diante da grandiosidade e importância de uma manifestação de mais de 200 anos, não se pode falar em extinção. Apesar de muitos aspectos do Círio terem sofrido.



DISSERTAÇÃO MESTRADO— LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão

ANO DE PRODUÇÃO: 2011

EQUIPE TÉCNICA:

ABRANGÊNCIA: Maranhão

CATEGORIAS:

RESUMO: O Bumba-meu-boi do Maranhão é, antes de tudo, uma grande celebração na qual se confundem fé, festa e arte, numa mistura de devoção, crenças, mitos, alegria, cores, dança, música, teatro e artesanato, entre outros elementos. Considerado a mais importante manifestação da cultura popular do Estado, tem seu ciclo festivo dividido em quatro etapas: os ensaios, o batismo, as apresentações públicas ou brincadas e a morte.



DISSERTAÇÃO MESTRADO– LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido-alto, samba de terreiro e samba-enredo

ANO DE PRODUÇÃO: 2006

EQUIPE TÉCNICA: O reconhecimento do samba de roda do Recôncavo Baiano como Patrimônio Imaterial da Humanidade, em 2005, motivou o Centro Cultural Cartola a analisar os variados estilos de samba no Rio de Janeiro, que se originaram nas reuniões musicais em casa de Tia Ciata, no Estácio, nas escolas de samba, nos blocos, nos morros, nas ruas, nos quintais. O inventário e registro das matrizes do samba no Rio de Janeiro foi idealizado pela sambista Leci Brandão e realizado pelo Centro Cultural Cartola, sob a introdução e coordenação de Nilcemar Nogueira. A pesquisa foi desenvolvida por Helena Theodoro, Rachel Valença e Aloy Jupiará, com participação de pesquisadores convidados: Nei Lopes, Roberto Moura, Sérgio Cabral, Carlos Sandroni, Felipe Trotta, João Batista Vargens, Marília de Andrade, Haroldo Costa e Lygia Santos. O projeto contou ainda com a colaboração de Janaína Reis, como assistente de pesquisa, e de alunos do curso de Gestão do Carnaval do Instituto do Carnaval da Universidade Estácio de Sá: Ailton Freitas Santos, Celia Antonieta Santos Defranco, Cremilde de A. Buarque Araújo, Lilia Gutman P. Langhi, Luis Antonio Pinto Duarte, Meryanne Cardoso, Nelson Nunes Pestana, Paulo César Pinto de Alcântara, Regina Lucia Gomes de Sá, Sergio Henrique Vieira Oliveira e Wellington Pessanha. As gravações em vídeo foram realizadas por Luiz I. Gama Filho (direção) e Cristina Gama Filho (produção); o registro fotográfico, por Diego Mendes. Paralelamente ao levantamento, foram promovidos debates na Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro (AESCRJ), no Museu da Imagem e do Som (MIS) e no Instituto do Carnaval da Universidade Estácio de Sá, além de reuniões semanais da equipe de pesquisa no Centro Cultural Cartola, e periodicamente discutido o andamento do projeto com o Iphan em encontros no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. O pedido de registro conta com o apoio da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio.

ABRANGÊNCIA: Cidade do Rio de Janeiro

CATEGORIAS: Formas de expressão

RESUMO: O partido-alto, o samba de terreiro e o samba-enredo atravessaram o século XX no Rio de Janeiro como manifestações vivas e ricas da cultura popular. Reconhecido pelo seu alto valor artístico, o samba contribuiu significativamente para o processo de integração social das camadas mais pobres da população no ‘Rio de Janeiro, pois se constituiu num meio de expressão de anseios pessoais e sociais, num elemento fundamental na construção da identidade nacional e numa ferramenta de integração, ajudando a derrubar barreiras e eliminar preconceitos, num projeto ainda não concluído no país.

CITAÇÕES: “Não obstante existirem práticas musicais identificadas pelo termo samba, como o samba de roda do Recôncavo e o samba rural paulista, no panorama musical brasileiro o samba no Rio de Janeiro se destaca por ser um fenômeno cultural pujante que atravessou o século XX, passando de alvo de discriminação e perseguição nas

primeiras décadas a ritmo identificado com a própria nação, a ponto de ser um de seus símbolos.”(p. 9)

“Essa passagem gradual de gênero perseguido a símbolo nacional foi, em parte, uma contingência relacionada ao fato de, nos anos 30 e 40, ser o Rio a capital do país, possibilitando o encontro entre as elites do samba, como Donga e João da Baiana, e as elites intelectuais que orientavam as políticas culturais do Estado, como Villa-Lobos e Mário de Andrade.”(p. 9)

“Como resultado, o samba é reconhecido como a música popular do Brasil por excelência. Ele ocorre em todo o país, num sem-número de gêneros e subgêneros, manifestações musicais, de dança e de celebrações da vida, originadas do que foi semeado ao longo dos séculos pelas populações africanas e afro-descendentes que aqui viveram e vivem.(p. 9)

“O samba e os sambistas participaram ativamente da construção da identidade nacional brasileira. O samba virou sinônimo de Brasil.”(p. 10)

“Esta pesquisa busca situar o valor do samba no Rio como patrimônio, mostrando seu papel fundamental na tradição cultural desta cidade e como referência cultural nacional, já que é um importante fator de afirmação da identidade brasileira, além de fonte de inspiração e de trocas interculturais para além de suas fronteiras geográficas.” (p. 10)

“O partido-alto, o samba de terreiro e o samba-enredo atravessaram o século XX no Rio de Janeiro como manifestações vivas e ricas da cultura popular. Reconhecido pelo seu alto valor artístico, o samba contribuiu significativamente para o processo de integração social das camadas mais pobres da população no ‘Rio de Janeiro, pois constituiu-se num meio de expressão de anseios pessoais e sociais, num elemento fundamental na construção da identidade nacional e numa ferramenta de integração, ajudando a derrubar barreiras e eliminar preconceitos, num projeto ainda não concluído no país”. (p. 120)

essas danças necessitam ser descritas e analisadas através de um método sistemático para que seja possível caracterizar com precisão suas matrizes coreográficas, ou seja, os códigos essenciais que as caracterizam como expressão amplamente reconhecida da identidade nacional, em sua versatilidade, pluralidade, riqueza e singularidade. (p. 137)

OBSERVAÇÕES:

Embora se perceba com clareza que, ao contrário de tantas outras manifestações de cultura popular, o samba do Rio de Janeiro não se encontra ameaçado de extinção, o seu reconhecimento como patrimônio imaterial contribuiria decisivamente para minorar os riscos de enfraquecimento das suas matrizes. O registro como patrimônio teria o efeito de sublinhar a importância do respeito às tradições que se vinculam a essas matrizes e ressaltar toda a pujança e diversidade do samba no Rio.

DISSERTAÇÃO MESTRADO – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BENS IMATERIAL: Dossiê de registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro

ANO DE PRODUÇÃO: 2010

EQUIPE TÉCNICA: Laure Emperaire – IRD, o Textos: Esther Katz – IRD (ALIMENTAÇÃO), Juliana Santilli – MP/DF (DIREITOS), Laure Emperaire – IRD (GERAL, AGRICULTURA), Lúcia Hussak van Velthem – MCT (CULTURA MATERIAL), Manuela Carneiro da Cunha – Univ. Chicago (SABERES).
Colaborações e revisões: Ana Gita de Oliveira – IPHAN, Márcia Sant’Ana - IPHAN, Sílvia Guimarães - IPHAN, Ludivine Eloy – CNRS, Carla Dias – ISA.

ABRANGÊNCIA: Amazonas

CATEGORIAS: Livro dos Saberes

RESUMO: A solicitação de registro se refere à forma particular, e tradicional, de praticar a agricultura desenvolvida na região do Rio Negro. É entendida aqui como um conjunto de campo de expressões de saberes diferenciados que tratam do manejo do espaço, do manejo das plantas cultivadas, da cultura material associada e das formas de alimentar-se decorrentes. A expressão sistema, utilizada no título, evidencia a interdependência desses domínios de formas de fazer. Trata-se de registrar uma diversidade de processos que envolvem várias escalas ecológicas, biológicas, socioculturais e temporais, que atravessam domínios da vida material, social e econômica, que têm funções simbólicas e produtivas, que repousa sobre ecossistemas, plantas, conceitos e saberes, normas sociais e que suprem necessidades biológicas.

CITAÇÕES:

“A questão da preservação do sistema agrícola do Rio Negro está na encruzilhada de várias problemáticas: o reconhecimento das identidades indígenas, a transmissão dos saberes, a inserção em uma economia de mercado de grupos até agora marginalizados, os serviços ambientais prestados por eles, a conservação de recursos genéticos e os direitos intelectuais sobre esses.” (p. 151).

“Na perspectiva do patrimônio cultural, entender “sistema agrícola” significa dar conta de como se imbricam na agricultura às dinâmicas de produção e reprodução dos vários domínios da vida social, incluindo-se aí os múltiplos significados que vão se constituindo ao longo das vivências e experiências históricas, orientadoras dos processos de construção de identidades. Os saberes constitutivos dos sistemas agrícolas e as atividades que os caracterizam resultam de processos, constantemente reelaborados, sendo o tempo presente apenas um momento em sua trajetória.” (p. 19).

“A mandioca constitui o foco da diversidade cultivada pela sua amplitude, o espaço ocupado, suas formas dinâmicas de manejo e seu papel na alimentação. É também o foco das atenções e de um constante interesse da parte das agricultoras. Pode ser considerada como a espécie estruturante do sistema no sentido de cultural keystone species (Garibaldi & Turner, 2004) o que já foi apontado por autores como Galvão (1979b [1960]). Em torno dela gravitam outros conjuntos de plantas cultivadas que

integram a diversidade agrícola. “ordinária” cuja identificação e denominação repousa sobre critérios de tipo sensorial.” (p. 19)

O registro do sistema agrícola do Rio Negro está solidamente fundamentado no sistema jurídico brasileiro e internacional. A Constituição brasileira protege a biodiversidade e a diversidade sociocultural em vários de seus dispositivos (especialmente nos artigo 225, parágrafo 1º, II, e artigo 216). A preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético brasileiro é expressamente determinada pelo texto constitucional, assim como a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, que inclui a diversidade de sistemas e variedades agrícolas, práticas, saberes e inovações desenvolvidos pelos agricultores.

A Constituição brasileira é fortemente influenciada pelos paradigmas do multiculturalismo e da pluriétnicidade, que se expressam no reconhecimento de direitos culturais e territoriais aos povos indígenas e quilombolas (artigo 231 e 68 do ADCT), e consagra princípios como o do desenvolvimento sustentável, da participação social na gestão ambiental e da conservação e utilização sustentável da biodiversidade (silvestre e cultivada). Além disto, o Brasil já ratificou vários instrumentos jurídicos internacionais que tutelam diversidade biológica e cultural, de que são exemplos a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribunaís em Países Independentes da OIT, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (além do próprio Decreto 3.551/2000).

OBSERVAÇÕES: O dossiê em seu discurso não se propõem justificar uma pretensa identidade nacional, ao contrário os aspectos e as identidades locais são valorizados na narrativa. Neste sentido, a diversidade se insere como conceito-chave para “amarrar” o discurso proposto.

“Trata-se de registrar uma diversidade de processos que envolvem várias escalas ecológicas, biológicas, socioculturais e temporais, que atravessam domínios da vida material, social e econômica, que têm funções simbólicas e produtivas, que repousa sobre ecossistemas, plantas, conceitos e saberes, normas sociais e que suprem necessidades biológicas.” (p. 9).

BENS IMATERIAL: FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
PIRENÓPOLIS - GO

ANO DE PRODUÇÃO: 2010

EQUIPE TÉCNICA: Visando o reconhecimento da festa como patrimônio cultural do Brasil², o IPHAN contratou, no final de 2007, serviços técnicos especializados para a produção de conhecimento e documentação sobre a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – GO. Para tanto, deveria ser utilizada a metodologia do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais/IPHAN, totalmente voltada para a apreensão de bens

culturais, em suas múltiplas dimensões. A empresa contratada para a pesquisa, a Restarq – Arquitetura, Restauração e Arte Ltda., com larga experiência nas áreas de cultura e patrimônio, formou uma equipe multidisciplinar, residente no município de Pirenópolis, atendendo ao pressuposto da metodologia do INRC. Foi agregado à equipe de pesquisa um técnico do Escritório do IPHAN de Pirenópolis. A Set de Filmagem ficou responsável pela documentação fotográfica e audiovisual da festa e também pela documentação do processo de pesquisa. A equipe da Set também foi composta por profissionais com experiência na documentação de bens culturais, todos residentes em Brasília, DF, sede da empresa. Durante os momentos de pico da festa, a Set mobilizou grande número de profissionais para a realização dos registros audiovisuais. As equipes foram coordenadas conjuntamente pelo chefe do Escritório Técnico do IPHAN Pirenópolis e pela 14ª. Superintendência Regional do IPHAN (Goiânia), sob a supervisão da Gerência de Registro do DPI/IPHAN.

ABRANGÊNCIA: ESPÍRITO SANTO PIRENÓPOLIS - GO

CATEGORIAS: Celebrações

RESUMO: A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis é uma das maiores manifestações de devoção ao Divino do Brasil. Dialogando sem cessar com o passado e o presente, ela envolve permanentemente toda uma cidade, determinando os padrões de sociabilidade local. A cidade faz a festa e a festa faz a cidade. Através dela se marca o tempo, se reproduzem estruturas sociais e se conformam identidades coletivas e individuais.

CITAÇÕES:

“A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, considerada a mais relevante manifestação de devoção ao Divino do país, desempenha papel central na formação da identidade cultural local: um jeito próprio de viver e sentir o mundo onde não há um tempo “antes” e um tempo “depois da festa”, nem distâncias intransponíveis entre o catolicismo oficial e o catolicismo popular.” (p. 12).



DISSERTAÇÃO MESTRADO – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: FANDANGO CAIÇARA: EXPRESSÕES DE UM SISTEMA CULTURAL

ANO DE PRODUÇÃO: 2011

EQUIPE TÉCNICA: Associação Cultural Caburé/RJ, Iphan e CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

ABRANGÊNCIA: Corresponde, aos municípios de Iguape e Cananéia (litoral sul do Estado de São Paulo) e Guaraqueçaba, Paranaguá e Morretes (litoral norte do Estado do Paraná)⁴ estendendo-se a pequenos trechos de alguns municípios adjacentes como Peruíbe e Ilha Comprida (São Paulo).

CATEGORIAS: Livro de Registro Formas de expressão

RESUMO: O fandango é uma expressão musical-coreográfica-poética e festiva da cultura caiçara

CITAÇÕES:

“Fruto de intensa interação social entre a população nativa e o europeu que chegava a esse território, a cultura caiçara é uma expressão híbrida usada como uma das representações da construção de uma nacionalidade brasileira.” (p. 8).

OBSERVAÇÕES: O texto não faz menção uma identidade nacional evocada através do Fandango Caiçara. O dossiê se limita a justificar a proteção e registro dos bens a partir de suas características e pertencimento no âmbito .

DISSERTAÇÃO MESTRADO– LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: Feira de Caruaru

ANO DE PRODUÇÃO: 2006

EQUIPE TÉCNICA: IPHAN e Programa de Pós-Graduação em Antropologia/ PPGA
da UFPE

ABRANGÊNCIA: Município de Caruaru- Pernambuco

CATEGORIAS: Livro de Registro dos Lugares

RESUMO: a Feira de caruaru se tornou um Lugar, um locus de encontros culturais significativos, a expressão maior da vida da cidade, do município e de toda a região circunvizinha. Isto porque, ao mesmo tempo, a Feira foi se tornando um centro de irradiação e de convergência da cultura local.

CITAÇÕES:

“A Feira tornou-se, pouco a pouco, um grande cenário aonde os criadores populares vieram mostrar sua criatividade artística e seus produtos,divulgá-los, vendê-los e, da Feira, se irradiaram para o Brasil e para o Exterior. A Feira se fez Lugar de convergência e de irradiação, portanto. De polo comercial importante, a Feira tornou-se um polo de preservação da identidade e de resistência culturais.” (p. 68).

“Ao crescer no imaginário da população como um Lugar, a Feira e a povoação a que deu

origem também passaram a conferir sentido à rede de relações que se desenvolveu; assim, o aglomerado de casas, e a Feira foi-se tornando um lugar de expressão, de difusão e de reprodução de uma identidade cultural específica, paralelamente ao crescimento de sua importância econômica.” (p. 68).

“Esta Feira, embora com as ambiguidades de que se reveste, é de importância fundamental no sentido de contribuir para o entendimento das práticas sociais que forjaram nossa identidade cultural.” (p. 72).

OBSERVAÇÕES:

A identidade Brasileira não é citada no texto, o termo empregado no dossiê é o de identidade cultural. O conceito de Lugar é evocado para justificar a importância da feira como referencial cultural – ver página 67.



DISSERTAÇÃO MESTRADO – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BENS IMATERIAL: Festa de Sant'Ana de Caicó

ANO DE PRODUÇÃO: 2010

EQUIPE TÉCNICA:

ABRANGÊNCIA: (Caicó - Rio Grande do Norte)

CATEGORIAS: Celebrações

RESUMO: Localizada no semi-árido da região do Seridó Norte-Riograndense, a atual “capital do Seridó” teve a sua origem em 1687 com a construção da casa Forte do Cuó e, em 1735, com o povoamento da Fazenda Penedo, posteriormente denominada Vila Nova do Príncipe. Em 1890, elevou-se à categoria de cidade, recebendo os nomes de Cidade do Príncipe, Cidade do Seridó e, finalmente, Caicó.¹ Possui expressividade regional nos setores agropecuário, educacional e cultural com destaque para o artesanato de bordados, comidas e bebidas típicas. Celebrada há 259 anos, a Festa de Sant’Ana, realizada entre o final de julho e início de agosto, destaca-se entre as múltiplas festas de padroeiro por revivificar os laços de solidariedade e acionar registros específicos da cultura seridoense. A Festa torna-se relevante do ponto de vista cultural, histórico e social, pois é um dos principais veículos da memória e da identidade coletiva, em especial os relacionados com as expressões ligadas à fé católica.

CITAÇÕES:

“A senhora Sant“Ana para o povo seridoense representa não apenas a fé, mas também a tradição e, mais recentemente a modernidade, ela é, antes de tudo símbolo de identidade e união do povo, sua festa, aparece como um grande evento cultural e social, responsável pela construção dessa identidade do povo seridoense. É difícil, porém, separar com precisão o que é mito do que é história na devoção do povo seridoense a senhora Sant“Ana.” (p. 12)

A região do Seridó é lugar de destaque no cenário do sertão do Rio Grande do Norte, por sua história original, sua religiosidade vivida no cotidiano, sua tradição culinária e festiva, motivos de orgulho dos filhos da terra de Sant“Ana. Se, localmente, essa particularidade é reconhecida e valorizada, verificamos que não existiam ainda ações dos órgãos governamentais para a promoção e a valorização da cultura local. Ao eleger-se a Festa de Sant“Ana como objeto de registro, abrem-se novas perspectivas que permitem entender como se elaboram os processos identitários conjuntamente à reiteração de uma cultura nativa através da tradição - via recorrentemente utilizada pela antropologia. Podemos aproximar esta perspectiva à de Nathan Wachtel, quando ele propõe a abordagem da “problemática da construção da identidade nas suas relações com a memória coletiva.” Com efeito, o registro da Festa de Sant“Ana de Caicó mostra a cultura do Seridó em ação e revela regimes de temporalidade que orientam os discursos sobre o passado. Na tentativa de uma leitura cruzada da festa, das práticas cotidianas dos moradores, dos seus discursos e das suas narrativas, sublinhamos a importância desses elementos na elaboração de uma identidade e, através desta, de uma apropriação peculiar da história e do espaço locais que devem ser amplamente registrados, salvaguardados e divulgados.

OBSERVAÇÕES:

não há menção ao termo identidade Nacional.



**DISSERTAÇÃO MESTRADOFICHA –
LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN**

BEM IMATERIAL: Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ

ANO DE PRODUÇÃO: 2009- 2010

EQUIPE TÉCNICA: A equipe de pesquisa teve a coordenação técnica da antropóloga Lívia Ribeiro Lima e a participação das pesquisadoras Simone Silva e Priscila Falci, na primeira fase do Inventário, em que se concentrou a pesquisa histórica. A pesquisa etnográfica iniciou-se cerca de três meses antes da Festa de 2009, com o acompanhamento da preparação e da mobilização dos grupos sociais envolvidos. Nesta fase, contamos com a colaboração dos educadores Flora Maria Salles França Pinto, Edson José de Oliveira e Elcio Gonçalves, tanto na delimitação dos bens culturais associados à Festa, quanto na indicação de possíveis ações de salvaguarda.

ABRANGÊNCIA: Município de Paraty- RJ

CATEGORIAS: Celebrações

RESUMO: A devoção ao Divino Espírito Santo em Paraty está atrelada à vivência e à transmissão de tradições que, atualizadas em cada Festa, delineiam a identidade e a cultura dos paratienses. Trata-se de um bem cultural complexo, que enuncia um conjunto de celebrações e formas de expressão, religiosas e profanas, e de saberes e fazeres que ocupam a praça, as igrejas e as casas dos devotos. Tecida pelos paratienses como patrimônio vivo e dinâmico, a Festa do Divino está em constante diálogo com o rico conjunto arquitetônico da Cidade Histórica, dando-lhe vivacidade e constituindo fortes sentidos de identidade com este lugar de memória. Realizada há cerca de três séculos em Paraty, ao preservar símbolos e significados do período Imperial, a Festa do Divino guarda também testemunhos de nossa História, contribuindo, assim, para formar os elos da identidade brasileira.

CITAÇÕES:

“Realizada há cerca de três séculos em Paraty, ao preservar símbolos e significados do período Imperial, a Festa do Divino guarda também testemunhos de nossa História, contribuindo, assim, para formar os elos da identidade brasileira.” (p. 5).

“A Festa do Divino evoca o respeito às tradições ancestrais e a vivência de certo ethos religioso, transmitido pela herança colonial portuguesa, que constitui as referências culturais não somente do paratiense, mas de todos os brasileiros.” (p. 100).

OBSERVAÇÕES: O bem registrado e inventariado no livro de celebrações evoca a religiosidade que permeia a identidade brasileira, neste caso de matriz portuguesa.



DISSERTAÇÃO MESTRADO— LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: Frevo

ANO DE PRODUÇÃO: 2006

EQUIPE TÉCNICA: A equipe de trabalho recebeu treinamento direto de técnicos do IPHAN e foi composta por uma coordenadoria técnica; três consultorias nas áreas de: etnomusicologia, dança e literatura; e uma assessoria em assuntos relacionados às agremiações, aos concursos e ao carnaval recifense. Os trabalhos de campo foram iniciados com uma equipe de sete pesquisadores com experiência comprovada em diversas áreas. Entretanto, diante da demanda, o grupo foi acrescido de mais dois desses profissionais, somando-se um total de nove pesquisadores, acompanhados por uma supervisão. Contou-se também com os trabalhos de fotógrafos, transcritores, revisores e uma equipe de vídeo (diretores, cinegrafistas, técnicos de som, diretor de fotografia e roteirista).

ABRANGÊNCIA: Cidade de Recife e de Olinda

CATEGORIAS: Livro das Formas de Expressão
--

RESUMO: Esta proposta visa a apresentar e preservar valores que, acredita-se, justifiquem o reconhecimento do Frevo como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro e legitimem o seu papel na história do Brasil e de Pernambuco, assim como o lugar que ocupa na cultura contemporânea. Com este ato de inscrição se reconhece a importância desse bem e, conseqüentemente, dos componentes indispensáveis da identidade brasileira, de heranças culturais, promovendo um processo ativo de valorização, proteção e salvaguarda.

CITAÇÕES:

“Formas de expressão conhecidas como tradicionais ou populares, ganham um novo espaço por meio de ações legais que geram reconhecimento e promovem a apreensão dos sentidos e significados dos bens culturais, a eles atribuídos pelos grupos formadores da sociedade. As políticas públicas desenvolvidas atualmente no Brasil sistematizam formas de identificar, atualizar e acessar esse patrimônio cultural de natureza imaterial. Instrumentos como o Inventário Nacional de Referências Culturais são disponibilizados para atender a esses objetivos, além de propor critérios adequados à sua valorização e preservação. Tais ações promovem desdobramentos essenciais, que sedimentam as responsabilidades das políticas públicas da sociedade e geram um compromisso com a garantia de perpetuidade, condições materiais, produção, transmissão, divulgação e conseqüente salvaguarda dos bens culturais.” (p. 14).

“O frevo, manifestação artística da cultura pernambucana, desempenha importante papel na formação da música brasileira, sendo uma das suas raízes. A riqueza melódica, criatividade e originalidade proveniente da grande mescla com gêneros diversos, somadas à inventividade e capacidade criadora dos seus compositores, engrandecem e legitimam as múltiplas identidades, assim como a diversidade cultural do povo brasileiro.” (p. 16).

“Sendo o carnaval a festa brasileira onde o frevo tem sua relevância, torna-se necessário mencionar o ambiente vivido no Brasil do século XIX, quando a referida festa adere aos moldes europeus, como forma civilizatória.” (p. 17).

“A presença contundente e dinâmica dessa manifestação, legitima e reconhece o seu papel na história da cultura brasileira e pernambucana, como também um lugar de destaque na cultura contemporânea.” (p. 18).

“A partir da década de 1980, verifica-se que o frevo já foi legitimado como símbolo maior da cultura pernambucana, constando sua expressão em orelhões públicos em formas de sombrinhas, em cartazes de turismo do Estado, em suvenires, em monumentos e até em marcas de cerveja e refrigerante.” (p. 103).

“O frevo constitui um valor referencial para a cultura pernambucana e brasileira, pois congrega expressão e reação do povo, fazendo emergir a grande massa delirante do carnaval de rua. Como patrimônio imaterial, apresenta-se na forma de uma manifestação cultural musical, coreográfica e poética de caráter coletivo, embora não deixe de se expressar também em criações individuais encenadas a partir de suas bases. Não existem dúvidas de que o frevo seja patrimônio cultural brasileiro, o que pode ser constatado a partir da sua dimensão de referencial identitário, não para um grupo, etnia ou classe, mas para todos. Em seus aspectos de resistência, historicamente luta de classe, hoje de mercado, evidencia-se a sua forma viva, expressa no cotidiano do povo.” (p. 118).

“Acredita-se que a proteção desse bem como patrimônio nacional repercute positiva e eficientemente, promovendo um processo ativo de conscientização no plano local e nacional, especialmente entre as novas gerações, acerca da sua importância e salvaguarda. O registro do Frevo no Livro das Formas de Expressão do Patrimônio Imaterial Brasileiro, além de fazer justiça a um bem cultural de enorme relevância e considerar o seu valor histórico e artístico, reconhece e legitima as referências culturais dos grupos sociais até então não contemplados no conjunto dos bens culturais protegidos ou salvaguardados. Diante de sua grandeza não se pode falar em extinção, pois acredita-se que sua história e força estão registradas na memória coletiva do povo pernambucano. Nos modos como as pessoas povoam a vida sociocultural do Estado, sua forma de organização; participação na festa, no cotidiano, nas intenções políticas e nos sentidos por elas atribuídos.” (p. 119).

“O frevo constitui um valor referencial para a cultura pernambucana e brasileira, pois congrega expressão e reação do povo, fazendo emergir a grande massa delirante do carnaval de rua. Como patrimônio imaterial, apresenta-se na forma de uma manifestação cultural musical, coreográfica e poética de caráter coletivo, embora não deixe de se expressar também em criações individuais encenadas a partir de suas bases. Não existem dúvidas de que o frevo seja patrimônio cultural brasileiro, o que pode ser constatado a partir da sua dimensão de referencial identitário, não para um grupo, etnia ou classe, mas para todos. Em seus aspectos de resistência, historicamente luta de classe, hoje de mercado, evidencia-se a sua forma viva, expressa no cotidiano do povo.” (p. 119).

“Esta proposta visa a apresentar e preservar valores que, acredita-se, justifiquem o reconhecimento do Frevo como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro e legitimem o seu papel na história do Brasil e de Pernambuco, assim como o lugar que ocupa na cultura contemporânea. Com este ato de inscrição se reconhece a importância desse bem e, conseqüentemente, dos componentes indispensáveis da identidade brasileira, de heranças culturais, promovendo um processo ativo de valorização, proteção e salvaguarda.” (p. 119).

OBSERVAÇÕES:

É uma manifestação cultural consolidada, presente de forma significativa tanto na identidade pernambucana quanto na identidade brasileira. Neste sentido, o dossiê visa corroborar e acentuar esse bem no quadro de referências nacionais.

RESPONSÁVEL: INVENTÁRIO PARA REGISTRO E SALVAGUARDA DA CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

ANO DE PRODUÇÃO: realizado entre 2006 e 2007

EQUIPE TÉCNICA: Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) do Museu Nacional-UFRJ, por meio da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB-UFRJ). A coordenação do projeto também contou com a supervisão da Diretoria de Patrimônio Imaterial do IPHAN, das Superintendências Regionais do IPHAN da Bahia e de Pernambuco e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP).

ABRANGÊNCIA: Inicialmente nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife e difundindo-se para vários lugares do mundo

CATEGORIAS: Saberes e formas de expressão

RESUMO: O texto desenvolvido neste dossiê busca reconstituir brevemente a história da capoeira e descrever sua prática, cultura material e rituais. Um arranjo que pretende justificar sua importância como bem cultural, a partir da documentação escrita e dos relatos dos mestres que continuam em atividade.

CITAÇÕES:

“Soares lembra ainda que Coelho Neto apresentara junto a Luiz Murat um projeto instituindo a obrigatoriedade do ensino da capoeira em escolas e quartéis. Tal intenção acompanha a visão nacionalista que se construiu a partir daquela época, investindo na capoeira como representação autêntica da brasilidade, como podemos perceber nesse trecho da crônica intitulada, sugestivamente, “O Nosso Jogo” (p.18).

“A inclusão da capoeira no projeto nacionalista se estenderia ao longo das décadas seguintes. A idéia de nação que passava a ser construída por intelectuais da belle époque, na qual se avaliava o lugar da capoeira na cultura brasileira, teria continuidade nos escritos de Mello Moraes Filho, que retomaria essa imagem já na década de 1920, afirmando: “A capoeira, como arte, como instrumento de defesa, é a luta própria do Brasil”¹⁸.” (p. 19).

“Atualmente, a capoeira se encontra presente em mais de 150 países, atraindo praticantes e estudiosos dos cinco continentes do planeta. A sua globalização, feita sem incentivo governamental, ocorreu devido às errâncias dos capoeiristas, verdadeiros embaixadores informais da cultura brasileira. Assim, este se torna um momento oportuno para que o Estado brasileiro reconheça a capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil. “(p. 51).

“Nesse sentido, a capoeira regional dará destaque à eficiência do combate marcial, misturando movimentos da capoeira antiga, conhecida como capoeira angola, com o batuque, e principalmente incorporando movimentos de ataque e de defesa de outras artes marciais, como o jiu-jitsu. Modificações que promoveram a capoeira regional como uma singular e eficiente arte marcial de origem brasileira.” (p. 57).

“Portanto, há uma contradição inerente à difusão da capoeira. Por um lado, percebe-se que o jogo não corre risco de desaparecer, é praticado por milhões de pessoas em todo o mundo e estudado por pesquisadores de universidades nacionais e internacionais. No entanto, os mestres encontram brutais dificuldades para manter seu ensinamento, enfrentam problemas financeiros, falta de espaço para ministrar aulas e barreiras para

divulgar a arte no exterior. Este é um ponto que mostra a necessidade de um reconhecimento oficial da importância da capoeira por parte do Estado brasileiro. Exemplos como o de Mestre João Grande, que recebeu diversas homenagens nos Estados Unidos, revelam a apropriação da capoeira por parte de governos multiculturalistas, que buscam reconhecê-la como parte da diáspora africana e patrimônio próprio. O Brasil, neste contexto, não seria lugar onde a capoeira se desenvolveu, mas ponto de passagem para sua difusão internacional.” (p. 87).

OBSERVAÇÕES: A capoeira está registrada como bem nacional, embora não haja neste documento uma justificativa direta que apresente os motivos que a levam a ser identificada com um produto brasileiro que deve ser reconhecido pelo conjunto da sociedade. Os bens registrados: Ofício dos mestres de capoeira e Roda de capoeira estão inventariados no mesmo dossiê, o primeiro está inserido no Livro de Registro – Formas de Expressão e o segundo no Livro de Registro dos Saberes.



DISSERTAÇÃO MESTRADOFICHA 3 – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: Jongo no Sudeste

ANO DE PRODUÇÃO: 2005

EQUIPE TÉCNICA: o registro teve como base a pesquisa desenvolvida pelo Centro nacional de folclore e Cultura popular, e teve como suporte a metodologia do Inventário nacional de referências Culturais.

ABRANGÊNCIA: Região sudeste “no processo de inventário foram visitadas sete comunidades jogueiras no estado do Rio de Janeiro: na cidade do Rio, no bairro de Madureira, foi inventariada a comunidade do morro da Serrinha; no município de Valença, a comunidade da fazenda São José. O jongo foi pesquisado, ainda, em Barra do Pirai, Piracema, Pinheral, Santo Antônio de Pádua. e também em comunidades como Bracuí e Mambucaba, junto a Angra dos Reis. no estado de São Paulo foram identificadas e contatadas as comunidades jogueiras de Guaratinguetá, Cunha, Piquete, São Luís do Paraitinga e Lagoinha. no Espírito Santo, grupos de jongo de São Mateus e Conceição da Barra foram identificados. Há indícios de que na região Sudeste existem outras comunidades e grupos de praticantes do jongo.” (p. 15)

CATEGORIAS: Formas de Expressão

RESUMO: Tambu, batuque, caxambu, jongo. manifestação cultural afro-brasileira, o jongo é o tema deste 5º volume da série de dossiês sobre os bens culturais de natureza imaterial registrados. O jongo é uma forma de expressão que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos mágico-poéticos. Tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, sobretudo os de língua bantu. É cantado e tocado de diversas formas, dependendo da comunidade que o pratica. Consolidou-se entre os

escravos que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar localizadas no Sudeste brasileiro, principalmente no vale do rio Paraíba do Sul. É um elemento de identidade e resistência cultural para várias comunidades e também espaço de manutenção, circulação e renovação do seu universo simbólico.

CITAÇÕES:

“durante a pesquisa percebeu- se o interesse das comunidades e grupos no sentido de apresentar candidatura do jongo ao registro como patrimônio nacional. e assim o processo de registro foi conduzi- do pelo CnfCp/Iphan e deferido pelo Conselho Consultivo tendo em vista a importância do jongo no panorama cultural brasileiro.” (p. 16).

“o registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil é o reconhecimento por parte do estado da importância desta forma de expressão para a conformação da multifacetada identidade cultural brasileira. Este registro chama a atenção para a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade econômica articulada com a pluralidade cultural; políticas que garantam a qualidade de vida e a cidadania e condições de auto-determinação para que as comunidades jogueiras mantenham vivo o jongo nas suas mais variadas formas e expressões.” (p. 18).

“(...) ele é, além de testemunha eloqüente dos percalços na constituição de uma memória de descendentes de escravos, um instrumento contemporâneo para a elaboração de identidades sociais positivas dessa população.” (p. 50).

“(...) é um elemento de identidade e resistência cultural para várias comunidades e também espaço de manutenção, circulação e renovação do seu universo simbólico.” (p. 13).

OBSERVAÇÕES:

O dossiê tem como principal elemento narrativo a questão da identidade e da história de resistência da cultural afro-brasileira dando ênfase no caráter multifacetado do país.



**DISSERTAÇÃO MESTRADO—
LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN**

BENS IMATERIAL: Modo de Fazer Renda Irlandesa tendo como Referência este Ofício em Divina Pastora - SE

ANO DE PRODUÇÃO: 2009

EQUIPE TÉCNICA:

ABRANGENCIA: Divina Pastora - SE

CATEGORIAS: Livro dos saberes

RESUMO: O modo de fazer Renda Irlandesa se constitui de saberes tradicionais que foram ressignificados pelas rendeiras do interior sergipano a partir de fazeres seculares, que remontam à Europa do século XVII, e são associados à própria condição feminina na sociedade brasileira, desde o período colonial até a atualidade. Trata-se de uma renda de agulha que tem como suporte o lacê, cordão brilhoso que, preso a um debuxo ou risco de desenho sinuoso, deixa espaços vazios a serem preenchidos pelos pontos. Estes pontos são bordados compondo a trama da renda com motivos tradicionais e ícones da cultura brasileira, criados e recriados pelas rendeiras.

CITAÇÕES:

“Atualmente, mais de uma centena de mulheres dedica-se à renda irlandesa, melhorando as condições de vida de suas famílias. Ao lado da função sócio-econômica, a renda irlandesa é um dos sinais distintivos da identidade local, juntamente com a devoção a Nossa Senhora da Divina Pastora, originária do espírito pastoril espanhol, cultuada em majestosa igreja edificada entre os séculos XVIII e XIX, tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1943, hoje centro de uma grande peregrinação anual. “Dessa forma, para a população de Divina Pastora, elementos que são classificados como integrantes do patrimônio material e outros que são tidos como bens imateriais, articulam-se na construção e afirmação da identidade local, que se atualiza no presente, como bem exemplificam os usos e significados atribuídos à renda irlandesa ao longo do tempo.” (p.6).

“Segundo Arantes (2001), patrimônio é, na origem, recurso: bens cujo uso constrói novos sentidos e utilidades. Um bem ao ser registrado passa a ter interesse público na salvaguarda desses recursos para as gerações presentes e futuras. Para as rendeiras de Divina Pastora, a renda irlandesa é recurso nos seus diversos sentidos. Recurso econômico, pois várias delas conseguiram construir ou mobiliar suas casas com a venda de peças de renda e, além disso, puderam ascender socialmente por meio da educação formal, custeada também pelos ganhos com comércio da renda; recurso cultural e identitário, pois a renda constitui-se num significante dos sentidos que orientam práticas coletivas importantes no município de Divina Pastora.” (p. 100)

OBSERVAÇÕES: O bem é justificado pela sua importância local. Dependendo a justificativa utilizada, todas as rendas brasileiras poderiam tornar-se patrimônio imaterial brasileiro, por que registrar essa e não todas?



DISSERTAÇÃO MESTRADOFICHA – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: Modo de Fazer Viola-de-Cocho

ANO DE PRODUÇÃO: 2003 – título de Patrimônio Cultural do Brasil em 2005

EQUIPE TÉCNICA: idealizado e desenvolvido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular junto aos artesãos e cururueiros, com recursos da Petrobras Distribuidora, contou com as parcerias do governo do estado, universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Ibama, Instituto de Meio Ambiente Pantanal, além de outras instituições locais.

ABRANGÊNCIA: região da bacia do Rio Paraguai – baixada cuiabana e adjacências – nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

CATEGORIAS: Livro de Registro dos Saberes

RESUMO: Viola-de-cocho é um instrumento musical de forma e sonoridade sui generis, destaca-se como um instrumento fundamental nos gêneros musicais cururu e siriri, cultivados, sobretudo, em manifestações culturais ligadas à religiosidade e à brincadeira. é produzida de modo artesanal e, tradicionalmente, com matérias-primas extraídas da natureza – da fauna e da flora do pantanal e do cerrado.

CITAÇÕES:

“É muito importante também que a viola-de-cocho e sua música sejam amplamente conhecidas e apreciadas pelo conjunto da sociedade brasileira, pois expressam a identidade de um universo cultural povoado de bichos, gente, santos, mitos, lendas e histórias fundamentais para a manutenção da riqueza simbólica de nosso país.” (p. 13).

“O atual processo de reconhecimento da dimensão patrimonial dos saberes e fazeres engendrados no modo de fazer da viola-de-cocho passa a ser, dessa forma, um dos caminhos viáveis para o reconhecimento social e da valorização de indivíduos e grupos que vêm sendo regularmente colocados à margem do processo histórico de construção da identidade e da cultura brasileira.” (p. 19).

“Assim, através de iniciativas como estas, e depois de um longo período de baixa expressividade no cenário urbano, a viola-de-cocho, o cururu e o siriri se veem novamente valorizados como símbolos de identidade cultural da região, passando a ocupar novos espaços culturais. Entretanto, não podemos deixar de observar que se os saberes (artesanato e a prática musical) relativos ao instrumento estão vivos, sendo transmitidos e reproduzidos, isso se deve, antes de tudo, à responsabilidade e à vontade dos cururueiros que, obstinados, encontraram meios de salvaguardar o que hoje o Estado reconhece como patrimônio cultural do país”. (p. 50).

“Em meio à permanente ameaça de diluição dos significados das expressões tradicionais frente às novas demandas colocadas pela cultura de massa, as rodas tradicionais continuam acontecendo, e a viola-de-cocho, amplamente conhecida e reconhecida, foi tombada como patrimônio nos dois estados da federação, o que reafirma seu papel de símbolo de identidade cultural”. (p. 71).

“Hoje, a viola-de-cocho e suas manifestações relacionadas, o cururu e o siriri, são de fato um patrimônio imaterial do povo dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. um patrimônio que merece ser preservado, para que as novas gerações de brasileiros possam ter acesso à rara beleza e misteriosa sonoridade deste instrumento tão singular, ainda pouco conhecido pelo grande público de outras regiões do Brasil, mas que permanece vivo na cultura do seu povo.” (p 73).

“Ainda, conforme parecer da Gerência de Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial, são várias as razões que justificam a inscrição do MODO DE FAZER VIOLA-DE-COCHO no Livro de Registro dos Saberes, entre elas destacamos : • saber enraizado em práticas e vivências culturais coletivas de transmissão oral e informal; • referência cultural importante para grupos formadores da sociedade brasileira; incorporando contribuições de diversas etnias, como tradição que se reitera e atualiza.” (p. 81).



DISSERTAÇÃO MESTRADO— LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: Ofício das Baianas de Acarajé

ANO DE PRODUÇÃO: 2004

EQUIPE TÉCNICA: Este livro é uma compilação ampliada dos artigos publicados ao longo dos cinco anos do projeto Implantação de Inventário: Celebrações e Saberes da Cultura Popular, patrocinado pelo Ministério da Cultura, do qual o processo de inventário e registro do ofício das baianas de acarajé foi um subprojeto.

ABRANGÊNCIA: Bahia – Salvador

CATEGORIAS: Livro dos Saberes

RESUMO: O acarajé é um bolinho de feijão- fradinho, cebola e sal, frito em azeite-de-dendê. É uma iguaria de origem africana, vinda com os escravos na colonização do Brasil. Hoje está plenamente incorporado à cultura brasileira. É alimento do dia a dia – comida de rua – em Salvador e em tantas outras cidades, vendido com acompanhamentos como a pimenta, o camarão, o vatapá e, às vezes, molho de cebola e tomate... Também tem sentido religioso, é comida de santo nos terreiros de candomblé. É o bolinho de fogo ofertado puro, sem recheios, a Iansã e Xangô... e cheio de significados nos mitos e ritos do universo cultural afro-brasileiro.

CITAÇÕES:

“O registro do Ofício das baianas de acarajé como Patrimônio Cultural do Brasil, no Livro dos Saberes, é ato público de reconhecimento da importância do legado dos

ancestrais africanos no processo histórico de formação de nossa sociedade e do valor patrimonial de um complexo universo cultural, que é também expresso por meio do saber dos que mantêm vivo esse ofício.” (p. 13).

“Imerso na dinâmica cultural das grandes metrópoles brasileiras, sobretudo em Salvador, o acarajé está sujeito a variados processos de apropriações e ressignificações nos diferentes segmentos da sociedade, sem, contudo, perder seu vínculo com um universo cultural específico e fundamental na formação da identidade brasileira. Nesse contexto, as baianas de acarajé integram e compõem o cenário urbano cotidiano e a paisagem social daquela cidade. Representam tradições afro-descendentes fundamentais das identidades da população que mora e transita nas áreas centrais e antigas, em que se destaca o conjunto arquitetônico do Pelourinho. Assim, ao olhar patrimonial une-se o olhar cidadão, no intuito de identificar ou pontuar na geografia urbana lugares tradicionais – pontos de venda – onde, diariamente, é celebrado o hábito de provar comidas de santo e de gente.” (p. 20).

“Lévi-Strauss, em O Triângulo Culinário (1968:25), diz que o domínio da cozinha “constitui uma forma de atividade humana verdadeiramente universal”, pois não existe sociedade que não tenha desenvolvido formas de preparar seus alimentos. Essa atividade universal, porém, apresenta-se de maneiras distintas em sociedades particulares. O modo como” cada uma classifica, prepara e consome os alimentos expressa a diversidade de culturas singulares e apresenta-se, também, como elemento constitutivo de suas identidades. Nesse sentido, a alimentação desempenha relevante papel na produção de identidades nacionais, regionais, étnicas e religiosas; assim, pode-se dizer que, na medida em que congrega um conjunto de práticas, relações e representações sociais, revela a estrutura social dos diferentes grupos humanos e apresenta-se como importante “instrumento de identificação social” (Gonçalves, 2002:8).

“É perceptível o fato de a preservação do valor patrimonial desse bem-estar relacionada à atenção ao universo da baiana de acarajé, à valorização e transmissão permanente dos saberes associados a esse universo. E entendemos que o registro do bem enquanto patrimônio cultural nacional poderá mobilizar a sociedade a reconhecer, recolher, sistematizar, proteger e salvaguardar esses saberes tradicionais sem frear o fluxo natural das reapropriações simbólicas que se processam inevitavelmente na dinâmica das culturas.” (p. 63).

OBSERVAÇÕES: O registro do Ofício das Baianas de Acarajé como Patrimônio Imaterial Brasileiro, no Livro de Saberes do Iphan, aponta para a relevância de tradições afro-brasileiras que integram a cultura brasileira, em especial esse ofício, como importante símbolo de identidade étnica, regional e religiosa. Portanto, trata-se também de um instrumento de reconhecimento oficial da riqueza e do enorme valor do legado de ancestrais africanos no processo histórico de formação de nossa sociedade.

BEM IMATERIAL: Ofício das Panelas de Goiabeiras

ANO DE PRODUÇÃO: 20/12/2002

EQUIPE TÉCNICA: A reunião e a sistematização das informações sobre o ofício das Panelas de Goiabeiras, que compõem o processo e a descrição aqui apresentada, foram realizadas por meio do INRC, aplicado sob a supervisão do antigo Departamento de Identificação e Documentação, atual Departamento do Patrimônio Imaterial -DPI.

ABRANGÊNCIA: Goiabeiras Velha, bairro de Vitória.

CATEGORIAS: Livro de Registro dos Saberes

RESUMO: Este Dossiê 3 trata do primeiro Registro de um bem cultural concretizado pelo Iphan: o Ofício das Panelas de Goiabeiras. Com ele se inaugurou o Livro de Registro dos Saberes e também o instrumento legal de reconhecimento e preservação dos bens culturais de natureza imaterial, criado em agosto de 2000. A fabricação artesanal de panelas de barro é o ofício das panelas de Goiabeiras, bairro de Vitória, capital do Espírito Santo. A atividade, eminentemente feminina, constitui um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, no âmbito familiar e comunitário. A técnica cerâmica utilizada é de origem indígena, caracterizada por modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino.

CITAÇÕES: “Para melhor conhecer e dar a conhecer o saber e o fazer dessas cidades brasileiras foi aplicada, pela primeira vez, a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.” (p.11)

“Ao tornar públicos processos e resultados do trabalho institucional, onde o modo de fazer as tradicionais panelas de barro capixabas e as panelas e seu universo estão apresentados, acreditamos contribuir para o reconhecimento desse patrimônio pela sociedade brasileira e para viabilizar as condições de sua permanência.” (p. 11).

“Ícones da identidade cultural capixaba, a torta, as moquecas e as panelas de barro ganharam o mundo e configuram, na literatura gastronômica, “a mais brasileira das cozinhas”, por reunirem e mesclarem elementos das culturas indígena, portuguesa e africana. “(p. 13).

“Fotografadas, filmadas, gravadas, entrevistadas, convidadas para expor suas habilidades em feiras, escolas, shoppings e museus, as panelas de Goiabeiras são as legítimas porta-vozes desse patrimônio cultural brasileiro.” (p. 29).

“Em março de 2001, a Associação das Panelas de Goiabeiras apresentou ao Presidente do Iphan o pedido de Registro do Ofício das Panelas. A demanda pelo reconhecimento das panelas de Goiabeiras e do seu modo de fazer, já consagrado como ícone da identidade cultural do Espírito Santo, se expressava agora como reivindicação de um bem cultural a ser inscrito no repertório do patrimônio cultural brasileiro.” (p. 43).

“Diferentemente de outros grupos produtores de bens culturais que, a despeito de sua relevância para a formação nacional, se encontram marginalizados da dinâmica social e econômica hegemônica, as panelas de Goiabeiras conquistaram, a partir dos anos 1980, a consciência de sua importância no processo de construção da identidade cultural regional. Essa consciência vem se manifestando na interlocução direta da Associação

das Paneleiras de Goiabeiras – APG com os poderes públicos, as empresas e a imprensa, em busca do atendimento às suas demandas.” (p. 47).

OBSERVAÇÕES: A identidade capixaba é um dos principais atributos do documento, o fazer das paneleiras não é apresentado como uma atividade em risco, entretanto a preservação das fontes de matérias-primas e uma das questões levantadas no plano de salva guarda, privilegiando o manguezal, fonte do tanino, e o barreiro, no Vale do Mulembá.



DISSERTAÇÃO MESTRADOFICHA 3 – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: Os Tambores da ilha

ANO DE PRODUÇÃO: 2006

EQUIPE TÉCNICA: Equipe de pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais da Ilha de São Luís

ABRANGÊNCIA: Maranhão

CATEGORIAS:

RESUMO: No conjunto complexo e heterogêneo das manifestações culturais populares maranhenses, o Tambor de Crioula destaca-se como uma das modalidades mais difundidas e ativas no cotidiano. De modo geral, podemos defini-la como uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores.

CITAÇÕES:

“No conjunto complexo e heterogêneo das manifestações culturais populares maranhenses, o Tambor de Crioula destaca-se como uma das modalidades mais difundidas e ativas no cotidiano. De modo geral, podemos defini-la como uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores.” (p.9).

“Longe de ser, portanto, uma forma de expressão pouco influente ou em desuso, o Tambor de Crioula continua a fazer parte das atividades festivas, da sensibilidade musical e da definição da identidade cultural dos maranhenses. Ao elaborar sua pesquisa e inventário, o IPHAN procura reconhecer, como parte de uma ação integrada, as formas de expressão componentes do amplo e diversificado legado das tradições culturais de matriz africana aclimatadas no país.” (p. 12).

OBSERVAÇÕES:

O tambor de crioula é tratado como uma manifestação da cultura afro-brasileira e maranhense. Não é apresentado com um bem em risco, entretanto, o mesmo vem enfrentando alguns desafios, principalmente em função de seu apelo turístico e da intermediação do Estado, através do seu patrocínio. Muitas vezes se enquadrando ao do tempo do turista, ao do controle do estado e ao espetáculo.



DISSERTAÇÃO MESTRADO – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: QUEIJO ARTESANAL DE MINA

ANO DE PRODUÇÃO: 2006

EQUIPE TÉCNICA:

ABRANGÊNCIA: Serra, Canastra, Alto Paranaíba (serra do Salitre ou do Cerrado), Araxá e serras do sul de Minas são micro-regiões onde se estabelecem e se edificam em dinâmica tradição os modos de fazer de um queijo reconhecido mundialmente como “artesanal tipo Minas.

CATEGORIAS: Livro de Registro dos Saberes

RESUMO: Aos mineiros contemporâneos os modos de fazer artesanais de queijo a partir do leite cru, tradição persistente e em dinâmica transformação em sua cultura, identifica seus modos costumeiros e dá conforto à suas vidas. Além disso, embasa a sobrevivência de numerosas famílias e fundamenta a economia de municípios e de regiões.



DISSERTAÇÃO MESTRADOFICHA – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: Samba de Roda do Recôncavo Baiano

ANO DE PRODUÇÃO: 2004

EQUIPE TÉCNICA: O dossiê de Registro do samba de roda do Recôncavo baiano foi realizado em Recife/PE, em Salvador/BA e no Recôncavo da Bahia, no ano de 2004, coordenado por Carlos Sandroni, professor da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e presidente da Associação Brasileira de Etnomusicologia (2002-2004). A equipe de pesquisa constituiu-se das etnomusicólogas Katharina Döring, professora da Universidade do Estado da Bahia, e Francisca Marques, presidente da Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo, de Cachoeira/BA; do antropólogo Ari Lima, professor da Faculdade de Tecnologia e Ciência, de Salvador; da pesquisadora de dança Suzana Martins, professora da Universidade Federal da Bahia, e do documentarista Josias Pires, professor da Faculdade Dois de Julho, de Salvador.

ABRANGÊNCIA: Estado da Bahia com destaque para o recôncavo baiano

CATEGORIAS: Formas de Expressão

RESUMO: Reconhecido como uma das matrizes do notório símbolo nacional, o samba, o samba de roda do Recôncavo Baiano foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2004. Contudo, como demonstra este exemplar da série Dossiês Iphan, o valor do samba de roda transcende esse caráter de ancestralidade e sua importância permanece presente no cotidiano de homens e mulheres da Bahia. Manifestação musical, coreográfica e poética, o samba de roda permeia atividades econômicas, religiosas e lúdicas, particularmente no contexto cultural do Recôncavo Baiano.

CITAÇÕES:

“Reconhecido como uma das matrizes do notório símbolo nacional, o samba, o samba de roda do Recôncavo Baiano foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2004.” (p. 12).

“Não há ocasiões exclusivas para a realização do samba de roda, mas há aquelas nas quais ele é indispensável. A primeira delas refere-se às festas do catolicismo popular que são associadas, no Recôncavo, a tradições religiosas afro-brasileiras. “(p. 20).

“A música popular, num sentido amplo, vem sendo reconhecida há muito como um campo privilegiado da expressão cultural no Brasil. Ela é multifacetada, singular em comparação às músicas de outros países, plural no território nacional e, sob certos aspectos, ainda muito mal conhecida. Um gênero, no entanto, se destacou nacional e internacionalmente desde pelo menos os anos 1930, como sua expressão máxima: o samba.” (p. 70).

“O valor do samba de roda também é ligado por seus praticantes ao seu papel como testemunho de tradições mais que centenárias trazidas ao Brasil pelos africanos escravizados.” (p. 73).

“O samba brasileiro é, em suas múltiplas formas, muito valorizado no país e não se pode dizer que esteja em risco de extinção. No entanto, isto se refere, sobretudo, ao samba carioca, que, como vimos, é a modalidade dominante e a que mais laços desenvolveu com a indústria cultural.” (p. 76).

OBSERVAÇÕES: O Samba de Roda do Recôncavo baiano vem enfrentando, como aponta o dossiê, graves problemas, como pressões e riscos potenciais de desaparecimento, mais especificamente, um importante fator de enfraquecimento de uma das modalidades mais valorizadas de samba de roda, o samba chula, é o quase completo desaparecimento do instrumento mais apropriado para a sua performance: as violas de samba e, entre elas, especialmente, o machete. O último artesão conhecido de violas de samba, Clarindo dos Santos, morreu em 1980. Os sambadores da região do samba chula queixam-se constantemente da falta desses instrumentos.



DISSERTAÇÃO MESTRADOFICHA – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: O Toque dos Sinos em Minas Gerais

ANO DE PRODUÇÃO: 2009

EQUIPE TÉCNICA:

ABRANGÊNCIA: MINAS GERAIS, tendo como referência São João del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes.

CATEGORIAS: Formas de Expressão

RESUMO: O toque dos sinos é uma forma de expressão sonora que confere significado cultural ao território inventariado durante a pesquisa. Essa referência vivida, concreta, reconhecida e apropriada pelas diferentes experiências pessoais daqueles que habitam essas cidades, assegura um sentimento de pertencimento que possibilita a existência de uma territorialidade específica.

CITAÇÕES:

“Essa referência – o toque dos sinos – é reconhecida e apropriada pela população sendo vetor e produto de identidades que podem ser definidas a partir de uma determinada

territorialidade. O território inventariado durante a pesquisa não é um cenário onde pessoas, coisas, construções estão alocadas ou dispostas. É lugar de referência porque nele se constituíram, há muito, relações que nos falam sobre os modos de vida de uma determinada comunidade. É, assim, território cultural que não se circunscreve a limites e fronteiras estabelecidos político-administrativamente pelos homens.” (p. 61).

“Essas e outras características e circunstâncias forneceram as condições para o desenvolvimento do toque dos sinos como uma referência cultural por meio da qual essa população foi se constituindo identitariamente. Em razão disso, podem nos fornecer os elementos por meio dos quais a população dessas cidades pleiteia o reconhecimento do toque dos sinos como patrimônio cultural do Brasil. Isto porque, conforme a pesquisa identificou, por inúmeros processos, essas características peculiares e experiências locais são reconhecidas como comuns a um largo espectro de pessoas num processo que Benedict Anderson caracterizou de maneira muito apropriada como o de pertença a uma nação compreendida como comunidade política imaginada.” (.p 62).

“Segundo essa abordagem, a nação é imaginada porque, por menor que ela seja, seus membros, jamais conhecerão a maior parte de seus conterrâneos. E, a despeito disso, há uma idéia de conjunto, de todo, de compartilhamento dentro de limites administrativos definidos e reconhecidos. Mas, com certeza, não restringiremos o termo imaginada às definições de nosso autor em torno das categorias de fronteira e de soberania; ela é imaginada também porque, por meio dessa faculdade imaginária, ela é capaz de estabelecer e designar identidades. Ao tempo, portanto, que o toque dos sinos, da forma como ocorre nessas cidades, é representativo de inúmeras peculiaridades, ele é capaz de promover nosso reconhecimento como uma comunidade imaginada, como brasileiros. Destacamos, nesse processo de singularidades e universalidades, a questão da devoção religiosa e os inúmeros processos de migração e interiorização com suas respectivas aberturas de fronteiras e conquistas de territórios empreendidas por aqueles homens e mulheres que caminhavam em busca de melhores e novas oportunidades.” (p. 63).

“Discutir e propor ações de salvaguarda para o bem cultural que se deseja registrar, portanto, é destacar, antes de tudo, o direito comum a todos de fruição estética dessas paisagens visuais e sonoras aqui apresentadas. É, igualmente, em última instância, estar atento à dimensão política que fundamenta as políticas de salvaguarda como políticas de Estado. Registrar um bem cultural é reafirmar o direito à memória, ao patrimônio e ao seu reconhecimento.” (p. 100).

“ A iniciativa para o Registro d’ O Toque dos Sinos em Minas Gerais partiu de uma demanda da comunidade são-joanense manifestada por ocasião de conferência sobre o toque dos sinos de São João del-Rei”. (p. 7).

OBSERVAÇÕES:

Um dos objetos de preservação do dossiê é a paisagem sonora das cidades de Minas Gerais. “A paisagem, quer visual ou sonora, deve ser passível de contemplação por todos. No caso da paisagem sonora sineira, ela é objeto de audição e transcendência extremamente necessária à vida humana. Especialmente por ter uma associação direta com a Igreja, os sinos são vistos como uma forma de comunicação com Deus.” (p. 100).

DISSERTAÇÃO MESTRADOFICHA 3 – LEVANTAMENTO DOSSIÊS- IPHAN

BEM IMATERIAL: Yaokwa Povo Enawene Nawe

ANO DE PRODUÇÃO:

EQUIPE TÉCNICA: Cada dimensão do estudo esteve a cargo de um pesquisador específico e contou com a participação direta dos Enawene Nawe em todas as etapas, tendo sido eles os protagonistas do processo principalmente nos períodos da discussão em torno do Plano de Salvaguarda e na finalização do Dossiê.

ABRANGÊNCIA: Vale do Juruena, em Mato Grosso

CATEGORIAS:

RESUMO: complexa dramaturgia Enawene está composta por uma seqüência de rituais em que o Yaokwa é o mais extenso, dura aproximadamente sete meses, impõe um envolvimento efetivo de toda a sociedade Enawene em suas execuções e reconhecido como um eixo fundamental de seu patrimônio cultural, um signo da sua identidade como Povo. Por essas razões, o Yaokwa foi eleito como objeto desse estudo e Registro.

CITAÇÕES:

“Da diversidade étnica que compõe o país, com aproximadamente 215 etnias, 38 delas estão presentes no Estado de Mato Grosso. São Terras Indígenas localizadas em 42 dos 139 municípios do Estado. Desse modo, Mato Grosso, caracteriza-se como um estado multiétnico e multilíngüe, o terceiro no Brasil em diversidade cultural, totalizando 33 diferentes línguas de distintos troncos lingüísticos (Tupi, Macro-Jê, Karib, Aruak, dentre outros) falados por cerca de 30.000 pessoas.

Essa riqueza de línguas, de organizações sociais e saberes, constituem o Patrimônio Cultural de nosso país, que enfrenta inúmeros desafios na atualidade para garantir sua integridade e reprodução física e cultural. Seus modos de viver e seus modelos de produção são ainda vistos, comumente, como obstáculos e ameaça aos interesses preconizados pelo imaginário do progresso tão presente em nosso contexto social, histórico e político-econômico.” (p. 13).

“Vale ressaltar que a perspectiva deste trabalho não é a de produzir uma etnografia exaustiva mas, sim, de apresentar a um público mais amplo e heterogêneo - outras formas - compartilhadas conosco nesse presente - de pensar, fazer e viver a vida, formas que por si manifestam as tantas possibilidades de ser dos humanos através dos códigos diversos das culturas.”(p. 15).

“Por fim, é importante destacar que, contemporaneamente, muita ênfase tem sido dada, principalmente através da mídia, à importância de ações voltadas à preservação do meio ambiente e à proteção de espécies ameaçadas de extinção, no entanto, é preciso compreender que essa biodiversidade depende diretamente das sociedades humanas, pois, ela é também um produto desta interação homem- natureza. Assim, se quisermos promover uma efetiva sustentabilidade é necessário e imprescindível que reconheçamos,

em primeiro plano, o papel definitivo que a diversidade de sociedades (sócio-diversidade) desempenha na manutenção e reprodução da biodiversidade.” (p. 15).

“A continuidade do Ritual Yaokwa (assim como das demais etapas rituais – lerohi, saloma e kateoko) envolvendo os recursos e processos praticados imemorialmente pelos Enawene Nawe nunca esteve tão ameaçada quanto nesta primeira década do século XXI. Ao mesmo tempo em que vemos florescer, no campo político e jurídico, a conquista por tantos direitos que legitimam a diversidade das manifestações culturais e de organizações sociais, legalmente amparadas por leis, tratados e acordos firmados em escala internacional, permanece o estado de conflitos em que se contrapõem diferentes interesses e ideologias que descrevem delicados contextos que se apresentam desde as esferas locais, passando pelos projetos nacionais, atingindo níveis de caráter global.” (p. 185).

OBSERVAÇÕES:

O texto aponta que existem 215 grupos indígenas no Brasil, entretanto, os dossiês selecionam apenas os Enawenes e suas rituais como merecedores de registro e inventário. Outras etnias poderiam estar no roll dos bens imateriais, mas por uma questão de escolha, neste caso, justificada pelo longo ritual realizado pelos Enawenes. A complexa dramaturgia Enawene está composta por uma seqüência de rituais em que o Yaokwa é o mais extenso, dura aproximadamente sete meses, impõe um envolvimento efetivo de toda a sociedade Enawene em suas execuções e reconhecido como um eixo fundamental de seu patrimônio cultural, um signo da sua identidade como Povo. Por essas razões, o Yaokwa foi eleito como objeto desse estudo e Registro.

A paisagem é a categoria utilizada pra justificar a preservação da biodiversidade que compõem o cenário da vida social dos Enawenes. Este vem enfrentando sérios riscos ambientais e diversos conflitos, encarado como um sério obstáculo para a permanência e reprodução das tribos indígenas que lá habitam.

